

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

AUTONOMIA, NAÇÃO E CLASSE:  
O PROJETO ZAPATISTA DAS COMUNIDADES  
LACANDONAS PARA O MÉXICO (1994-2004)

LEANDRO MACHADO DE SOUZA

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**AUTONOMIA, NAÇÃO E CLASSE:  
O PROJETO ZAPATISTA DAS COMUNIDADES  
LACANDONAS PARA O MÉXICO (1994-2004)**

**LEANDRO MACHADO DE SOUZA**

*Sob a orientação do Professor*  
**João Marcio Mendes Pereira**

Dissertação submetida  
como requisito parcial  
para obtenção do grau  
de **Mestre em História**,  
no Curso de Pós-  
Graduação em História,  
Área de Concentração  
em História Social.

Seropédica, RJ  
2014

972.083

S729a

T

Souza, Leandro Machado de, 1984-

Autonomia, nação e classe: o projeto zapatista das comunidades lacandonas para o México (1994-2004) / Leandro Machado de Souza. - 2014.

99 f.: il.

Orientador: João Marcio Mendes Pereira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2014.

Bibliografia: f. 92-99.

1. Ejército Zapatista de Liberación Nacional (México) - Teses. 2. Movimentos sociais - México - História - Teses. 3. Índios do México - Relações com o governo - Teses. 4. Autonomia - Teses. I. Pereira, João Marcio Mendes, 1977- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR

**LEANDRO MACHADO DE SOUZA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. João Marcio M. Pereira PPHR/UFRRJ  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Alexandre Fortes PPHR/UFRRJ

---

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras PPGH/UFF

## Agradecimentos

Venho agradecer imensamente a todos aqueles que fizeram parte dessa caminhada de modo bem próximo. Primeiramente agradeço a Deus pelos meus objetivos alcançados e também aos meus pais, Ledio Geraldo e Lucia Helena por acreditarem em mim desde criança investindo e incentivando todos os dias.

Em segundo lugar, ao meu Orientador João Márcio que sem ele seria impossível esse trabalho ter sido concluído. Minha gratidão é incalculável e não se pode ser medida. Agradeço as orientações, as conversas, os bons momentos e as “brincas”. Ainda agradecendo a professores, neste momento acrescento os professores Alexandre Fortes e Marcos Caldas que são colaboradores permanentes do meu amadurecimento intelectual desde os tempos da graduação e pelos quais tenho enorme respeito e admiração.

Em terceiro lugar, o meu obrigado vai para os meus amigos que objetivaram comigo essa realização e colaboraram com o apoio moral que todos nos precisamos para seguir. Amigos de profissão ou amigos de infância, aqui se encontra registrado o meu muito obrigado. Sinto não poder colocar o nome de todos, pois o espaço pequeno.

Em último, mas não em uma posição subalterna, agradeço demasiadamente a minha esposa, Fernanda Santos, pelo incentivo, por chamar minha atenção em determinados momentos, por reconhecer que era necessário alguns momentos eu ter que ficar só produzindo um texto ou fazendo uma leitura mais atenta. Também sem essa extraordinária companhia esse trabalho não seria possível.

## RESUMO

SOUZA, Leandro Machado. **Autonomia, nação e classe: o projeto zapatista das comunidades lacandonas para o México (1994-2004)**. 2014. 100 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rj, 2014.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Zapatismo, México, Indígenas, Classes, Autonomia e Nação.

Em 1994 explodiu no México uma guerrilha predominantemente composta por indígenas, denominado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Em uma transformação muito particular, a guerrilha tomou novos rumos e tornou-se um movimento que depôs suas armas e partiu para a via política democrática para alcançar os seus objetivos. Ou seja, da guerrilha que buscava tomar o poder por outra forma de organização e com práticas distintas que foram se construindo e se estabelecendo. A primeira parte da Dissertação aborda que as lutas indígenas fazem parte da história mexicana e são heranças da Revolução de 1910 e do indianismo. A segunda mostra como Teologia da Libertação influenciou os indígenas anteriormente ao zapatismo, assim como a mesma ajudou na fusão de elementos indígenas, católicos em contato com uma guerrilha revolucionária. Ainda dentro do capítulo, refletimos a aparição e as mudanças no projeto político zapatista. No terceiro capítulo, abordamos o projeto de autonomia que começou a ser implementado segundo a lógica zapatista nas comunidades com objetivo de expandir para todo o México. E em sua parte final, pensamos o zapatismo como um agente classista.

## ABSTRACT

KEY WORDS: Social movements, Zapatista, Mexico, Indians, Classes, Autonomy and Nation.

In 1994 exploded in Mexico, a guerrilla predominantly composed by Indians called Zapatista Army of National Liberation (EZLN). In a very particular transformation, the guerrilla took new courses and became a movement that overthrown its guns and took

the via of a political democracy, in order to achieve its goals. In other words, from the guerrilla that intended to take hold by other way of organization and with different practices that were building and establishing themselves. The first part of the dissertation is about the Indians fights that are part of the Mexican history and they are heritages from the 1990 revolution and from an Indian politics. The second part shows how the theology of liberation influenced the Indians before the Zapatistas, as well as the same helped in the fusion of Indians elements, the catholic in contact with a revolutionary guerrilla. Still in this chapter, we think the emergency and the changes in the Zapatista political project. The third chapter is about an autonomy project that began to be used according to the Zapatista logic in the communities that intended to expand all around Mexico. At the end, we think the Zapatista as a class agent.

## Índice

Introdução	8
Capítulo 1- Os indígenas mexicanos na construção da nação liberal	13
1.1 – A problemática indígena, Estado liberal e o ideal da mestiçagem	15
1.2 – Expulsões, exploração e colonização em Chiapas no século XX	21
Capítulo 2 – Da guerrilha foquista à criação do EZLN: trajetórias, opção pelo levante armado e mudanças no projeto político (1983-2003)	32
2.1 – Heranças da revolução: a questão agrária, o sistema político e o mito de Zapata	32
2.2 – A teologia da libertação e sua influência na construção de comunidades indígenas politizadas	41
2.3 – Da vanguarda ao diálogo com a sociedade civil: trajetória e mudanças no zapatismo (1983-1994)	50
Capítulo 3 – Autonomia, nação e classe em clave zapatista	63
3.1 – Autonomia e projeto de nação zapatista	69
3.2 – As classes e sua colocação para o movimento zapatista	85
Bibliografia	98



*In memoriam da minha filha Luiza.*

## INTRODUÇÃO

Se os movimentos sociais começarem a desaparecer, seu desaparecimento será um indicativo de estar chegando ao fim um importante veículo de participação das pessoas na política. A ascensão e a queda dos movimentos sociais marcam a expansão e a contração das oportunidades democráticas<sup>1</sup>.

Estudar um fenômeno como o zapatismo implica buscar entender e propor uma interpretação sobre suas causas, sua dinâmica de organização, pautas de reivindicações, pessoas que o compõem, projeto político, suas relações com o Estado, bem como os caminhos não previstos que teve que percorrer no bojo da luta social e política. Isso apenas corrobora a ideia de que o processo da produção do conhecimento pode ser analisado segundo múltiplos olhares. De forma bastante genérica, podemos caracterizar os movimentos sociais como manifestações coletivas que acontecem de diversas maneiras, podendo mobilizar um grande número de pessoas ou um pequeno número de pessoas, de forma pacífica ou violenta. É a capacidade de mobilização social em prol de um objetivo que mais chama a atenção de quem observa e estuda tal tema. Essas aglomerações de pessoas e reivindicações podem ocorrer via associações de bairro, sindicatos, ONGs, movimento feminista, movimento indígena, homossexuais, estudantes, afrodescendentes, ambientalistas, etc.

Os movimentos sociais, segundo Hebert Blumer<sup>2</sup>, podem ser divididos em três: genéricos, específicos e expressivos. Os genéricos se caracterizam por sua desorganização, com objetivos vagos, de fácil dissolução e com lideranças fracas<sup>3</sup>. Já os específicos caracterizam-se por ser uma forma evoluída dos genéricos e possuem objetivos mais precisos, liderança cristalizada reconhecida dentro e fora do movimento, ideologia própria e pensamentos filosóficos que formam uma sociedade em miniatura<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n°3, pp.133-160, 2010, p.136.

<sup>2</sup> Sociólogo americano e um dos principais expoentes da escola de Chicago. A escola de Chicago foi fundada em 1802 e durante quarenta anos (1910-1950) foi de grande importância para a afirmação da sociologia enquanto campo de investigação e grande centro de estudos das relações sociais.

<sup>3</sup> Apud FERREIRA, Fred Igor Santiago. Notas teóricas sobre os movimentos sociais: dos paradigmas clássicos aos novos movimentos sociais. In V Simpósio Internacional de Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro.” Cachoeira, 2013, p.3.

<sup>4</sup> Idem.

Por fim, os movimentos expressivos não proporiã mudanças e seriam atuantes na literatura, na filosofia e nas artes, influenciando o comportamento dos indivídus<sup>5</sup>.

As lutas sociais nos 60 do século XX provocaram muitas mudanças tanto na prática como na teoria dos movimentos sociais. O ano de 1968 passou a ser um divisor de águas, colocando no centro das análises atores coletivo até então pouco prestigiados, como mulheres, negros, indígenas, jovens e homossexuais. O que eles tinham em comum era a ampliação da forma de fazer política, criticando projetos homogeneizadores e reivindicando o reconhecimento de suas próprias identidades e bandeiras.

O novo paradigma teórico surgido após 1968 centrou-se na crítica ao marxismo ortodoxo, que privilegiava a macro análise, compreendia os movimentos sociais meramente como fruto da contradição capital-trabalho e privilegiava as ações dos movimentos sob o prisma classista em face de seu lugar nas relações de produção. Outro ponto de fundamental importância foi a redefinição das relações de poder, concebida como algo para além da relação entre Estados e indivídus, pulverizando-se nas mais variadas relações cotidianas. Por fim, outro aspecto ligado à mudança de paradigma foi a ênfase na formação de identidades coletivas plurais e diferenciadas.

Ao analisar o zapatismo tivemos contato com propostas interpretativas que tangenciam a questão da construção de identidades sociais. Entretanto, a nossa perspectiva teórica está alicerçada nas contribuições de Edward Thompson, historiador inglês cujos escritos ganharam notoriedade na segunda metade do século XX. Marxista, suas obras contribuíram para renovar o materialismo histórico que há muito era marcado por tendências economicistas e estruturalistas. A obra de Thompson contribuiu para pensar o ser social e as relações sociais a partir de suas experiências cotidianas. Portanto, pensar o social nos cobra esforços teóricos e empíricos para captar os fen menos humanos em suas múltiplas relações com o real<sup>6</sup>.

O marxismo combatido por Thompson e que pouco contribuiu para os estudos das relações sociais foi o estruturalista. O marxismo estruturalista centralizava suas discussões e a produção do conhecimento em torno da perspectiva que tinha como primazia a determinação do mundo econ mico sobre as demais instâncias da vida social. Para essa perspectiva, as relações sociais eram costuradas por duas categorias

---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> BOSETTI, Cleber José. Thompson e as ciências sociais: possibilidades metodológicas para pensar os movimentos sociais contemporâneos. *Revista Plural*, São Paulo, volume 17, n 2, 2011, p.70.

simplificadoras: a infraestrutura e a superestrutura. Com isso, havia uma determinação da primeira sobre a segunda e de ambas sobre os indivíduos que acabava anulando completamente as capacidades e possibilidades de articulação fora desses padrões rigidamente estabelecidos, concebendo as experiências humanas como supérfluas<sup>7</sup>. Ou seja, desumanizava as relações sociais, pois tirava do foco a agência humana.

Para Thompson, a concepção materialista deve se aproximar da construção de uma história “total”. Ou seja, deve ter a capacidade de analisar e compreender o processo que envolve os indivíduos e suas experiências no tempo histórico e que produzem a própria vida e essas questões envolvem o trabalho, a produção de sua subsistência, o lazer, ideologias, utopias, etc.

No caso do estruturalismo, as relações estavam desumanizadas como mencionamos. Então, a ideia das classes já era determinada pelo seu lugar no campo econômico. Essa visão proporcionou interpretações muito rígidas e fechadas em si mesmas. A ideia de classe que também perpassará o nosso estudo sobre o zapatismo como movimento social está calçada na matriz interpretativa de Thompson, que analisa as classes com construções históricas e permanentemente em movimento. Ao estudar uma sociedade pré-capitalista o historiador inglês desenvolveu um construto teórico que nos permite entender que ainda que não houvesse uma consciência de classe por parte dos seus membros, as condições materiais e as transformações econômicas, juntamente com as mudanças dos costumes tradicionais, seriam capazes de aglutinar pessoas de diferentes ofícios para lutar em prol de seus objetivos<sup>8</sup>. Embora o zapatismo seja um movimento social que surgiu publicamente no final do século XX e se enquadre nos chamados “novos movimentos sociais”, ele representa para nós exatamente um movimento classista que é capaz de aglutinar diversos setores sociais, mantendo uma série de reivindicações e um programa político que contemple as suas bases de apoio que buscam transformações políticas, sociais e econômicas.

A aurora do século XXI trouxe os movimentos sociais de volta a um papel de destaque na produção acadêmica devido à explosão pelo mundo de lutas contra opressão de governos, reforma agrária, pela defesa de autonomias e por inclusão social. Novos conceitos foram criados para entender e, por vezes, legitimar tais ações, como os de responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, capital social, etc. Ou seja, os movimentos sociais podem ser

---

<sup>7</sup> Idem, p.72.

<sup>8</sup> Idem, p.79.

interpretados como um contrapeso ao poder opressivo e/ou como uma convocação para a ação popular contra os flagelos a que estão submetidos<sup>9</sup>.

Sendo assim, a discussão sobre o zapatismo se enquadra no âmbito dos movimentos sociais, porque dentre muitas características, a que nos chama mais atenção é que nele se condensam demandas que têm como alvo autoridades governamentais, as quais podem também incluir proprietários de meios de produção, funcionários religiosos e outros cujas suas ações ou omissões afetem significativamente o bem-estar de muitas pessoas<sup>10</sup>. Concordamos com Tilly ao afirmar que os movimentos sociais não podem ser vistos como qualquer ação popular ou ação empreendida em favor de alguma causa, mas sim a todas as pessoas e organizações que apoiam as mesmas causas referindo-se a um conjunto particular, interconectado, em evolução e histórico de interações práticas<sup>11</sup>.

A América Latina é um campo de observações rico para estudos desse tipo, pois em cada país existe um sem-número de movimentos dos mais variados. Não por acaso, o zapatismo ainda hoje é um uma força política atuante dentro do México. Abordaremos esse movimento social sob uma perspectiva que destaca a sua capacidade de resistência e defesa da bandeira da autonomia. Suas formas de luta se voltam para a crítica ao capitalismo neoliberal e para a construção de um novo mundo, pautado por relações sociais não orientadas pelo mercado. Já a ideia de autonomia desse movimento em questão caracteriza-se não só na construção de novas formas de se obter o consenso e também de inclusão social, mas também na ideia da quebra de um vínculo histórico entre movimentos sociais e partidos políticos.

Pensar o zapatismo implica refletir sobre a histórica longa e diversa de lutas de indígenas e camponeses mexicanos. Também implica pensar as formas de associação com outros grupos sociais, que passaram a se aglutinar dentro de um movimento social maior, somando forças para que pudessem alcançar os seus objetivos comuns como mulheres, gays, estudantes, etc. Dentre tantas reivindicações há pelo menos três que perpassam a todos os que endossam o zapatismo: respeito, inclusão e melhores condições de vida. O zapatismo é repleto de contradições, avanços e retrocessos, assim como negociações e conflitos. Esse movimento completa em 2014 vinte anos de atuação e com ele também faz vinte anos do início dos municípios autônomos. Os impasses

---

<sup>9</sup> TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº3, 2010, p.135.

<sup>10</sup> Idem, p.137.

<sup>11</sup> Idem, p.142.

entre o zapatismo e o governo mexicano nos parece distante de um fim, mas o que nos importa neste trabalho é analisar o estabelecimento da sua atuação política, a realização do seu projeto autônomo e as relações que o tornam um movimento pluriclassista.

# CAPÍTULO I

## OS INDÍGENAS MEXICANOS NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO LIBERAL

Del baúl de los recuerdos saco ahora extractos de una carta que escribí hace más de 9 años: "No les reprochamos nada (a los de la sociedad civil que llegan a las comunidades), sabemos que arriesgan mucho al venir a vernos y traer ayuda a los civiles de este lado. No es nuestra carencia la que nos duele, es el ver en otros lo que otros no ven, la misma orfandad de libertad y democracia, la misma falta de justicia. (...) De lo que nuestra gente sacó de beneficio en esta guerra, guardo un ejemplo de "ayuda humanitaria" para los indígenas chiapanecos, llegado hace unas semanas: una zapatilla de tacón de aguja, color rosa, de importación del número 6 y 1/2... sin su par. La llevo siempre en mi mochila para recordarme a mi mismo, entre entrevistas, foto reportajes y supuestos atractivos sexuales, lo que somos para el país después del primero de enero: una cenicienta. (...) Estas buenas gentes que, sinceramente, nos mandan una zapatilla rosa, de tacón de aguja, del 6 y 1/2, de importación, sin su par... pensando que, pobres como estamos, aceptamos cualquier cosa, caridad y limosna. ¿Cómo decirle a toda esa gente buena que no, que ya no queremos seguir viviendo la vergüenza de México? En esa parte que hay que maquillar que no afee el resto. No, ya no queremos seguir viviendo así.

Subcomandante Marcos, La Treceava Estela (2003).

Embora o relato acima faça parte da história recente do México, a visão nutrida por uma parcela considerável de mexicanos ainda guarda resquícios de uma visão que foi construída há tempo e que veio se arrastando ao longo do século XX. Algumas vezes com o intuito de ajudar os indígenas, muitas ações destinadas a eles ignoram a sua verdadeira situação e os seus desejos e expectativas, e não raro nutrem certo grau de preconceito também. Entendemos que ajudas materiais são válidas sim, mas elas não podem e não deveriam ser feitas de qualquer modo, como se o juízo emitido fosse o de “pobres coitados” necessitados de qualquer coisa (e isso não se remete somente aos povos indígenas, mas também a outros grupos marginalizados que necessitam de assistência).

O descontentamento demonstrado por um dos maiores expoentes do movimento zapatista, subcomandante Marcos, nos serve de apoio para observar os problemas enfrentados pelos indígenas – não só no período entre 1994-2003, foco desta pesquisa, mas para refletir sobre os caminhos percorridos por comunidades indígenas e camponesas de Chiapas até o seu levante armado e o seu projeto de mudança política rumo a uma sociedade mais justa, livre e com respeito às diversidades.

Práticas racistas, que muitas vezes foram patrocinadas pelo Estado por meio da política indigenista, da exploração dos trabalhadores do campo, da expulsão de terras e da atribuição de um papel meramente folclórico e festivo aos índios na cultura mexicana, foram decisivas na construção de uma nação liberal a partir do século XIX. O liberalismo que orientou os projetos políticos dominantes no México não foi capaz de inserir o indígena na sociedade; pelo contrário, o desejo foi o de promover uma homogeneização pela via da mestiçagem, relegando ao passado qualquer resquício indígena.

Temos mencionado as mazelas sofridas pelos indígenas e reconhecemos que, em muitas partes da América Latina (como México, Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Bolívia), o trabalhador do campo esteve muito ligado ao indígena. Mas o trabalho realizado no campo também contou com a participação de mestiços pobres sem terra ou que fizeram parte das populações que tiveram suas terras tomadas por decretos do Estado ou por práticas violentas de grandes proprietários.

Esses dois grupos sociais, que no México em larga medida se confundem e se entrelaçam, principalmente após a revolução de 1910 - por causa dos embates em torno da questão agrária, com as expulsões de suas terras e a colonização da Selva Lacandona—, vieram a servir de bases de apoio do movimento social mais destacado do final do século XX: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Com a interação com os mundos indígena e camponês, o grupo urbano que se instalara na selva para empreender uma guerra de guerrilha do tipo que estava em voga nos anos 1970, sob a inspiração das lutas em Cuba, na Guatemala e na Nicarágua, sofreu modificações sensíveis em sua visão de luta, objetivos e projeto político para o México.

Neste primeiro capítulo abordaremos o projeto de nação e os caminhos percorridos pela ação do Estado mexicano, que acabaram promovendo a intolerância e exclusão dos povos indígenas. Também mapearemos as formas de exploração de trabalho sofridas por indígenas e camponeses ao longo do século XX, bem como os sinais de descontentamento com essa situação para o que pode ser considerado como uma das causas que motivaram e impulsionaram o levante armado de 1994 realizado pelo EZLN. Assim, antes de adentrarmos na formação do zapatismo, analisaremos o caminho percorrido pelas comunidades camponesas e indígenas na construção do Estado liberal mexicano.



## 1.1 - A problemática indígena, o Estado liberal e o ideal da mestiçagem

A nomenclatura dada aos habitantes do continente americano surgiu de um equívoco. Quando Colombo chegou à região caribenha, ele acreditava que havia chegado às Índias por um caminho alternativo, por isso chamou os habitantes dessa nova terra de “índios”. Desde então, do processo de dominação pelos europeus até a reivindicação de uma inclusão consistente na sociedade mexicana nos fins do século XX, as comunidades indígenas foram relegadas a categorias inferiores na estrutura social, política e econômica do país. A partir da década de 1990, uma parcela significativa de indígenas apoiou um levante armado que se desdobrou numa série de diálogos e negociações com setores da sociedade e com o Estado para que os povos indígenas fossem reconhecidos como sujeitos com plenos direitos.

As civilizações americanas que existiam antes da dominação espanhola possuíam relações complexas e uma vasta cultura. É de conhecimento que tais sociedades tinham rivalidades entre si e que civilizações mais bem estruturadas, como os astecas, dominavam as demais. Sendo assim, o que poderia existir de diferente entre esses habitantes e os europeus colonizadores? A resposta se encontra no modo de dominação exercida pelas sociedades indígenas. Segundo Bonfil, percebemos essa diferença:

Uno se refiere a que la tecnología de guerra no presentaba diferencias cualitativas relevantes entre los diversos pueblos mesoamericanos. Las armas eran semejantes y el mayor o menor poderío se establecía por la cantidad de hombres que intervenían por cada bando, no por la potencia diferente de las armas que usaban (...) El segundo punto tiene que ver con la política lingüística que practicaron los mexicas con los pueblos sometidos que hablaban un idioma distinto del náhuatl. No hubo ningún intento por imponer la lengua de los vencedores. La nahutliación no formaba parte de los objetivos del dominio sobre otros pueblos.<sup>12</sup>

Portanto, isso não trouxe consigo uma visão de inferioridade, mas sim a interpretação do “outro.” Bonfil ainda acrescenta:

... una aceptación de sus modos de vida, de sus sistemas de producción, de sus creencias religiosas, sus formas de gobierno y su idioma. Nada de esto resulta necesario eliminar ni excluir; todo es compatible con el sistema y los objetivos de la dominación.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> BATALLA, Guillermo Bonfil. *México Profundo, una civilización negada*. SEP/CIESAS. México, 1987, pp. 118-119.

<sup>13</sup> Idem, p. 119.

Outro ponto foi a comunicação de Colombo com o reino espanhol. O descobrimento do “outro” não levou em consideração como os indígenas se viam, mas sim como os europeus os viam. Para Stavenhagen:

El descubrimiento del otro significa caracterizarlo en la forma en que lo ven quienes lo nombran, quienes lo descubren, y quienes logo llegan a dominar el espacio geográfico, histórico, político, cultural, que determina la historia de los últimos 500 años. Le imponen al otro las características que ellos desean, que ellos quieren (...) Que el llamado “descubrimiento del otro” fue en realidad un “encubrimiento del otro.”<sup>14</sup>

Sendo assim, o etnocentrismo europeu não apenas deu um nome aos povos originários do Novo Mundo, mas também estabeleceu uma sociedade hierarquizada baseada na exploração desses povos. Essa desigualdade social também foi observada na cultura, pois o indígena era interpretado como a encarnação do mal e cabia ao rei protegê-lo e libertá-lo<sup>15</sup>, assim como também era papel do cristianismo trazido por franciscanos e dominicanos o ideal da libertação e da salvação, mesmo que para isso fossem utilizadas a cruz e a espada<sup>16</sup>.

A construção do Estado nacional mexicano no século XIX herdou práticas dos tempos coloniais. O racismo e a exclusão mantiveram-se visíveis e o liberalismo que apregoava a aurora dos novos tempos não foi tão igualitário como prometia. A estratificação social, o regime de tributos e os privilégios para certo grupo foram mantidos, assim como a ocupação dos cargos da administração pública. Com isso, o termo “índio” sofreu outra ressignificação, designando negativamente o “outro”<sup>17</sup>. A manutenção de uma visão pejorativa a respeito do indígena deu continuidade não só à dominação social, mas também à mentalidade de que o mesmo é incapaz e que deve ser educado, mandado, conduzido e governado.

O racismo<sup>18</sup>, o genocídio e a exclusão que foram tão observados ao longo dos séculos pelo continente (principalmente no México) pela relação de dominação

---

<sup>14</sup> STAVENHAGEN, Rodolfo. Los pueblos originarios : el debate necesario / Rodolfo Stavenhagen ; compilado por Norma Fernández. - 1a ed. - Buenos Aires/ CTA Ediciones/ CLACSO/ Instituto de Estudios y Formación de la CTA, 2010,p.14.

<sup>15</sup> BATALLA, Guilherme Bonfil, *México Profundo, una civilización negada*. SEP/CIESAS. México, 1987,p.123.

<sup>16</sup> Idem,p. 130-131.

<sup>17</sup> LINERA, Álvaro García. Autonomías indígenas y Estado multinacional. In STEFANONI, Pablo (Org). *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. CLACSO, 2009,p271.

<sup>18</sup> O conceito de racismo que tomamos por base é uma construção histórica e depende das sucessivas formas de dominação, das ideologias liberais e nacionalistas, assim como das formas de resistência dos povos indígenas. Atualmente, o racismo se encobre na ideologia da igualdade e da mestiçagem em um

européia, ocasionou uma espécie de “desindianização”. Ou seja, esse processo se difere da “mestiçagem” porque esta última designa uma característica genética ou o contato com outras culturas durante os tempos de dominação colonial. Já a “desindianização” trata de um processo histórico em que um grupo étnico que já possuía uma identidade foi obrigado a abandoná-la e adotar outra; portanto, esse processo não é de caráter biológico, mas sim um impedimento à sua reprodução social, cultural e política imposto pelos espanhóis<sup>19</sup>, abarcando desde migrações forçadas para realização de trabalhos até mudanças no sistema alimentar. Sendo assim, esse fato passou a se cumprir quando ideologicamente as populações passaram a não se ver mais como indígenas, mesmo que vivessem como tais.

O avanço liberal no século XIX não foi capaz de regulamentar a igualdade jurídica, pois juntamente com a construção da nação mexicana também foi introduzido o racismo chancelado pelo positivismo europeu e a inferiorização indígena foi mantida. O que foi introduzido no México foi um projeto de ocidentalização e branqueamento da população – no projeto liberal não houve espaços para o pluralismo, mas sim para uma homogeneização aos moldes europeus. O índio passou a ser visto como um entrave aos novos tempos e à modernização e se ele tivesse que ser enaltecido ou lembrado, haveria de sê-lo em festejos folclóricos, como objeto de peças de turismo ou museus. O positivismo, que funcionou como uma espécie de racismo científico, serviu para manter o mito da inferioridade indígena, legitimando a superioridade branca e a condição de tutela na qual deveriam viver os indígenas para serem educados a ingressar na sociedade, o que ocasionou a permanência desses grupos como força de trabalho farta e barata para o sistema econômico mexicano.

Nos primórdios das novas nações americanas houve uma grande onda de imigração<sup>20</sup> europeia buscando o branqueamento e a aproximação étnica com os

---

pretendido multiculturalismo. Cf. GUERRERO, Alicia Castellanos; IZQUIERDO, Jorge Gómez; PINEDA, Francisco. México: o racismo mestiço. In DIJK, Teun A. van (ORG). *Racismo e discurso na América Latina*. SP, Contexto, 2008. p.268.

<sup>19</sup> BATALLA, Guillermo Bonfil. *México Profundo, una civilización negada*. SEP/CIESAS. México, 1987, p.42.

<sup>20</sup> Essa onda migratória ocorre sob a alegação de que era necessário desenvolver as terras improdutivas e também ocupar lacunas geográficas, ou seja, povoar essas terras. Entretanto, o que chama a atenção é que havia inúmeros povos indígenas que ocupariam facilmente essas terras, desde que houvesse uma política fundiária de outro tipo. No caso de Chiapas, os alemães ficaram com as melhores terras em detrimento dos indígenas e outro problema foi a questão de não desejarem a miscigenação (por parte dos alemães). Cf. GUERRERO, Alicia Castellanos; IZQUIERDO, Jorge Gómez; PINEDA, Francisco. México: o racismo mestiço. In DIJK, Teun A. van (ORG). *Racismo e discurso na América Latina*. SP, Contexto, 2008, p.250.

européus, mas no México o emblemático foi a aproximação pela via da mestiçagem<sup>21</sup> para o surgimento de novos povos. Isso representou a negação do “México profundo” e a crença em um México imaginário em busca da civilização<sup>22</sup>. Fruto da cultura mesoamericana, o México possuía diversidade cultural ampla que podia ser vista através da pluralidade linguística, que veio a ser rechaçada com a adoção do espanhol como idioma nacional e o rebaixamento das outras línguas a um papel secundário e até mesmo folclórico. Com isso, a nação mexicana passou a ser forjada sob o ideal da mestiçagem<sup>23</sup>. O empenho em se construir uma nação homogênea etnicidade foi reforçado pela expansão da educação (pública e privada), que trouxe consigo a uniformização do idioma e o ignorar das culturas indígenas com seus saberes e tradições<sup>24</sup>.

A entrada no século XX não trouxe uma ampla e significativa inclusão das comunidades indígenas na sociedade. Mesmo com o fim da exclusão eleitoral, a sua cidadania foi planejada mediante o abandono de suas tradições e a imposição do espanhol como idioma nacional e universo cultural aos quais tinham de se ajustar<sup>25</sup>. Contra tais práticas excludentes surgiram diversos movimentos contestatórios conduzidos por indígenas e camponeses que reivindicavam a sua plena cidadania. Não é nosso objetivo analisar as diversas revoltas que ocorreram, mas vale lembrar que elas serviram como tentativas de preservar as comunidades locais e seus direitos de participar da nova nação sem ter de abdicar de sua identidade étnica. Sob o porfiriato, as reformas liberais iniciadas no século XIX adentraram o século XX e tinham como um

---

<sup>21</sup> A nação mexicana foi criada sob a ideia *criolla* de um passado herdado dos astecas em contato com os espanhóis. Essa representação diz respeito a dois povos conquistadores que se entrecruzaram a partir mais da colonização. Entretanto, desse encontro resultou uma supremacia branca sobre os povos indígenas, que passaram a ser subjugados, e seu esplendor heroico e grandioso foi relegado a um passado mítico. Portanto, o ideal *criollo* expressaria o que de melhor essas duas civilizações tiveram, tendendo para a vitória e superioridade dos hispânicos como um modelo a ser seguido.

<sup>22</sup> A feitura da nação – como no caso mexicano - sob o liberalismo foi excludente desde sua independência, instaurando uma relação intrínseca entre nação e Estado, sociedade civil e política na medida em que se referia à capacidade de alguns homens brancos de se afastarem da barbárie, ingressando na civilização. Cf FONTES, Virgínia Maria. A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica. In MOTTA, Marcia; Mendonça Sônia (Orgs). *Nação e poder: as dimensões da história. Niterói*, EdUFF, 1998, pp 1-22.

<sup>23</sup> BATALLA, Guillermo Bonfil. *México Profundo, una civilización negada*. SEP/CIESAS. México, 1987,p.164.

<sup>24</sup> Idem,p.183.

<sup>25</sup> LINERA, Álvaro García. Autonomías indígenas y Estado multinacional. In STEFANONI, Pablo. *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolívia*. CLACSO, 2009,p.275.

dos seus objetivos eliminar a propriedade comunal<sup>26</sup>, impondo uma transformação radical da vida e da cultura dos povos afetados.

Desde a implantação da modernização pelo Estado, muitas etnias adotaram uma espécie de “cultura da resistência,”<sup>27</sup> interiorizando e fechando as comunidades cada vez mais em si mesmas nas regiões selváticas, porque entendiam que o Estado não os representava e os excluía cada vez mais.

O Estado mexicano instaurou a política conhecida como indigenista, que foi uma tentativa de resolver esse problema através da mestiçagem. O indigenismo consistia em uma política direcionada aos indígenas de forma unilateral, sem ouvir tais grupos sociais. O seu objetivo era criar e inculcar uma cultura nacional compartilhada que visava “mexicanizar” os índios, com objetivo indireto de melhorar as condições de vida das populações indígenas<sup>28</sup>. Ou seja, o indigenismo tem sido no México e na América Latina uma política lançada pelo Estado e suas agências com o fim de integrar (biológica e culturalmente) os povos originários do continente às culturas hegemônicas<sup>29</sup>.

Ao longo do século XX essa política sofreu variações, principalmente após a fase armada da revolução mexicana (1910-1917), com a elaboração de uma estratégia que definia a integração dos indígenas através da Secretaria de Governo, sob influência da Direção de Antropologia. A sua defesa afirmava que a multiétnicidade era o fator central que impedia o desenvolvimento e o progresso, e que a mestiçagem seria o meio para efetivar a “mexicanização”. Dentre os seus principais expoentes, podemos citar Manuel Gamio<sup>30</sup>.

Um momento de mudança de referencial dentro da política indigenista ocorreu durante o final do governo Cárdenas (1934-1940), com a realização do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano. Nesse encontro, discutiu-se que os índios não

---

<sup>26</sup> Porfiriato é o nome dado ao período em que o México foi governado pelo general Porfírio Díaz, de maneira intermitente entre os anos 1876-1910.

<sup>27</sup> STAVENHAGEN, Rodolfo. *Los pueblos originarios : el debate necesario* / Rodolfo Stavenhagen ; compilado por Norma Fernández. - 1a ed. - Buenos Aires : CTA Ediciones : CLACSO : Instituto de Estudios y Formación de la CTA, 2010, p.55

<sup>28</sup> GIL, Antônio Carlos Amador. Do indigenismo à autonomia: organizações indígenas e as lutas pela reestruturação do Estado Nacional Mexicano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM, p.6

<sup>29</sup> LEYVA SOLANO, Xochitl. Indigenismo, indianismo y “ciudadanía étnica”. De cara a las redes neozapatistas. In. DÁVOLOS, Pablo (Org). *Pueblos indígenas, Estado y democracia*. Buenos Aires, Clacso, 2005, p.285.

<sup>30</sup> Manuel Gamio foi um antropólogo mexicano da época porfirista (1877-1911) que viveu entre 1883-1960 e adotou um enfoque culturalista em seus estudos. Sua principal obra foi “Forjando a pátria”, publicada em 1916.

deveriam mais ser vistos como entraves e obstáculos à modernização e que era necessário respeitar a cultura desses povos. Porém, ao mesmo tempo, o governo não abandonou o objetivo de levar a cabo a ocidentalização, o que se tornou um grande paradoxo. Os elementos que nortearam as ações governamentais a partir do Congresso Indigenista tiveram como objetivo principal a indianidade como critério definidor da cultura nacional mexicana. Entretanto, essa política mantinha suas características de aculturação planejada, que consistia em enaltecer o passado e manter um grande desdém pelos índios vivos.

Com a finalidade de promover a política indigenista, o governo Cárdenas criou o Departamento Autônomo de Assuntos Indígenas (DAAI) em 1935 e, em 1948, o substituiu pelo Instituto Nacional Indígena (INI). O novo instituto tinha a missão de: investigar os problemas relativos aos núcleos indígenas do país; estudar as medidas de melhoramento que requeriam esses núcleos; promover ante ao Executivo federal a aprovação e aplicação dessas medidas; intervir na realização das medidas aprovadas, coordenando e dirigindo a ação dos órgãos federais competentes; difundir, quando considerasse conveniente e por meios adequados, os resultados de suas investigações, estudos e proposições; e empreender aquelas obras de melhoramento das comunidades indígenas em coordenação com a Direção Geral de Assuntos indígenas<sup>31</sup>.

A política indigenista persistiu até os anos de 1970, quando mostrou sinais de esgotamento diante de críticas acadêmicas e do surgimento de movimentos não atrelados ao Partido Revolucionário Institucional (PRI). Outro ponto importante tem a ver com o insucesso da política indigenista em integrar as comunidades indígenas, frente a qual começaram a surgir movimentos que reafirmavam identidades indígenas e criticavam o projeto estatal e as ciências sociais que embasavam tais políticas. Ou seja, além do cada vez maior ativismo dos próprios indígenas, diversos intelectuais colaboraram para um posicionamento mais crítico em relação à política indigenista, argumentando que a mesma necessitava do cadáver cultural dos índios<sup>32</sup> para alimentar o mito da unidade nacional.

Em meio à efervescência do movimento indígena independente e com a renovação dos estudos acadêmicos, ocorreu a erosão da ideologia hegemônica destinada aos índios e daí surgiu o indianismo. Nos referimos ao indianismo como um movimento

---

<sup>31</sup> KORSBAEK, Leif. SÁMANO RENTERÍA, Miguel Ángel. El indigenismo en México: antecedentes y actualidad. *Revista Ra Ximhai* (México), Volume 3, Janeiro-Abril, 2007, p.203.

<sup>32</sup> BARTRA, Armando. El problema indígena y la ideología indigenista. *Revista Mexicana de Sociología, México*, vol. 36, N°3, Jul.-Set., 1974, pp. 459-482.

ideológico e político que proclamou como objetivo central a libertação do índio de programas políticos não planejados e não pensados por eles — a ocidentalização — e que encontrou respaldo no marxismo<sup>33</sup>. Isso não quer dizer que o marxismo não apresentasse problemas na leitura da questão indígena, pois muitas vezes afirmava-se, a partir do marxismo, que os indígenas eram primitivos demais para compreender a luta de classes e que a revolução seria capitaneada pelos setores urbanos<sup>34</sup>.

Para o indianismo, o indigenismo era paternalista e atrelava os indígenas às agências do Estado. Assumindo-se como uma alternativa independente e democrática, o indianismo reivindicava o pluralismo e o entendimento que o México era composto por uma parcela significativa de indígenas cujo pertencimento à nação mexicana lhes havia sido negado.

Se o indianismo pode ser considerado como uma ação de resistência contra as políticas estatais a favor da sua plena cidadanização, essa relação (Estado/comunidades indígenas) era muito mais conflituosa do que se pensa, com expulsões territoriais, formas de trabalho compulsórias e construções de solidariedades étnicas impensáveis até então.

## 1.2 - Expulsões, exploração e colonização em Chiapas no século XX

Chiapas está localizada no sul do México e é uma região que concentra grandes riquezas naturais, como madeira de primeira qualidade, petróleo, terra fértil e grande potencial hídrico. Esse território passou a fazer parte do Estado mexicano a partir de 1824, quando deixou de integrar a Guatemala após o processo de independência.

O estado de Chiapas possui 118 municípios e uma vasta concentração de etnias indígenas em sua população. Segundo o censo de 2005 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística y Geografía (INEGI), o estado possuía uma população total de 4.239.459 habitantes<sup>35</sup>. Desse montante, 957.255 pertenciam a alguma etnia indígena, distribuídos da seguinte maneira: nos Altos, ao Norte e na Selva se agrupavam os povos Tzeltal (37,9%), Tzotzil (33,5%), Chol (16,9%), Zoque (4,6%), Tojolabal (4,5%) e juntos,

---

<sup>33</sup> LEYVA SOLANO, Xochitl. Indigenismo, indianismo y “ciudadanía étnica”. De cara a las redes neozapatistas. In. DÁVOLOS, Pablo (Org). *Pueblos indígenas, Estado y democracia*. Buenos Aires, Clacso, 2005, p.286.

<sup>34</sup> STAVENHAGEN, Rodolfo *Los pueblos originarios : el debate necesario* / Rodolfo Stavenhagen ; compilado por Norma Fernández. - 1a ed. - Buenos Aires : CTA Ediciones : CLACSO : Instituto de Estudios y Formación de la CTA, 2010, p.50.

<sup>35</sup> Cf. Paronama Estatal de Chiapas. Acessível em <http://www.undp.org.mx/IMG/pdf/Chiapas.pdf>. p.1

Mame, Chuj, Kanjobal, Jacalteco, Lacandón, Kakchikel, Mochó (Motozintleco), Quiché e Ixil (2,7%)<sup>36</sup>.

A incorporação desse estado ao território mexicano não o isentou de sofrer problemas de ordem social e econômica, como a exploração de seus povos e a concentração da renda e das terras potencialmente lucrativas. Se o século XX marcou a afirmação da soberania mexicana e de sua independência, notamos que também ocorreu uma espécie de substituição de práticas coloniais. A experiência da independência provocou gradativamente o surgimento da própria noção de desenvolvimento e uma espécie de colonialismo interno que adveio com a formação de novos técnicos, profissionais, empresários e capitais “crioulos”<sup>37</sup>.

O colonialismo interno corresponde a uma estrutura de relações sociais que gerava domínio e exploração entre grupos culturais diferentes e heterogêneos, sob a óptica da superioridade e da civilização<sup>38</sup>. Essa estrutura social possui semelhanças com as relações de domínio e exploração típicas de uma estrutura urbano-rural da sociedade tradicional e/ou dos países em desenvolvimento, na medida em que uma população integrada por diferentes classes (urbana ou colonialista) domina e explora uma população também integrada por diferentes classes (rural e colonizada), pois essas características culturais contrastam radicalmente pela exploração e pela violência<sup>39</sup>. A estrutura do colonialismo interno se diferencia de uma estrutura de classe porque ela não se baseia na exploração exercida pelos proprietários dos meios de produção sobre os que não possuem os meios de produção, mas sim por ser uma relação de dominação e exploração de uma população sobre outra e que ambas possuem diferentes classes entre si<sup>40</sup>.

No caso mexicano, além da exploração dos povos indígenas, podemos encontrar características econômicas e sociais que convergem para a configuração do colonialismo interno, a saber: o monopólio político e econômico concentrado nas principais cidades, chamadas de “metrópoles”; o monopólio sobre o comércio e o crédito destinados aos indígenas, provocando relações desfavoráveis para esses últimos e uma descapitalização de suas terras; formas de exploração que acabaram se combinando com o passar do tempo, sendo elas o capitalismo, o escravismo, o

---

<sup>36</sup> Chiapas em dados. Acessível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=483&cat=113>.

<sup>37</sup> CASANOVA, Pablo González. Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina. Rj, Vozes, 2002, p.83.

<sup>38</sup> Idem, p.99.

<sup>39</sup> Idem, p.99.

<sup>40</sup> Idem, p.100.



feudalismo, trabalhos forçados e o trabalho assalariado. A apropriação das terras das comunidades indígenas tinha por objetivo torná-los força de trabalho farta e barata<sup>41</sup>.

Diante dessa realidade, os seguintes traços foram se reproduzindo nas comunidades indígenas: economia predominantemente de subsistência, nível monetário de capitalização mínimo, terras de acentuada pobreza agrícola ou de baixa qualidade ou impróprias para a agricultura (ou ainda terras de boa qualidade, porém muito isoladas), baixo nível de produtividade agropecuária, nível de vida inferior às regiões não indígenas, carência acentuada de serviços públicos e difusão do alcoolismo e da prostituição<sup>42</sup>. Essas características vieram acompanhadas de humilhações raciais que julgavam os indígenas como incapacitados e indolentes para o trabalho, contribuindo para a perda das principais características culturais dessas populações. Ainda que o indígena se travestisse de mestiço – adotando o espanhol como idioma e reproduzindo valores e convenções dominantes —, ainda assim o seu lugar era secundário e mantido por uma política discriminatória do ponto de vista racial e econômico, pois os créditos e os investimentos públicos destinados aos indígenas eram proporcionalmente menores<sup>43</sup>.

A revolução iniciada em 1910<sup>44</sup> é considerada o maior feito histórico mexicano após a independência. Ela representou a consolidação do Estado liberal e deu fim à ditadura de Porfírio Díaz, promovendo uma reforma agrária que distribuiu um volume considerável de terras para camponeses e indígenas. Essas terras são chamadas de *ejidos*<sup>45</sup>. Porém, se um dos deveres do Estado é proteger a vida e a propriedade privada e ao jogo democrático cabe dar voz aos cidadãos, no México a realidade é bem diferente. Pois se a democracia tem sido vista por grupos indígenas e camponeses como uma mera participação no pleito eleitoral, a defesa da vida desses mesmos também não é garantida. A política mexicana operou sob a influência ou a participação de proprietários de terras em altos cargos públicos, o que contribuiu para que executassem atos de violência dentro de suas fazendas, muitas vezes com o respaldo do governo, mantivessem formas de trabalho semelhantes à servidão e/ou à escravidão sem responderem por isso, formassem *guardias blancas* que serviam como tropas de defesa

---

<sup>41</sup> Idem, p.104.

<sup>42</sup> Idem, p.105.

<sup>43</sup> Idem, pp.105-106.

<sup>44</sup> Trataremos mais desse tema no próximo capítulo.

<sup>45</sup> Essas terras foram concedidas pelo Estado e garantidas mediante a Constituição de 1917 como direito destinados a camponeses e indígenas e a sua venda era proibida.

e disciplinamento nas fazendas, espalhando medo e violência e, assim, contribuindo para a expulsão de comunidades de suas terras<sup>46</sup>.

Mesmo após a divisão das terras, os camponeses se viram numa realidade difícil dentro das propriedades particulares, já que a revolução não logrou o fim do latifúndio, mas sim impulsionou o desenvolvimento capitalista e uma pacificação — seguida de expropriação — dos índios na região norte do país, melhorando as relações na fronteira com os EUA, o que possibilitou uma maior entrada de capitais americanos na economia mexicana<sup>47</sup>. A fase armada da revolução e a promulgação da Constituição de 1917, que reconheceu o reparto agrário, não foram capazes de solucionar o problema da concentração de terra, o que possibilitou a manutenção da relação de trabalho em que estavam inseridos camponeses e indígenas nas fazendas onde havia prisões e castigos físicos; escravidão por dívida, sendo ela hereditária até o pagamento total da mesma<sup>48</sup>. Uma das formas assumidas pela tomada de terras aconteceu devido à concorrência com as grandes propriedades e a ausência ou insuficiência da oferta de créditos para os *ejidatários* pelo Estado. Diante disso, ao *ejidatário* coube integrar-se à economia capitalista, concorrendo com os latifúndios, ou se proletarizando<sup>49</sup>.

A partir da segunda metade do século XX, cada vez mais o trabalhador rural passou a perder espaço como mão-de-obra. A implementação de tecnologias cada vez mais avançadas e da engenharia genética possibilitou, mais do que em qualquer outro momento, a transformação progressiva da agricultura em indústria, e seus reflexos foram a progressiva obsolescência do papel do camponês e a crescente libertação da produção agrícola frente aos ditames da natureza. Ressaltando a enorme diversidade de formas e relações assumidas por camponeses ao longo da história, Ciro Flamarion Cardoso argumenta que o camponês possui o uso estável da terra, seja ela como propriedade ou algum tipo de usufruto; trabalho predominantemente familiar, com possível utilização de força de trabalho de fora do núcleo familiar; economia fundamentalmente de autoconsumo, sem excluir possíveis ou eventuais vínculos com o mercado; certo grau de autonomia e gestão das atividades agrícolas nas decisões do que

---

<sup>46</sup> CASANOVA, Pablo González. Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina. Rj, Vozes, 2002, pp. 234-237.

<sup>47</sup> OTERO, Gerardo. ¿Adiós ao campesinato? Democracia y formación política de las clases en el México rural. México, 2004, p.62.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Idem, p. 66.

e como plantar<sup>50</sup>. Esses camponeses, que muitas vezes eram indígenas, encontravam-se em desvantagem frente à força do capital e dos processos de exploração ou expulsão de terras. Entendemos o índio como um conceito supra-étnico e abrangente que abarca etnias, línguas, culturas e religiões. Como categoria política, designa que estabelece restrições, ou subordinações e obrigações particulares em uma formação social. Sob esse conceito, agrupam-se os descendentes reais ou suposto dos grupos humanos que ocuparam o território do México antes da colonização espanhola<sup>51</sup>.

A industrialização mexicana começou nos anos de 1930, sob o governo de Cárdenas, e com ela houve uma reforma agrária que colaborou para o desenvolvimento do capitalismo no México. A gestão de Cárdenas promoveu uma distribuição de terras nunca antes vista no país. Entretanto, mais do que uma herança revolucionária, a nova distribuição fundiária significou uma solução para a crise do capitalismo de 1929, que afetou profundamente a economia mexicana, derrubando a procura por seus gêneros agrícolas e o investimento estrangeiro. Através da redistribuição de terras agricultáveis — transformadas em *ejidos* —, houve a ampliação da produção de alimentos, que foram ofertados a preços baixos, contribuindo para o processo de industrialização e reduzindo a demanda por produtos industriais importados<sup>52</sup>. Com isso, o governo conseguiu dar início ao desenvolvimento industrial mexicano, atendeu de forma pontual as petições de terras aos camponeses e não se chocou com os interesses dos grandes latifundiários, o que não proporcionou a mudança na estrutura fundiária do país<sup>53</sup> esperada pelos camponeses. Sendo assim, Cárdenas preservou a produtividade dos latifúndios e manteve um fluxo ininterrupto de matéria-prima agrícola e bens salariais para a indústria, concentrando os camponeses em estruturas que se assemelhavam a cooperativas de produtores<sup>54</sup>. Em lugar de deixar camponeses e operários se organizarem de forma independente, Cárdenas incorporou as suas organizações dentro

---

<sup>50</sup> Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002.

<sup>51</sup> Cf. WARMAN, Arturo. *Los índios mexicanos en umbral del milenio*. México, FCE, 2003. pp. 21;38-39.

<sup>52</sup> FIGUEIREDO, Guilherme G. de. A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2003, p.103.

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> OTERO, Gerardo. *¿Adiós ao campesinato? Democracia y formación política de las clases en el México rural*. Mexico, 2004, p.67.

da estrutura de concessões do partido oficial, buscando alimentar o “equilíbrio” e a reconciliação por meio da mediação do Estado entre capitalistas e trabalhadores<sup>55</sup>.

Se, durante três quartos do século XX, indígenas e camponeses lutaram por terra com o intuito de escapar da proletarização, a partir do último quartel essa luta objetivava escapar da exclusão que a agricultura comandada pelo grande capital impulsionava. Dali em diante, pequenos e médios produtores domésticos, que eram vistos como componentes inalienáveis do padrão integrado de organização do setor agrícola (quando o latifundiário compra a produção do pequeno produtor), passaram a se tornar cada vez mais irrelevantes em um sistema desarticulado que dependia cada vez menos da força de trabalho dos homens<sup>56</sup>. Tal exclusão possibilitou também a perda da sua soberania laboral e alimentar.

Uma das suas causas está associada à perda de competitividade mercantil dos camponeses. Sua exclusão, portanto, passou a ser não mais circunstancial, mas definitiva, por conta do acelerado crescimento agrícola cada vez mais intensivo e mecanizado, que atende de modo satisfatório a demanda do planeta sem que seja preciso derrubar florestas e bosques, como no uso extensivo da terra (técnicas tradicionais)<sup>57</sup>. Essa marginalização veio acompanhada pelo uso cada vez maior de sementes modificadas geneticamente (transgênicas)<sup>58</sup>, o que provocou a liberação de força de trabalho (porque interessa ao grande fazendeiro a contratação temporária desse trabalhador sem nenhum vínculo formal) e a perda de terras que foram incorporadas ao latifúndio. Porém, mesmo enfraquecidos ou em um estado de exclusão, diversos movimentos sociais do campo buscaram se articular contra o monopólio dos transgênicos, promovendo protestos e greves de fome, além de informar sobre os malefícios causados por uma alimentação baseada nesse tipo de produto<sup>59</sup>.

Refletir sobre a questão agrária mexicana é de fundamental importância para analisar problemas mais gerais que afligem essa sociedade. Promover um apoio adequado aos camponeses serviria para reduzir a migração internacional –

---

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> BARTRA, Armando. Marginales, Polifonicos, Trashumantes: os campesinos del milenio. In FERNANDES, B.F.; MARQUES, M.I.M, SUZUKI, J.C. (Orgs.). *Geografía agrária teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 90.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Bartra apresenta uma crítica ao avanço da agricultura baseada nos transgênicos ao argumentar que, o país que não consome e não planta o seu principal alimento já se coloca em desvantagem na globalização e também estimula o êxodo dos seus trabalhadores para outros países. BARTRA, Armando. *Os novos camponeses*. Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011, p.119.

<sup>59</sup> RIBEIRO, Sílvia. La guerra del maíz. La Jornada 26/01/2013.

principalmente para os Estados Unidos –, pois tal medida proporcionaria a geração de empregos, o que atrairia pessoas que se encontram economicamente inativas ou na informalidade, causando o inchaço do meio urbano; colaboraria para a redução dos riscos de crise com o abastecimento do mercado interno mediante o aumento produção de alimentos; fortaleceria o caráter plural da cultura mexicana e também proporcionaria uma relação mais harmoniosa e mais sustentável com a natureza e sua biodiversidade<sup>60</sup>.

Ao mencionar as migrações<sup>61</sup>, não é nossa intenção adentrar nas questões mais específicas que impulsionam a ida anual para o exterior de milhares de mexicanos, mas sim chamar a atenção sobre algumas consequências desse processo estado de Chiapas, especificamente na região da Selva Lacandona, local onde foi gestado o Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Até as primeiras décadas do século XX, a Selva Lacandona – também conhecida como Deserto da Solidão – era habitada por poucas centenas de indígenas lacandones<sup>62</sup>. Nos anos trinta, com a crise do latifúndio cafeeiro, muitos trabalhadores rurais fugiram para regiões menos desfavorecidas. Nos anos cinquenta ocorreu a liberação de força de trabalho das fazendas de gado, porque já não precisavam mais de seus serviços<sup>63</sup>. Dos trabalhadores que se tornaram “livres” da exploração nessa época, uma parte foi trabalhar nas empresas de eletricidade ou petrolíferas e outra parte se constituiu como camponeses pobres na região selvática<sup>64</sup>. Sendo assim, o motor de atração que impulsionou as primeiras migrações foi a possibilidade de obter uma fonte de trabalho<sup>65</sup>. A partir da segunda metade do século XX, a política agrária do governo federal favoreceu o crescimento da imigração para a selva mediante a distribuição de

---

<sup>60</sup> BARTRA, Armando. Marginales, Polifonicos, Trashumantes: os campesinos del milenio. In FERNANDES, B.F.; MARQUES, M.I.M, SUZUKI, J.C. (Orgs.). *Geografía agrária teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp.96-97.

<sup>61</sup> As migrações, principalmente para os EUA, não só possibilitam a queda drástica da força de trabalho no campo, mas também contribui para a queda do índice populacional, ficando nessas terras as mulheres, crianças e idosos. O indígena fora da sua região é vítima constante de xenofobia e ainda que consiga trabalho, esse trabalho é desqualificado e de baixa remuneração. Porém, a xenofobia e os baixos salários também podem ser vistos na própria sociedade urbana mexicana e um racismo nada velado transmitido pela família, pelas escolas, jornais, etc. Cf. GUERRERO, Alicia Castellanos; IZQUIERDO, Jorge Gómez; PINEDA, Francisco. México: o racismo mestiço. In DIJK, Teun A. van (ORG). *Racismo e discurso na América Latina*. SP, Contexto, 2008, pp.253;257;267;269., BARTRA, Roger. Os novos camponeses. SP, Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011, pp. 125-129.

<sup>62</sup> LE BOT, Yvon. *Subcomandante marcos: El sueño zapatista*. Barcelona. Plaza & Janés, 1997, p.33.

<sup>63</sup> CASANOVA, Pablo González. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Rj, Vozes, 2002, pp. 220-221.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> LEYVA, Xochitl, FRANCO, Gabriel Ascencio. *Lacandonia al filo del agua*. Cidade do México : FCE, CIESAS, UNICACH, CIHMECH-UNAM, 1996, p.45.

terras na região para ocupação de espaços e expansão da fronteira agrícola<sup>66</sup>. Com esse processo migratório, a Selva Lacandona passou a possuir uma diversidade linguística e religiosa que foi acompanhada pela queda da importância da grande propriedade em face de propriedades comunais, que foram crescendo na região<sup>67</sup>.

À medida que a população cresceu na selva, também aumentou a sua diversidade cultural por conta dos mais variados povos indígenas que passaram a fazer da região o seu lar. Um fator importante a assinalar foi a construção das identidades entre os povos, sendo que, muitos deles, herdeiros dos maias, não possuíam alianças entre si e muitas vezes eram rivais. A identidade entre os povos indígenas que passaram a dividir aquele espaço foram forjadas entre 1930-1990 e serviu de base para a criação do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Essa identidade foi construída por um processo espontâneo a partir de um passado de fuga da exploração e de culturas muito próximas entre si, mas o que ajudou mesmo a nortear essas alianças foram as lutas pelo acesso à terra<sup>68</sup>. Essa convivência possibilitou casamentos entre as comunidades indígenas ali presentes — *tojolabales* casavam com *tzeltales*<sup>69</sup>, por exemplo. A preservação de idiomas indígenas se deu nas comunidades plurilíngues da seguinte forma: os filhos recebiam a instrução de falar o idioma da mãe no espaço da casa, enquanto que na presença do pai e fora da casa (as esposas também) se comunicavam no idioma do pai (também esposo). No caso de uma comunidade indígena majoritária, o idioma utilizado nos espaços públicos seria aquele que compete à maioria<sup>70</sup>. E o espanhol era ensinado para a vida futura dos jovens para fins de mobilidade social.

Do que muitas vezes serviu de aproximação, a religião passou a ser um fator de rompimento entre as comunidades devido à quebra de relações étnicas tradicionais. O impacto da entrada do cristianismo de matriz evangélica serviu para romper com laços estabelecidos entre esses povos, ocasionando alterações nas visões dos conversos sobre questões comunais e espirituais. A origem de tais expulsões remonta ao ano de 1938 e se deu com a entrada do Instituto Linguístico de Verão (ILV), que contou com o apoio do governo mexicano, baseando-se no ideário liberal de liberdade de culto e religião. Mas essa entrada de missionários na região teve uma outra função para o governo: a de levar serviços que deveriam ser promovidos pelo Estado, como a alfabetização e

---

<sup>66</sup> Idem, p.48.

<sup>67</sup> Idem, p.78.

<sup>68</sup> Idem, p.98.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Idem, pp.98-99.

introdução da medicina moderna, consideradas como meios para a modernização dos povos indígenas<sup>71</sup>.

A entrada de missionários evangélicos encontrou receptividade em algumas comunidades e, em outras, rejeição e resistência. Entre os *tzeltales* e os *choles* os missionários tiveram êxito; entretanto, entre os *tzotziles*, a religião da comunidade e seus complexos sistemas de cargos, acompanhados pela rigidez e severa vigilância das autoridades, fizeram com que ocorresse uma impermeabilidade a influências externas<sup>72</sup>. Todavia, essa resistência não foi vitoriosa, porque justamente ela colaborou para que os indígenas pertencentes a essas fortes lideranças manifestassem o desejo de se libertarem, e isso contribuiu para o avanço das conversões<sup>73</sup>.

A expulsão dos convertidos ao cristianismo evangélico trouxe consigo uma questão política camuflada de religiosa. A busca de novas terras por expulsos e convertidos religiosos se deu por causa da quebra de práticas e costumes estabelecidos pelo catolicismo popular fortemente sincrético, mas a questão política adveio da quebra da economia e da política estabelecidas pelas lideranças comunitárias. A renúncia estabelecida pela conversão não permitia a compra e a ingestão de bebidas alcoólicas, o pagamento de impostos que movimentavam os festejos da comunidade e a compra de velas que serviam para a adoração dos ícones religiosos<sup>74</sup>. Essa renúncia cada vez maior por parte da adesão religiosa afetou não só o sistema econômico, mas também o político, porque ambos eram controlados por lideranças locais mestiças ou indígenas.

Essa aparente questão religiosa proporcionou durante anos o enriquecimento de lideranças mestiças e indígenas sob a justificativa da preservação das tradições culturais das comunidades, pois mantinham os indígenas presos em um sistema de compras que servia para o seu abastecimento ou para a realização de festejos que gerava dívidas no comércio local, além da fixação de trabalhadores em fazendas, mantendo uma força de trabalho farta e barata. A construção de núcleos coloniais obedeceu também à fuga dos convertidos desse sistema ou à desapropriação autorizada pelo governo com a finalidade de manter essa relação de controle<sup>75</sup>.

Ao romper com a rigidez da vida comunitária, o indígena passou a descobrir uma comunidade étnica ampliada e, com o uso da religiosidade, uma comunidade

---

<sup>71</sup> DELGADO, Manuela Cantón. Las expulsiones indígenas en los Altos de Chiapas: algo más que un problema de cambio religioso. *Revista Mesoamérica*, 1997, Vol. 18 N°33, pp.151-152.

<sup>72</sup> Idem, p.152.

<sup>73</sup> Idem, p.153.

<sup>74</sup> Idem, p. 160.

<sup>75</sup> Idem, pp.161-164.

transnacional se apresentou sob a forma do catolicismo, dos evangélicos e suas redes também com a religião indígena<sup>76</sup>. Como veremos, o fator religioso influenciou para que os indígenas começassem a cada vez mais ganhar voz e visibilidade política, com destaque para seus movimentos sociais, como, por exemplo, o Conselho de Representantes Indígenas dos Altos Chiapas (CRIACH), que luta pelo regresso de indígenas expulsos de suas terras. Essa atuação envolvendo indígenas e cristãos ligados a setores do catolicismo contribuiu para a aglutinação e o fortalecimento dos indígenas como sujeitos políticos, criando não apenas uma comunidade entre si, mas também as bases do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Entretanto, os grupos evangélicos não contribuíram para endossar as bases do EZLN; pelo contrário, passaram a ter aversão ao zapatismo<sup>77</sup>.

Dos grupos camponeses e indígenas em Chiapas que foram habitar a Selva Lacandona, muitos deles colaboraram para o crescimento do zapatismo como suas bases de apoio ou preenchendo suas fileiras. Como já abordamos, a expulsão de suas terras, a anexação das terras comunais pelo grande capital e problemas sociais disfarçadamente religiosos impulsionaram a migração para as regiões selváticas de Chiapas. No regime racista e oligárquico de predominância naquela região, a violência contou com a permissividade estatal –além de práticas de cooptação de lideranças comunitárias –, fazendo com que o maior prejudicado fosse o indígena, o camponês e o mestiço pobre. De acordo com Casanova, em uma pesquisa relativa apenas a uma parte de Chiapas, entre os anos 1974-1987, cerca de 982 lideranças populares foram assassinadas, 1.084 camponeses foram presos sem base legal, 379 foram feridos gravemente, 505 foram sequestrados e torturados, 334 desapareceram, 38 mulheres foram estupradas, milhares foram expulsos de suas terras e 89 povoados sofreram destruições de suas plantações e devastadoras queimadas<sup>78</sup>.

A terra significa para as comunidades indígenas não só o seu meio de sustento, mas também o elo de ligação e harmonia com a natureza, as representações religiosas e a ancestralidade dos povoados de herança maia, o que reforça os laços identitários. O

---

<sup>76</sup> O pentecostalismo era o segmento evangélico que mais crescia no final dos anos de 1990. Os pentecostais, diferentemente de metodistas e presbiterianos, os pentecostais não possuem qualquer inclinação para pautas políticas associadas à esquerda. Como a Selva possui uma comunidade pentecostal grande, esses evangélicos não apoiavam o EZLN. Cf. LE BOT, Yvon. *Subcomandante marcos: El sueño zapatista*. Barcelona: Plaza & Janés, 1997, p.46.

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> CASANOVA, Pablo González. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Rj, Vozes, 2002, p.236.



Estado, que promoveu durante anos uma política indigenista de ocidentalização dos povos indígenas e foi conivente com as práticas violentas promovidas por latifundiários, passou a partir dos anos 1970 a entregar também a Selva Lacandona ao grande capital. Em um decreto de 1971, por exemplo, destinou uma parte considerável da Selva para a extração de madeira pela Companhia Florestal Lacandona S.A.<sup>79</sup> Progressivamente, as regiões mais inóspitas da Selva passaram a ser habitadas e mais terras disponíveis e férteis podiam ser acessadas; entretanto, a habitação dessa região e o acesso a terras férteis não foram devidamente apoiadas pelo Estado. Essas experiências vividas de luta contra a exploração, as migrações, o ideal religioso e os traços culturais que se aproximavam contribuíram para o crescimento das relações entre as comunidades, forjando uma identidade Lacandona entre seus habitantes.

Apontamos neste capítulo algumas questões importantes para o entendimento da formação das bases zapatistas constituídas por camponeses e indígenas. Os principais pontos abordados neste capítulo foram: 1) a exclusão indígena desde o projeto de nação mexicana a partir da formação do Estado-nação liberal; 2) o indigenismo como uma política estatal sustentada sem ouvir os grupos aos quais se dirigiam; 3) o crescimento do indianismo como força política não atrelada ao governo; 4) as relações de exploração e a questão da terra com uma nova forma de colonialismo; 5) as migrações para áreas inóspitas fugindo das relações de exploração e também com o anseio de buscar uma forma de vida mais própria; 6) o início da construção de identidades étnicas até então não pensadas como forma de resistência ao colonialismo interno.

No capítulo seguinte buscaremos analisar: 1) a formação das bases zapatistas; 2) a participação de grupos católicos na politização de questões sociais; 3) a formação de lideranças indígenas independentes contra grupos cooptados pelo Estado; 4) o surgimento do EZLN, passando pelo levante armado e suas mudanças de atuação política entre 1994 e 2003.

---

<sup>79</sup> Idem, p.226.

## Capítulo II

### Da guerrilha foquista à criação do EZLN: trajetórias, opção pelo levante armado e mudanças no projeto político (1983-2003)

Anteriormente, focamos nossa atenção em um problema crucial pertinente à sociedade mexicana, que é a questão indígena. Verificamos que nem mesmo o nome genérico dado a eles respeita a visão que eles mesmos tinham de si e foi imposto pelos europeus com a colonização do continente americano. Também percebemos que a política indigenista destinada a eles, assim como o nome que lhes foi dado, foi imposta de cima para baixo. Por fim, tangenciamos as formas de exploração de que foram vítimas esses povos a partir da emancipação política liderada pelos caudilhos, do processo de mestiçagem e dos conflitos agrários.

Nesse capítulo, nossa intenção é refletir sobre a questão agrária a partir da revolução de 1910, além de procurar entender o que representou esse processo e qual o seu legado para a política e a sociedade mexicana. No momento seguinte, o objetivo é abordar a importância da Teologia da Libertação para os países da América Latina, mostrando a sua influência na politização dos povos indígenas. Na última parte deste capítulo, discutiremos a formação do que veio a ser o embrião do zapatismo, ainda dentro de um tipo de tradição de lutas muito presente na América Latina na segunda metade do século XX. Destacaremos o encontro de uma vanguarda revolucionária com o mundo indígena atuante politicamente, fazendo com que o grupo guerrilheiro sofresse mudanças significativas em seu projeto político e ganhasse o apoio de indígenas e camponeses, o que influenciou o zapatismo a levantar reivindicações como a reforma agrária, a autonomia indígena e a mudança do sistema político nacional mexicano.

#### 2.1 - Heranças da revolução: a questão agrária, o sistema político e o mito de Zapata

*Y son con certeza los “éxitos” estructurales de largo plazo lo que conta en las revoluciones, mucho más que la longevidad de hombres o régimes.*

(KNIGHT, ALAN. Revolución social: una perspectiva latinoamericana. *Revista de Historia y Ciencias Sociales*, n° 27, Instituto Mora, México DF, setiembre-diciembre de 1993, p. 145.)

O ano de 1910 marca um dos momentos mais importantes da história mexicana, ano que terminou com uma grave crise política marcada pela sucessão de Porfírio Díaz. Nas eleições que ocorreram nesse ano, o presidente, que governava o México desde 1876 de maneira intermitente, anunciou a aposentadoria do seu cargo público, mas sua ação não foi condizente com a sua palavra, e ele lançou sua candidatura e venceu as eleições em questão, criando um amplo descontentamento tanto em parte das elites políticas quanto nos trabalhadores rurais.

Durante o governo de Díaz, o México conheceu um processo de modernização econômica, com a integração do país através da implantação de linhas ferroviárias, o crescimento na comunicação nacional através do telégrafo e a entrada de capitais internacionais, o que gerou certo crescimento econômico. Entretanto, nesse mesmo período, também houve uma crescente tomada de terras das comunidades camponesas, ampliação do latifúndio mexicano e o aumento da exploração dos camponeses com práticas pré-capitalistas.

O principal opositor de Díaz era Francisco Madero, que pertencia a uma família tradicional do estado de Coahuila e estava prejudicado pela competição com empresas dos Estados Unidos. Ainda no governo de Díaz, Madero foi acusado de sedição e preso, o que facilitou a vitória do seu opositor. Mas Madero fugiu e seguiu para os Estados Unidos e de lá lançou um manifesto aos mexicanos – o Plano San Luiz de Potosí –, que conclamava os mexicanos a se sublevarem contra o porfirismo e mencionava a questão da perda de terras pelos camponeses. O chamado de Madero não apenas ecoou na insatisfação dos camponeses, mas também serviu para ser ouvido e respondido por opositores de Díaz.

A revolução de 1910 foi reflexo de um projeto político liberal que não obteve êxito que começou a ser implementado em 1857<sup>80</sup>. Se a intenção foi a de criar uma sociedade moderna, industrializada e aberta ao progresso econômico, a realidade em 1910 era bem distinta desse planejamento, pois o México se encontrava sacudido pelas inovações trazidas pelo porfiriato, mas ainda estava preso às tradições coloniais, com uma sociedade com fortes nuances católicas, indígena, dominado pelo latifúndio, com

---

<sup>80</sup> Após a independência mexicana de 1810, ocorreu a adoção de um governo monárquico que vigorou até a implantação da república liberal, sendo seguida da sua primeira Constituição republicana, que é de 1857.

uma indústria restrita à área têxtil e de mineração, um comércio incipiente e com uma república oligárquica e autoritária<sup>81</sup>.

A revolução de 1910, que começou com uma questão política-eleitoral e tornou-se uma revolução social<sup>82</sup>, teve uma incidência fortemente impulsionada pelo ativismo dos trabalhadores do campo. Portanto, a revolução teve caráter maciçamente rural.

O crescimento da malha ferroviária durante o governo de Díaz colaborou para que os grandes fazendeiros descobrissem que podiam enviar sua produção não só para o mercado externo, mas também para áreas do próprio México através da integração territorial e comercial<sup>83</sup>. Juntamente com a expansão das ferrovias, viviam e sobreviviam comunidades indígenas e camponesas que constantemente tinham suas terras ameaçadas pelo latifúndio<sup>84</sup>, e essa sobrevivência das comunidades colaborou para o enriquecimento das fazendas, pois muitos camponeses eram contratados como trabalhadores temporários. Ou seja, a persistência das comunidades de certa forma também colaborou para o enriquecimento das fazendas, assim como a expansão da grande propriedade também colaborou para a manutenção da força de trabalho que servia às fazendas. Outro fator que contribuiu para o crescimento das fazendas foi a incorporação de terras da Igreja por conta da adoção de um governo liberal e laico<sup>85</sup>.

Os conflitos que tinham em seu cerne a questão da terra não eram novidade na aurora da revolução de 1910. Entretanto, não só de forma local, a convocação de Madero promoveu um despertar nacional, que passou a caracterizar o processo revolucionário como uma grande revolta camponesa e popular. O movimento camponês que já atuava nos tempos anteriores a 1910 tomou fôlego com o chamado de Madero através do Plano de São Luis de Potosí e da referência à restituição de terras adquiridas

---

<sup>81</sup> BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. A Revolução mexicana. São Paulo, Ed. UNESP, 2010,p.62.

<sup>82</sup> Segundo Alan Knight, há dois atributos chaves que a maioria dos analistas aceitam para tratar o conceito de revolução social, e são eles : a)supõe uma importante mobilização política ao seguir causas que são suficientemente tratadas para deduzir tanto um compromisso voluntário (no coercitivo) como uma oposição significativa, o qual pela via de algumas serias crises governamentais; b) profundas mudanças estruturais sociais e políticas. A característica *a* é descritiva – descreve o que é a revolução em termos de processo. A segunda característica é funcional – denota as consequências estruturais de uma revolução. In KNIGHT, ALAN. Revolución social: una perspectiva latinoamericana. *Revista de Historia y Ciencias Sociales*, nº 27, Instituto Mora, México DF, 1993.p.149.

<sup>83</sup> KNIGHT, Alan. *La Revolución mexicana: del porfiriato al nuevo régimen constitucional*. México, FCE, 2010.p.128.

<sup>84</sup> Os problemas entre as comunidades camponesas e indígenas frente ao latifundismo mexicano já foram trabalhados no capítulo anterior como por exemplo: a relação entre produção, comercialização e endividamentos os pequenos proprietários, o que proporcionou a muitos fazendeiros a ampliarem as suas terras e também a garantir trabalhadores para as suas terras. Cf. KNIGHT, Alan. *La Revolución mexicana: del porfiriato al nuevo régimen constitucional*. México, FCE, 2010,pp.134-139.

<sup>85</sup> *Ibidem*,pp.130-134.

de forma ilegal<sup>86</sup>. A partir do ano de 1911, começou uma reforma agrária de forma local e anárquica, principalmente na região sul, onde os camponeses estavam sob a liderança de Emiliano Zapata. Os movimentos agrários organizados passaram a somar forças com outras revoltas camponesas que tinham como característica a vingança contra práticas realizadas por grandes proprietários. De início, esses movimentos careciam de viés político e possuíam uma natureza vingativa contra inimigos específicos<sup>87</sup>.

O ataque a grandes fazendeiros também foi realizado por indígenas. A revolução deu oportunidade para reviver os litígios agrários e provocou o temor de uma revolta indígena que passou a ser verificado nos ataques contra famílias tradicionais, principalmente no sul, muitas vezes motivados por vinganças, chegando a assassinatos de grandes proprietários e a tomada e recuperação de suas terras<sup>88</sup>.

A vertente mais radical do processo revolucionário se acentuou com a liderança de Emiliano Zapata. Zapata foi o líder que comandou os camponeses armados na região sul. Portanto, o Exército Libertador do Sul não foi um exército profissional, mas sim uma milícia popular voluntária de forte participação camponesa entre os anos de 1910 e 1919.

Zapata utilizou-se da mesma estratégia de Madero e lançou outro plano: em 1911 anunciou o Plano de Ayala. Em seu programa, Zapata denunciou a política maderista da distribuição de terras, considerando-a uma traição da revolução, e convocou à luta por uma reforma agrária ampla<sup>89</sup>. Apesar de sua radicalidade, o movimento liderado por Zapata foi fundamentalmente defensivo, retrospectivo e nostálgico, semelhante a movimentos de sua época, e pode ser entendido como uma reação conservadora contra as mudanças sociais e econômicas que afetavam o modo de vida indígena<sup>90</sup>. Esse tipo de cultura colaborou para o zapatismo (1910-1919) seguir uma diretriz comunal e buscar metas do passado.

A organização comunal representou uma espécie de anarquismo rural. Uma estrutura agrária sem grandes fazendeiros, sem capatazes, sem obrigações de trabalho destinado a um proprietário, mas com terra livre e livre produção. Tratou-se de um anarquismo diferente do que idealizara Bakunin, posto que o seu principal discurso

---

<sup>86</sup> KNIGHT, Alan. *La Revolución mexicana: del porfiriato al nuevo régimen constitucional*. México, FCE, 2010, p.429.

<sup>87</sup> KNIGHT, Alan. *La Revolución mexicana: del porfiriato al nuevo régimen constitucional*. México, FCE, 2010, p.313.

<sup>88</sup> Idem, pp.316-317.

<sup>89</sup> Idem, p.428.

<sup>90</sup> Idem, p.429.

ideológico era popular, patriota e liberal<sup>91</sup>. O projeto político revolucionário do sul articulou-se ao redor da questão agrária, mas também abarcou outros pontos da realidade política, econômica e relações de trabalho<sup>92</sup>.

Sendo a revolução de grande participação camponesa, a questão agrária de fato foi o eixo principal das mobilizações do mundo rural. O Plano de Ayala foi o documento fundador do zapatismo (1910-1919) e a distribuição de terras o foco central desse documento. Segundo ele, o reparto agrário seria conquistado de forma imediata pela via armada, cabendo aos antigos proprietários recorrer através da comprovação de documentos. A outra forma de tomada de terras para a distribuição seria o confisco dos bens dos inimigos da revolução<sup>93</sup>. Para o projeto político zapatista, a comunidade agrária significava a entidade política central dotada de autonomia e recursos próprios, sendo o município a mais importante unidade de poder, mais do que as instâncias estadual e federal<sup>94</sup>. A respeito das relações de trabalho, reconhecia-se tanto o direito à organização sindical e as suas formas de luta – como a greve e o boicote – quanto a necessidade de se reformar as leis trabalhistas. Também se estabelecia a necessidade de obtenção da igualdade feminina e a aprovação do divórcio, assim como a participação dos ganhos obtidos das empresas internacionais em solo mexicano<sup>95</sup>. Para o zapatismo, a soberania popular não se traduzia em uma democracia formal e representativa, mas sim em uma democracia direta radicada permanentemente nas unidades sociais que controlam a terra, possuem autonomia para organizar a produção, têm funções políticas e de governo e poder armado<sup>96</sup>. Diante dessa concepção, a comunidade agrária não designaria uma localização geográfica, mas uma unidade social de classe.

Outra face do projeto de Zapata tangenciou a questão do governo. Segundo o zapatismo, o governo era considerado como um instrumento de opressão pelo seu centralismo e era controlado por um grupo profissional e distante dos povos mexicanos, devido ao seu caráter repressivo e expropriador<sup>97</sup>. Para o zapatismo, o problema da revolução não era tomar o governo, mas sim a sua dissolução, para proceder a uma

---

<sup>91</sup> Idem,p.430.

<sup>92</sup> WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In KATZ, Friedrich. *Revuelta, rebelión y evolución. La lucha rural en México del siglo XVI ao siglo XX*. México, ERA, 1990.p.292

<sup>93</sup> Idem,297.

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Idem,p.298.

<sup>96</sup> Idem,p.302.

<sup>97</sup> Idem,p.304.

reformulação do Estado. A revolução era concebida como um processo e não como um ato de tomar o poder estatal<sup>98</sup>.

Embora a liderança de Emiliano Zapata tenha grande destaque no lado sulista do processo revolucionário, temos também que levar em consideração o papel não menos importante de José Doroteo Arango – mais conhecido como Pancho Villa –, que liderou os camponeses da região norte do país. Há de se considerar as diferenças entre os projetos dos dois exércitos revolucionários. Ao sul, o zapatismo manteve desde o início até o final uma identidade camponesa e uma orientação agrarista, devido ao seu contexto regional, ao seu elevado grau de homogeneidade social e à ausência de contatos políticos e econômicos com os Estados Unidos<sup>99</sup>. Entretanto, não se pode considerar os villistas como um movimento camponês de cunho agrarista, como os zapatistas. A composição do exército villista era muito mais heterogênea e não se limitava aos camponeses, por isso os objetivos agraristas possuíam menos peso<sup>100</sup>. Isso deveu-se à discrepância entre seus líderes e suas origens sociais, pois os nortistas manifestavam o desejo de ascender socialmente e manter o controle de algumas fazendas e das relações econômicas com os Estados Unidos. Outro ponto importante diz respeito aos rumos tomados pelos dois exércitos: com o assassinato de Zapata em 1919, os sulistas depuseram suas armas, enquanto os nortistas formaram as bases do novo Exército Federal do México por conta da sua profissionalização e desejo de conquistar terras. A partir daí, essa configuração militar endossada pelos ex-villistas passou a ser um instrumento contrário aos camponeses e aliados aos grandes proprietários<sup>101</sup>.

O novo Estado mexicano começou a se formar, sobretudo, com a promulgação da nova Constituição (1917) sob o governo de Venustiano Carranza. O principal instrumento para vincular os camponeses ao novo regime foi a aplicação da reforma agrária prevista no Artigo 27, a qual, além de objetivos econômicos e sociais, cumpria a função política de pacificar e estabilizar o país<sup>102</sup>. Estabeleceu-se que as terras – muitas vezes improdutivas — concedidas às comunidades indígenas e camponesas por intermédio do Estado seriam propriedades coletivas e não poderiam ser vendidas, devido à não caracterização dessas mesmas como propriedade privada. Esse novo

---

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> TOBLER, Hans Wener. Los campesinos y la formación del Estado revolucionario, 1910-1940. In KARTZ, Friedrich. *Revolución, rebelión y evolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. México, ERA, 1990, p.432.

<sup>100</sup> Idem, p.434.

<sup>101</sup> Idem, pp.435-437.

<sup>102</sup> Idem, p.439.

núcleo produtivo colaborou para que camponeses e indígenas fossem inseridos no mercado com a sua produção, principalmente para abastecer o mercado interno, que passou a crescer anos mais tarde com o processo de industrialização alavancada durante a gestão de Lázaro Cárdenas (1934-1940). Cárdenas implementou uma reforma agrária nunca vista na história mexicana, preservou a produtividade das grandes terras, manteve um fluxo ininterrupto de matéria-prima agrícola e bens salariais para as indústrias e concentrou os camponeses em estruturas que se assemelhavam a cooperativas de produtores<sup>103</sup>.

As revoltas agrárias que desembocaram na revolução mexicana são um dos momentos mais intensos e decisivos, devido ao fato de que a partir delas a redistribuição de terras passou a ser realizada no país – mesmo que de forma inconstante e desigual. A redistribuição de terras fica marcada com a implementação da nova constituição de 1917, que representou o pacto social seguido da proteção e da divisão das terras para as comunidades, como reconhecimento dos seus direitos conquistados através de lutas, muitas das quais anteriores ao processo revolucionário<sup>104</sup>.

Embora a luta pelo acesso à terra no México fosse anterior a e uma das causas da revolução de 1910, tanto o reconhecimento do reparto agrário pela Constituição quanto a reforma implementada pelo governo Cárdenas configuram um dos legados mais significativos da revolução mexicana. Mesmo que não tenham sido as melhores terras e os *ejidos* ainda convivessem com o latifúndio, o reconhecimento da referência agrária constitucional pode ser considerado como uma vitória dos camponeses que se rebelaram<sup>105</sup>.

Outra característica que também consideramos como um legado do processo revolucionário mexicano foi a permanência no poder de um partido político que surgiu naquele período, bem como sua forma de conduzir os problemas políticos e sociais. Em 1929 foi criado o Partido Nacional Revolucionário para possibilitar aos veteranos da

---

<sup>103</sup> OTERO, Gerardo. *¿Adiós ao campesinato? Democracia y formación política de las clases en el México rural*. Mexico, 2004, p.67.

<sup>104</sup> BÓRQUEZ, Luciano (Concheiro) ; BELANGA, Hector Robles. Tierra, território y poder a cien años de la reforma agraria em México: lucha y resistencia campesindia frente al capital. In Guillermo Almeyra, João Márcio Mendes Pereira, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Luciano Concheiro Bórquez. *Capitalismo, tierra y poder en América Latina (1982-2012)*. México/Buenos Aires: UAM-X Peña Lillo-Continente/CLACSO, 2014 (no prelo).

<sup>105</sup> Durante grande parte do século XX, historiadores de tradição marxista, encaravam como derrotadas as chances de revolução quando a expropriação do campesinato não havia se massificado. Essa condenação da chamada “falha revolucionária” negligenciou durante anos ganhos significativos das massas trabalhadoras urbanas, camponesas e outros agentes sociais. Cf. THOMPSON, Dorothy. “Marxismo e História”. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004,p. 218.



revolução o acesso ao poder; em 1938, Cárdenas mudou o nome para Partido da Revolução Mexicana, com o apoio de trabalhadores e camponeses e de suas centrais sindicais; em 1946, o nome mudou para Partido Revolucionário Institucional e o México passou a ser governado pelas instituições que absorviam a política e a vida social mexicana. Durante a presidência de Cárdenas foram criadas as estruturas corporativas ligadas ao Estado, como a Central dos Trabalhadores Mexicanos (CTM), que passou a controlar de forma vertical o operariado mexicano, atendendo preferencialmente aos interesses dos sucessivos governos priistas, como também exerceram o controle da informação e o uso abusivo da máquina eleitoral (compra de votos e mobilizações de massas de trabalhadores sindicalizados em favor do partido)<sup>106</sup>. Essa perpetuação no poder de um só partido em um sistema político pluripartidário foi possível, entre outras razões, pelo controle das organizações sociais e políticas, a coerção física sobre grupos não atrelados ao governo e fraudes na contagem de voto – como em 1988, quando depois de uma pane no sistema de contagem que apontava a vitória de Cuauhtémoc Cárdenas, a eleição foi vencida por Salinas de Gortari (voltaremos a esse ponto mais à frente). A reeleição não é permitida pela Constituição mexicana com o intuito de haver renovação na vida política, sendo assim, o PRI promoveu um mecanismo de perpetuação no poder com a prática do “*dedazo*.” Essa prática consistia na escolha pelo presidente em exercício do seu candidato como sucessor e continuador da agenda priista (essas escolhas foram confirmadas pelas urnas no tempo em que o PRI exerceu o poder no México). A instituição presidencial controlava os poderes Judicial e Legislativo, enquanto outros setores da sociedade civil eram cooptados através de organizações de massas controladas pelo Estado, contribuindo para a sua permanência<sup>107</sup>.

Encerrando, o terceiro e último legado que destacamos do processo revolucionário foi a criação do mito heroico produzido sobre a imagem do líder sulista dos camponeses rebeldes, Emiliano Zapata. Mesmo com o seu assassinato em 1919 em uma emboscada, o nome de Zapata permaneceria ecoando, principalmente na região do sul mexicano, nas décadas seguintes. O nome de Zapata ainda é lembrado e cultuado de diversas formas que vão desde estudos acadêmicos, filmografia e datas comemorativas, como o

---

<sup>106</sup> CARVALHO, Nelson Rojas. Do PRI ao sistema plural na transição mexicana. *Lua Nova*. 1997, n.40-41, pp. 97-111, p. 101.

<sup>107</sup> OTERO, Gerardo. *¿Adiós ao campesinato? Democracia y formación política de las clases en el México rural*. Mexico, 2004, p.231.

aniversário da Revolução de 1910, seu aniversário em 8 de agosto e a data de sua morte (10 de abril); seu nome também é adotado em movimentos sociais, como Alianza Campesina Independente Emiliano Zapata (ACIEZ), fundada em 1989, e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Embora tenha o mesmo nome, o EZLN possui formas de atuação e propostas que não oferecem uma linha de continuidade em relação ao zapatismo do início do século XX, porém alguns temas e bandeiras, como a reforma agrária, ainda estão presentes desde o tempo do seu patrono até os dias atuais.

Outra questão bastante pertinente foi a participação camponesa, porquanto, nas revoluções socialistas que seguiram o ocorrido na Rússia e mais tarde na China (1949), os camponeses passaram a ter um importante papel no processo revolucionário como uma das forças motoras na luta, principalmente contra o imperialismo estrangeiro. O caso mexicano diferenciou-se porque os camponeses não estiveram polarizados pelo pensamento socialista, pois a sua luta foi contra um sistema ainda com características coloniais e oligárquicas. Ou seja, a rebelião camponesa foi dirigida contra os grandes fazendeiros e acabou contribuindo para o reformismo burguês com intuito de derrubar as oligarquias e acelerar a transição para o capitalismo<sup>108</sup>. Nesse sentido, as principais medidas do governo federal nos anos seguintes se voltariam para, entre outros aspectos a dissolução da propriedade e das formas de trabalho pré-capitalistas (acentuadas pelo porfiriato); a acumulação de capital e a integração do mercado nacional<sup>109</sup>. As mudanças ocorridas no México devem ser vistas sob o prisma da longa duração para se perceber a caracterização burguesa da revolução<sup>110</sup>.

A revolução proporcionou novos rumos ao país, pois derrubou um Estado oligárquico que controlava o exército e a política nacional e mantinha uma agricultura relativamente ineficiente, baseada em um sistema de trabalho pré-capitalista e uma não-igualitária distribuição de terras, através de uma insurreição camponesa acompanhada de um reformismo burguês. A partir da revolução, a prosperidade dos latifúndios deveria estar pautada por um novo regime econômico e navegar nos rumos do capitalismo agrário<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup> KNIGHT, Alan. *Revolución social: una perspectiva latinoamericana*. *Revista de Historia y Ciencias Sociales*, nº 27, Instituto Mora, México DF, 1993, p.178.

<sup>109</sup> Idem, p.153 e 156.

<sup>110</sup> Idem, p.158.

<sup>111</sup> Idem, p.165.

## 2.2 - A Teologia da Libertação e sua influência na construção de comunidades indígenas politizadas

*... la evangelización tal como se estaba llevando a cabo en el continente, era simple y llanamente una destrucción de culturas y una acción dominadora. ... Entonces ¿qué cosa era evangelizar?*  
Dom Samuel Ruiz García

Antes de tratar diretamente da formação do EZLN, faz-se necessário abordar um fenômeno histórico para toda a América Latina e muito atuante no contexto mexicano, a teologia da libertação. Pois o encontro desse setor da igreja católica mais progressista e marcado diretamente pela “opção pelos pobres” colaborou de forma intensa para o crescimento de movimentos sociais não atrelados ao Estado e influenciou diretamente as transformações iniciais sofridas dentro do zapatismo nas duas últimas décadas do século XX.

A relação entre os indígenas e a Igreja já vinha sofrendo tensões desde os tempos da colonização. Um dos maiores nomes de atuação católica dentro do continente e principalmente dentro do próprio México, o dominicano Bartolomeu de las Casas (1584-1566) atuou como frade e bispo em Chiapas ficou conhecido como o “defensor dos índios” por sua intensa luta política em denunciar as atrocidades contra os indígenas. Las Casas denunciou a trágica realidade de violência sofrida pelos indígenas percebendo que com ela a dizimação era questão de tempo e fruto do avanço da colonização<sup>112</sup>. Las Casas esmerou-se em denunciar o sistema de encomenda como elemento principal dos males que abatiam as populações indígenas, acusando que essa forma de trabalho era extenuante e diferia muito pouco da escravidão, principalmente nos primeiros anos da colonização mediante a guerra justa<sup>113</sup>.

Os movimentos sociais de caráter autônomo<sup>114</sup>, a formação de comunidades católicas sem muita ligação com o clero tradicional e a atuação de indígenas cada vez mais articulados politicamente coincidem com a chegada e a atuação do bispo Samuel

<sup>112</sup> AMEDI, Nathália da Costa. Bartolomé de las Casas. Revista Aulas, nº4, 2007.

<sup>113</sup> SCHELL, Deise Cristina. Os índios na conquista espanhola da América. Leyes nuevas e representações à época da Jornada Omagua e Dorado. Revista de História, nº2, 2010, pp. 22-38.

<sup>114</sup> A partir de 1975, a ideia de autonomia passou a substituir o termo “independente” para não simbolizar uma luta contra o Estado. Sendo assim, os movimentos sociais desse tipo, não atrelados ao Estado, seriam chamados de movimentos sociais autônomos. Cf. BARTRA, Armando. *Os novos camponeses*. São Paulo, Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011, p.295.

Ruíz (1924-1991) na região de Chiapas. Seu bispado iniciou-se em 1959 e perdurou até 2001 na diocese de *San Cristóbal de Las Casas*. É válido ressaltar que não reduziremos a análise somente ao papel do zapatismo como formador de lideranças e movimentos sociais, essa não é a nossa intenção. Entretanto é importante frisar que, ao darmos mais peso a figura do bispo nesta parte do texto, assim fazemos para possibilitar a percepção que ele foi um agente fundamental para a formação de lideranças e de movimentos sociais dentro do México e também serviu de referência para outras partes da América Latina. Seu desempenho possibilitou uma renovação de assuntos considerados indianistas e no universo rural mexicano, e seus rumos muitas vezes não foram orientados por suas orientações.

Ao assumir a diocese de *San Cristóbal de Las Casas*, o bispo Samuel Ruíz cumpria uma postura da igreja de ser contrária ao comunismo, pois ele representava justamente uma liderança católica de forte educação familiar e contrária também à separação entre Estado e Igreja pautada pela Constituição de 1917. Sobre o comunismo, o início do seu episcopado coincidiu com a Revolução cubana, o que engendrou uma divisão na sociedade mexicana como um todo por causa dos seus reflexos e contexto. O bispo representava justamente um homem de sua época, ou seja: de forte formação religiosa, anticomunista, ostentador do seu título religioso – ao passar pelas ruas exibia suas indumentárias exuberantes – com um pensamento de que a Igreja estava acima da sociedade<sup>115</sup>.

As primeiras ações do bispo foram semelhantes às práticas que grande parte da igreja e do governo faziam, ou seja, medidas paternalistas e assistencialistas para os habitantes mais pobres da região chiapaneca, principalmente destinadas aos indígenas – contribuindo para as estatísticas<sup>116</sup> indigenistas – para afastar a influência protestante e também qualquer aproximação com uma ideologia contrária ao governo, ainda que fosse incipiente<sup>117</sup>.

---

<sup>115</sup> ANDREO, Igor Luiz. Dom Samuel Ruíz García: do anticomunismo à Teologia Indígena (1960-1968). Revista *Antíteses* v.4 n°7, 2011,p.388.

<sup>116</sup> Os índices de pobreza e de marginalização nessas áreas indígenas são acentuados. O IDH é muito baixo e pode ser visto através do analfabetismo, desemprego, ausência de serviços básicos e o avanço da narcoeconomia. Cf. GUERRERO, Alicia Castellanos; IZQUIERDO, Jorge Gómez; PINEDA, Francisco. México: o racismo mestiço. In DIJK, Teun A. van (ORG). *Racismo e discurso na América Latina*. SP, Contexto, 2008,p.256.

<sup>117</sup> Idem,p.387.

As mudanças no pensamento e na postura do bispo Samuel Ruiz começaram a surgir a partir de uma nova orientação que partiu de dentro da própria Igreja, durante os anos 1962-1965. Nesses anos, ocorreu o Concílio Vaticano II, evento esse que passou a marcar o nascimento da chamada Teologia da Libertação, a qual influenciou muito o bispo, tornando-o um dos grandes expoentes dessa corrente na América Latina. O Concílio marcou os novos rumos e a reflexão do papel da Igreja, a fim de atualizar suas ações no mundo e mostrar sua inclinação para atividades sociais com seu lema demarcador “a opção pelos pobres”. Esse evento histórico marcou uma mudança na mentalidade cristã católica, que passou a mostrar uma Igreja que vive e deve atuar em um mundo material, mas sem deixar de considerar a sua essência transcendental. Ou seja, para que haja uma comunhão com o mundo espiritual, é preciso cuidar e atenuar as questões que afetam o mundo objetivo, por isso os setores da Igreja estiveram mais presentes em atuações contra as mazelas sociais e econômicas.

A Teologia da Libertação, que foi chamada por Löwy de cristianismo da libertação, teve seu impulso no início da década de 1970, como reflexo de um amplo movimento social que ultrapassou os limites da Igreja. Para Löwy, as origens do cristianismo da libertação remontam ao impacto de fatores internos e externos ligados à Igreja, como a revolução cubana, que inspirou uma série de lutas sociais pela América Latina, e o surgimento de novas correntes teológicas, novas formas de cristianismo social, às preocupações com as ciências sociais e a filosofia, que foram legitimadas com a eleição do papa João XXIII, em 1958<sup>118</sup>.

A partir do Concílio Vaticano II, de forma mais clara, começaram a surgir as primeiras divisões – embora ainda pequenas – no seio do cristianismo católico polarizadas entre conservadores e renovadores (também chamados de progressistas). Os progressistas se inclinaram após o Concílio Vaticano II para a teoria da dependência, ou seja, ocorreu uma aproximação do marxismo com os ensinamentos cristãos. A teoria da dependência, em clave marxista, argumentava que a situação dos países latino-americanos considerados “atrasados” tomando como referência o desenvolvimento do capitalismo era consequência da herança colonial e da sua forma de inserção na divisão internacional do trabalho. Assim, superação do subdesenvolvimento passaria pela

---

<sup>118</sup> LÖWY, Michel. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000. Apud. ANDREO, Igor Luiz. Dom Samuel Ruíz García: do anticomunismo à Teologia Indígena (1960-1968). Revista Antíteses v.4 n°7, 2011,p.391.

ruptura com a dependência. O que por sua vez, só seria possível com uma revolução socialista. Foi justamente essa teoria que abarca a economia, o social e o político que encontrou uma aproximação com as sagradas escrituras do cristianismo.

Sendo assim, o Concílio Vaticano II marcou uma mudança na postura e no pensamento de Samuel Ruiz e essa transformação ideológica se acentuou ainda mais em 1968 com a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín e com o contato, com uma pobreza intensa e formas de exploração que persistiam em Chiapas. Até então, o que persistia como prática religiosa na região era, segundo Marcos<sup>119</sup>:

La Iglesia y la Palabra de Dios nos han dicho cosas para salvar nuestra alma, pero no sabemos como salvar nuestros cuerpos. Mientras trabajamos por la salvación nuestra y de los demás, sufrimos hambre, enfermedad pobreza y muerte<sup>120</sup>.

Marcos ainda salienta a importância do papel desempenhado por Samuel Ruiz na região do seu bispado na construção de um cristianismo voltado para questões ligadas aos indígenas e, mais do que isso, um cristianismo com uma face também indígena. O líder do EZLN argumenta que:

Bajo su dirección, la diócesis emprendió la reorientación del movimiento evangelizador y la construcción de una Iglesia encarnada con rostro indígena. Los catequistas, que actuaban antes casi como maestros de escuela forzando en las comunidades las enseñanzas dictadas en la jerarquía, fueron llamados entonces a escuchar a la comunidad, a reconocer la palabra de Dios en las prácticas comunitarias de la asamblea y el acuerdo<sup>121</sup>.

A Igreja Católica, na mentalidade indígena, era vista como opressora e muitas vezes como um braço dominador e domesticador desde os tempos da conquista. Mesmo no século XX, a presença de missionários nessas regiões gerava descontentamento entre indígenas, pois os missionários voltavam depois de um dia de trabalho para as casas que eram disponibilizadas nas grandes fazendas e continuavam a recriminar a cultura local. Ou seja, era uma prática ainda pautada em não ouvir ou considerar a opinião das comunidades e no assistencialismo, levando roupas e outros utensílios. Os evangélicos em parte se diferenciavam dos católicos por estarem mais presentes e em mais contato com as comunidades, mas também praticavam formas de exploração do trabalho dos

<sup>119</sup> Aqui me refiro ao subcomandante Marcos, personagem de maior destaque do movimento zapatista, líder militar do EZLN e porta-voz dos zapatistas.

<sup>120</sup> LE BOT, Yvon. *Subcomandante marcos; El sueño zapatista*. Barcelona. Plaza & Janés, 1997, p.42.

<sup>121</sup> Idem.

indígenas como uma recompensa pela evangelização e não demonstravam respeito pelos ritos daqueles povos<sup>122</sup>.

A entrada nessa região e, principalmente, na Selva Lacandona, propiciou a dom Ruíz o contato com povos que ali já estavam e foram se juntando com refugiados de conflitos agrários, mestiços e outros proprietários de terras. Essa região era ocupada por povos indígenas de herança maia, como *tojolabales*, *chol*, *tzotzil* e *tzetal*. No princípio houve estranheza por parte dos índios, por acharem que esses novos religiosos deslocados para a região pela Igreja fossem semelhantes aos outros. Essa postura começou a mudar ao notarem as práticas produzidas por dom Ruiz, como a de fazer as mesmas refeições junto com os indígenas e residir na região onde se promovia a missão evangelizadora, ao contrário do clero tradicional.

A atuação de dom Ruiz nas comunidades de San Cristóbal entre 1960-1970 colaborou para reformular a visão de indígenas e camponeses sobre assuntos religiosos e também da realidade social. A região diocesana foi dividida em seis grandes áreas pastorais, de acordo com as características geográficas e culturais. Desde então o maior órgão dessa área passou a ser a Assembleia Diocesana, que congrega anualmente e delega sua responsabilidade ao Conselho Diocesano, responsável por se reunir mensalmente para organizar e supervisionar o trabalho dos comitês (como os de imprensa, planejamento e da casa diocesana)<sup>123</sup>. Uma característica marcante da Igreja progressista foi a formação de seus quadros religiosos, que diferenciavam do clero tradicional, sendo escolhidos de dentro da comunidade indígena cristã com a missão de levar a mensagem de Deus. No caso da nova formação implementada por dom Ruiz, a liderança e o trabalho eclesiais advinha das próprias comunidades indígenas-camponesas com seus jovens e adultos. Ou seja, nos dez primeiros anos das escolas de catequistas, que começaram em 1961, foram formados setecentos catequistas indígenas vindos das regiões do estado e, em 1985, a diocese já contava com 6.180 catequistas indígenas, 63 sacerdotes e diáconos, dando um perfil mais indígena à diocese<sup>124</sup>. Para promover um evangelho mais próximo da realidade dos índios, a leitura do Êxodo era

---

<sup>122</sup> SAAVEDRA, Marco E. Construyendo el reino de Dios en la Tierra. Pastoral y catequesis en las Cañadas Tojolabales de la Selva Lacandona (1960 – 1980). *Sociológica*, ano 19, número 55, maio-agosto de 2004, p. 209.

<sup>123</sup> SAAVEDRA, Marco Estrada. Construyendo el Reino de Dios en la tierra: pastoral y catequesis en las Cañadas Tojolabales (1960-1980). *Op cit.* p. 203

<sup>124</sup> Idem, p. 206.

feita como uma aproximação para identificar os povos indígenas com a opressão vivida pelo povo judeu diante da peregrinação e a colonização da selva<sup>125</sup>.

Essa nova dinâmica para assuntos eclesiásticos implementou uma vida mais democrática no seio das comunidades, com a entrada de mulheres e crianças nesses serviços e a tomada de decisão realizada por conselhos comunitários, nos quais todos podiam expressar suas decisões. A autoridade residia nas assembleias e serviu para integrar as mais variadas etnias ali presentes<sup>126</sup>. A escola de catequistas não formou somente cargos religiosos, mas também serviu para inserir esses agentes na vida política e social das comunidades como seus representantes nas grandes reuniões e na construção de hortas, cooperativas coletivas, promoção de saúde e educação, organizando a vida nos *ejidos*<sup>127</sup>. Seu trabalho não era remunerado com dinheiro, mas sim com parte da produção agrícola.

Outro ganho introduzido pela Teologia da Libertação foi aprender a cultura das comunidades sem excluí-las, como o clero tradicional e etnocêntrico fez durante anos. Os setores progressistas da Igreja reconheciam a dificuldade tanto de adequar os indígenas às práticas cotidianas dos *ladinos*, assim como a evangelização também possuía seu obstáculo: a língua. O espanhol era o principal veículo de comunicação e poucos indígenas o dominavam. O aprendizado do espanhol possuía um caráter mais abrangente do que a catequese e era importante aprendê-lo para possuir ferramentas de reivindicação ao Estado, utilizando o idioma oficial. Esse papel foi realizado com a participação feminina – tanto a catequese como o ensino do espanhol –, o que ajudou a fomentar a participação de toda comunidade e forjar características mais indígenas para este setor da Igreja<sup>128</sup>.

A formação de lideranças da Selva Lacandona e a democratização, dando fala e participação às decisões comunitárias, permitiram que indígenas e camponeses se articulassem cada vez mais em prol de suas petições. O aprendizado do espanhol foi de grande valia para as comunidades agirem contra os grandes proprietários. O espanhol

<sup>125</sup> CASANOVA, Pablo Gonzáles. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Rj, Vozes, 2002, p. 222.

<sup>126</sup> HARVEY, Neil. *La rebelión de Chiapas, la lucha por la tierra y la democracia*. México, DF: Era, 1998. 301p. APUD FIGUEIREDO, Guilherme G. de. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2003, pp. 117-118.

<sup>127</sup> SAAVEDRA, Marco Estrada. *Construyendo el Reino de Dios en la tierra: pastoral y catequesis en las Cañadas Tojolabales (1960-1980)*. *Op cit.* p. 224.

<sup>128</sup> Idem, pp. 227-228.



passou a ser ensinado sob a influência da Igreja, mas isso não submetia as comunidades ao papel de subordinação ou tutela política ou cultural, já que os povos da Selva mantiveram suas tradições. Esse papel desempenhado pelos clérigos progressistas aponta para a intermediação de (e o incentivo a) lideranças de dentro da própria comunidade. Segundo Marcos:

Desde a perspectiva da teologia indígena se considera que os catequistas devem serviços à comunidade, e não ao contrário, estes se convertem em líderes sociais e políticos, tanto religiosos, e conformam uma hierarquia que preenche o vazio herdado da decomposição ou o rechaço do velho sistema de autoridades políticas e religiosas. Sua inserção nas estruturas da Igreja e seu conhecimento do espanhol os fizeram intermediários obrigados com o mundo externo<sup>129</sup>.

Essas práticas serviram para revalorizar a cultura indígena, pois as reflexões sobre a lei de Deus e dos homens, a necessidade de se manter trabalhos coletivos e de se chegar a uma decisão que fosse tomada em comum, possibilitaram dar voz e gerar uma identidade que fosse maior do que a individual<sup>130</sup>.

Coube também a esse setor do catolicismo inserir os indígenas nas questões sociais e também proporcionar a capacitação para a luta política permitindo-lhes a construção de seus projetos políticos através de seus conselhos e comunidades. Outra questão é reconhecer e salientar o papel comunitário desempenhado por trabalhos agrícolas coletivos, construção de moradias, estradas, escolas, etc., dentro dessas comunidades, assim como a inclusão e a participação política feminina. Toda essa vida política que perpassou a comunidade foram introduzidas antes da atuação zapatista. Ou seja, o importante aqui é demarcar que muitas das práticas consideradas zapatistas são anteriores à sua chegada na Selva.

A politização das comunidades indígenas e camponesas não nasceu somente com a entrada da teologia da libertação e a atuação de dom Samuel Ruiz, mas também da necessidade de criação de órgãos de representação desses grupos desligados de qualquer interferência e/ou atrelamento com o Partido Revolucionário Institucional, rompendo com um expediente largamente utilizado pelo cardenismo e tornando-se um lugar-

<sup>129</sup> LE BOT, Yvon. *Subcomandante Marcos; El sueño zapatista*. Barcelona, Plaza & Janés, 1997,p.44.

<sup>130</sup> LEYVA SOLANO, Xóchitl. Militancia político-religiosa e identidade en la Lacandona. *Espiral*, Estudos sobre Estado y Sociedad. Vol. 1 N°2, 1995,p .71.

comum nos governos que o sucederam. Com a mudança de nome de Partido da Revolução Mexicana para Partido Revolucionário Institucional, a nova agremiação passou a governar o México cooptando e controlando as principais instituições representativas do país, como as que organizavam operários e camponeses. Ao mediar os conflitos e interesses sociais, o PRI colocava o nacionalismo acima dos interesses classistas a serem defendidos<sup>131</sup>. As instituições representativas que não possuíam o reconhecimento do Estado não eram consideradas legítimas.

Como já mencionamos anteriormente, a política de controle institucional sobre as massas populares veio com a consolidação do governo Cárdenas, juntamente com a organização corporativa da maioria dos segmentos relevantes da sociedade mediante a criação da Confederação Nacional Camponesa (CNC), a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM), Instituto Nacional Indigenista (INI) e a Confederação Nacional de Organizações Populares (CNPO). Apenas o grande empresariado manteve a sua autonomia de representação. Esse atrelamento corporativo referenda o que já citamos sobre a morosidade dos trâmites jurídico-políticos relativos à questão da terra, os muitas vezes deixava as comunidades sem proteção contra ataques violentos por parte de fazendeiros e contra mortes e prisões de seus líderes<sup>132</sup>.

Esse tipo de atrelamento e/ou cooptação não era prerrogativa somente das organizações classistas de trabalhadores urbanos ou rurais, mas também atingia o universo indígena. A experiência política indígena poderia até submeter o líder à comunidade, mas uma vez que ele assumisse um cargo político sob a nomeação do Estado, “não teria outra saída” a não ser se corromper e submeter-se ao jogo político. Caso o líder viesse a resistir poderia ser assassinado, o que era uma forma de atacar e desarticular o surgimento ou desenvolvimento de um movimento social de perfil mais autônomo<sup>133</sup>.

Muito tentou-se para lograr direitos das comunidades pela via política através da representação em órgãos indigenistas ou por partidos políticos, porém essas experiências foram frustradas por causa dos descasos dessas instituições. Além do não comprometimento dos órgãos mencionados, havia também o uso da repressão através da

---

<sup>131</sup> GILLY, Adolfo. *Chiapas la razón ardiente*. México, Era, 1997, pp.101-102.

<sup>132</sup> GILLY, Adolfo. *Chiapas la razón ardiente*. México, Era, 1997, pp.101-102.

<sup>133</sup> CASANOVA, Pablo González. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, Vozes, 2002, pp. 231-232. Cf. GILLY, Adolfo. *Chiapas la razón ardiente*. México, Era, 1997, p.53.

violência física. Nesse cenário de abandono, repressão, descrença nos órgãos políticos do México e da cada vez maior politização das comunidades selváticas, uma opção se tornou mais evidente como plano de ação: a criação de organizações representativas independentes, sem relação com o PRI. As organizações independentes surgiram para disputar com a Confederação Nacional Camponesa (CNC), como a Unión General de Obreros y Campesinos de México (UGOCM), a Central Campesina Independente (CCI) e o Consejo Agrarista Independente (CAI)<sup>134</sup>. Essas formas de luta deram visibilidade a novos líderes, que em muitos casos foram assassinados.

Outro ponto importante a salientar aqui é que, além da construção de uma consciência política indígena e camponesa via o papel de um setor renovado do catolicismo, houve também o desenvolvimento de movimentos e lideranças políticas e sociais de cunho independente que mantiveram uma estrutura política baseada também nas decisões comunitárias<sup>135</sup> a partir dos anos setenta, como a União do Povo (UP), a Política Popular (PP) e a Organização Ideológica Dirigente (PP)<sup>136</sup>.

Essas duas formas de organização buscavam uma identidade supralocal e, de certa forma, competiam pela adesão de indígenas e camponeses. Entretanto, as comunidades indígenas não se adaptaram ao *modus operandi* dessas organizações políticas e seu intuito de união como proletariado preferindo a aproximação com a Teologia da Libertação. Se o sucesso de uma liderança frente aos indígenas não foi possível, teve sucesso em dinamizar um esse tipo de sentimento com a formação da união dos *ejidos*.<sup>137</sup> Mesmo com alguns pontos divergentes, tanto a comunidade religiosa como a política encontraram um foco convergente e catalisador para minimizar os antagonismos entre eles: o conflito agrário, que muitas vezes era visto como uma restituição aos verdadeiros donos contra o domínio latifundista<sup>138</sup>.

---

<sup>134</sup> GRAMMONT, Hubert C.; MACKINLAY, Horacio. *Las organizaciones sociales y la transición política en el campo mexicano. La construcción de la democracia en el campo latinoamericano*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2006, p.31.

<sup>135</sup> LEYVA SOLANO, Xóchitl. Militancia político-religiosa e identidade en la Lacandona. *Espiral*, Estudios sobre Estado y Sociedad. Vol. 1 N°2, 1995, p.73 e p.76.

<sup>136</sup> LEYVA SOLANO, Xóchitl. Militancia político-religiosa e identidade en la Lacandona. *Espiral*, Estudios sobre Estado y Sociedad. Vol. 1 N°2, 1995, p.66.

<sup>137</sup> Idem, p.74.

<sup>138</sup> Idem, pp.77 – 82.

### 2.3 Da vanguarda ao diálogo com a sociedade civil: a trajetória e a mudanças no zapatismo (1983-1994)

Neste tópico procuremos entender dois pontos centrais que estão presentes na luta zapatista: a terra e o índio. Na formação do movimento social zapatista – que também é chamado de *neozapatismo*<sup>139</sup>—, não há novidade em termos de objetivo de luta. Mas é importante ressaltar o momento de atuação que foi diferente, pois o movimento do final do século XX luta pela garantia dos direitos indígenas conquistados pelas lutas agrárias de Emiliano Zapata. A terra, como vimos, esteve presente no processo revolucionário no início do século XX e a integração dos indígenas também já era visível desde a independência do México e com o surgimento do indianismo.

Outra observação importante é que mesmo o zapatismo sendo o movimento social de maior destaque no México, que não é o único que luta por direitos de camponeses e indígenas. Como apresentamos acima, há organizações não atreladas ao Estado que buscam alcançar conquistas de forma independente e não necessariamente se aliam com o zapatismo.

O zapatismo, em sua primeira aparição, fez-se conhecido através da tomada de sete cidades do estado de Chiapas com homens e mulheres indígenas com seus rostos cobertos por *pasamontañas*<sup>140</sup> que vieram a compor o que se tornou público como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no primeiro dia do ano de 1994. Esse ato de insurgência colocou as tropas zapatistas em uma guerra contra o Exército federal mexicano. Como vimos anteriormente, a região de Chiapas era palco de uma condição de pobreza extrema, ausência de democracia e de liberdade. Sendo assim, o EZLN promoveu uma luta armada pela concretização de onze demandas: trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz<sup>141</sup>, que são sintetizadas no lema zapatista “democracia, liberdade e justiça”.

---

<sup>139</sup> Reiteramos que esse modo de chamar o movimento social de Chiapas que ganhou projeção em todo México, serve para diferenciá-lo do zapatismo do início do século XX. Entretanto, continuaremos a chamar de zapatismo por que é dessa forma que os seus participantes se intitulam, como pode ser visto nas Declarações da Selva Lacandona.

<sup>140</sup> Utensílio que é usado como uma máscara que tampa parcialmente a cabeça ou deixa somente os olhos de fora. Geralmente se usa em competições esportivas em que é preciso usar capacete ou em regiões de muito frio como uma proteção contra baixas temperaturas.

<sup>141</sup> EZLN. Primeira Declaración de la Selva Lacandona. Chiapas, México, 1993. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=64&cat=10>. Acesso em 07/04/2013.

O ano de 1994 é muito emblemático não só porque marcou a aparição de um exército insurgente, mas porque era o ano em que entrava em vigor o acordo comercial entre Estados Unidos, Canadá e México denominado Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (TLCAN, ou em sua sigla em inglês: NAFTA). O TLCAN coroou a política de liberalização da economia do governo de Carlos Salinas de Gortari (1989-1994) – caracterizado por privatizações, abertura às importações, supervalorização da moeda nacional e redução de investimentos públicos<sup>142</sup> – que vinha ganhando vulto no cenário mexicano desde os anos 1980, com o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988).

Para os camponeses e indígenas, a liberdade econômica provocou a queda do preço do café, que era o principal produto de Chiapas, o que degradou as já péssimas condições de vida da maioria da população do estado com maior índice de pobreza do país<sup>143</sup>. Contudo, a consequência mais acentuada dessa política para indígenas e camponeses foi a alteração do artigo 27 da Constituição do México. Como já analisamos anteriormente, esse artigo é fruto de uma longa luta camponesa pelo repartido agrário que ganha fôlego na revolução de 1910. Nesse artigo estava prevista a distribuição de terras a povos indígenas e a camponeses organizados sob a forma de “propriedade social”, composta por *ejidos* e comunidades. Os *ejidos* são propriedades pertencentes ao Estado, que concede o seu uso às comunidades rurais. Essas eram inalienáveis até o ano de 1992, quando houve a revisão do artigo para que se quebrasse essa característica para que o México pudesse entrar no TLC. Tal medida tinha a finalidade de criar um mercado de terras sem qualquer limite de ordem política e constitucional.

A modificação de alguns pontos fundamentais da Carta Constitucional, como a questão da terra – que não envolvia apenas os *ejidos*, mas também as riquezas naturais

---

<sup>142</sup> Os anos entre 1940-1980 representaram para o México uma época de desenvolvimento econômico, bem como para outros países da América Latina. Esse desenvolvimento foi baseado em empréstimos financeiros externos oriundos do acesso do crédito farto e barato oferecidos por bancos internacionais. Esse modelo começou a apresentar esgotamento quando essa dívida foi cobrada. A cobrança teve um de seus motivos, a crise do petróleo da década de 1970. Os termos preconizados pelo Banco Mundial para o pagamento da dívida foram: a liberalização do comércio alinhando os preços aos mercados internacionais; desvalorização da moeda nacional; especialização da produção agrícola; redução drástica dos subsídios agrícolas; etc. Cf. PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. *TOPOI*, v. 11, n.21, jul-dez. 2010, pp.260-282.

<sup>143</sup> LE BOT, Yvon. *Subcomandante marcos; El sueño zapatista*. Barcelona: Plaza & Janés, 1997. Pp.3335

do solo e do subsolo mexicano —, apontaram para o avanço neoliberal no México, caracterizado como (até o momento) o último estágio da globalização<sup>144</sup>.

Entender a modificação do artigo 27 da Constituição como a grande causa do levante armado zapatista seria um equívoco. Na verdade, esse fato foi mais um estopim para o conflito armado, mas não a causa do levante. As causas são múltiplas e anteriores como a herança rebelde, a crise da fazenda tradicional, a ação pastoral, os estudantes de 1968, menos terras para os mais pobres, politização de povos indígenas, violência e conivência dos governos do PRI com os grandes fazendeiros<sup>145</sup>. O reformismo neoliberal implementado pelo governo<sup>146</sup>, seguido da crescente disparidade social sofrida em Chiapas nas últimas quatro décadas do século XX, agudizaram as contradições entre o governo federal e indígenas e camponeses da região – nem mesmo o PRONASOL<sup>147</sup> foi capaz de reverter esse quadro. Além disso, o avanço do neoliberalismo acarretou uma mudança política no cenário mexicano mediante o esgotamento de redes clientelistas mantidas pelo Estado. Assim, aumentaram os grupos não atrelados com maior grau de representatividade e seus anseios de participação política, e isso também jogou um papel importante no levante de 1994<sup>148</sup>.

A insurreição de camponeses e indígenas que compunham as bases do EZLN havia sido planejada anos antes. Em uma espécie de “ensaio geral” em 1992, ano em que se comemorou os 500 anos do descobrimento da América, houve uma longa marcha

---

<sup>144</sup> A globalização é considerada por alguns estudiosos como algo recente, que acompanha desde a década de 1960 os avanços tecnológicos, a expansão das empresas transnacionais, a fragmentação da URSS e a transição para a democracia e o capitalismo nas sociedades do Leste. Entretanto, entendemos a globalização como algo anterior, remontando ao surgimento do capitalismo mercantil no século XV europeu e sua evolução para o capitalismo industrial nos séculos XVIII e XIX e o imperialismo. A globalização é uma nova etapa da evolução capitalista caracterizada pela desregulamentação dos mercados nacionais sob a supervisão de agências multilaterais como FMI e Banco Mundial. Essa nova fase do capitalismo que apregoa a abertura de mercados não produz um crescimento econômico homogêneo (nem entre os países nem nos territórios nacionais); pelo contrário, amplia as disparidades sociais e econômicas entre os países; e muito menos representa o fim do Estado, já que é justamente o Estado quem promove as condições necessárias para globalização ser realizada e em tempos de crise a sua atuação também é notória. Cf. VILAS, Carlos. Seis ideias falsas sobre a globalização. *Estudos de Sociologia*, Vol. 3, 1999, pp.21-61.

<sup>145</sup> Cf. CASANOVA, Pablo González. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Rj, Vozes, 2002, pp. 219-248.

<sup>146</sup> GIL, Antonio Carlos A. As alternativas políticas que o zapatismo operacionaliza na América Latina contemporânea. Um caso de História do tempo presente. *Dimensões*, vol. 17, 2005, pp.117-131.

<sup>147</sup> Programa social implementado na gestão de Carlos Salinas de Gortari, que pretendia aliviar a pobreza nas regiões mexicanas sob influência do Banco Mundial com o intuito de levar iluminação pública e saneamento básico que visou beneficiar o estado de Chiapas buscando melhorias e bem estar social. Tais melhorias só chegaram em regiões onde havia partidos coligados com o PRI.

<sup>148</sup> HERRERO, Pedro Pérez. Chiapas: ¿Revolucion, guerrilla, movimiento indígena o reclamacion de democracia, justicia y libertad? América Latina hoy: *Revista de Ciencias Sociales*, vol.10, 1995,p.55.

em San Cristobal representando justamente uma resistência aos festejos da conquista e demonstrando ainda o papel marginal em que o indígena vivia<sup>149</sup>. Nos festejos de San Cristóbal de Las Casas, os indígenas derrubaram a estátua de Diego Mazariegos, conquistador espanhol que fundou a cidade. Após essas manifestações, as assembleias<sup>150</sup> decidiram pela luta armada em 1993.

O que estamos denominando como movimento zapatista é uma organização que integra diferentes etnias indígenas – tzetales, tojolabales, tzoltziles, mames, choles e zoque<sup>151</sup> — e é composto por instâncias diferentes. A organização armada é formada pelo EZLN e é composta pelos insurgentes, comandantes e milicianos. Dentro do EZLN há diferentes graus hierárquicos e seus membros dedicam-se de forma integral à organização e vivem nas montanhas. O comando é constituído pela direção organizada armada, que forma o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI) criado em 1993. Geralmente, o comando é composto pelos mais velhos que convivem nas comunidades e são eles os responsáveis por transmitir a decisão tomada nas comunidades. Os milicianos participam ativamente da vida nas comunidades, contribuindo com variados trabalhos e, principalmente, com a proteção militar. Já a organização civil é composta pelas bases de apoio, ou seja, são zapatistas que não participam das atividades militares, mas prestam apoio de diversas formas, como contribuições materiais, alimento e participação nos fóruns políticos, buscando soluções para as demandas zapatistas. Esse grupo é majoritário dentro do movimento<sup>152</sup>.

O ano de 1983 marca o início da gestação do EZLN, quando se refugia na Selva Lacandona, buscando o isolamento e a discrição frente aos órgãos do Estado, um pequeno grupo urbano de intelectuais de esquerda de orientação marxista que recebe o apoio de alguns indígenas intelectualizados<sup>153</sup>, com o objetivo de promover uma guerrilha e derrubar o Estado mexicano. A prática de guerrilha partindo de um foco

---

<sup>149</sup> LE BOT, Yvon. *Subcomandante marcos; El sueño zapatista*. Barcelona, Plaza & Janés, 1997, p.166.

<sup>150</sup> As assembleias se formavam com o conjunto de povos que compoem o movimento zapatista. As decisões eram tomadas através de votações nominais em que homens, mulheres, jovens e idosos participavam com mesmo peso. Eram essas assembleias que decidiam as posturas tomadas pelo zapatismo e, justamente elas optaram pelo levante armado. Cf. LE BOT, Yvon. *Subcomandante Marcos; El sueño zapatista*. Barcelona: Plaza & Janés, 1997, p.167.

<sup>151</sup> SUBCOMANDANTE MARCOS. *Chiapas: la treceava estela. Tercera parte: un nombre. La historia del sustentador del cielo*. Chiapas, México, jul2003.

<sup>152</sup> SUBCOMANDANTE MARCOS. *Chiapas: la treceava estela. Tercera parte: un nombre. La historia del sustentador del cielo*. Chiapas, México, jul2003.

<sup>153</sup> Esses indígenas possuíam formação universitária, participação na política e haviam sido perseguidos.

selvático já era recorrente na América Latina e esse grupo, como outros tantos no continente, receberam a influência da revolução cubana e da revolução nicaraguense.

A opção pela luta armada nos estados sulistas do México (Chiapas, Guerrero e Morelos) não era novidade quando do nascimento do EZLN, pois na década de 1970 outros grupos haviam enveredado por essa estratégia também sob a influência das lutas centro-americanas e do não atendimento de demandas camponesas. Porém, outras tentativas de guerrilha fracassaram por deixarem de fora a “massa” que consideravam estar alienada e não lhes dava atenção. Já na década de 1970 ocorreu na Selva a entrada de grupos maoístas, como a *Unión del Pueblo* (UP) e a *Política Popular* (PP), facilitada pelos setores da Igreja ligados à Teologia da Libertação e por integrantes e líderes originários do movimento estudantil de 1968<sup>154</sup>.

A entrada desse grupo urbano vanguardista revolucionário proporcionou o encontro de dois mundos: o urbano de orientação marxista-leninista com os indígenas articulados e atuantes em questões políticas. Esse encontro contribuiu substancialmente para a história zapatista, pois provocou uma mudança organizacional no movimento. Segundo Marcos:

Y ahí empieza a dar el proceso de transformación del EZLN, de ejército de vanguardia revolucionaria a un ejército de las comunidades indígenas, un ejército que es parte de un movimiento indígena de resistencia, dentro de otras formas de lucha. Nosotros no lo percibíamos así; para nosotros la lucha armada era la columna vertebral, el escalón más alto, etcétera...Creíamos en todos los lemas y lugares comunes que te puedas imaginar. Pero luego el EZLN, a la hora en que se imbrica con las comunidades, pasa a ser un elemento más dentro de toda esa resistencia, se contamina y es subordinado a las comunidades. Las comunidades se lo apropian y lo hacen suyo, lo colocan a su férula.<sup>155</sup>

Ainda de acordo com Marcos, esse encontro produziu um choque cultural e desembocou em uma inversão de hierarquia, possibilitando à antiga vanguarda revolucionária passar a um papel de servidores da dinâmica indígena que vem à luz em 1994<sup>156</sup>. O saber ouvir e aprender com a realidade selvática em que se encontravam os indígenas proporcionou o que Marcos chamou de primeira derrota zapatista. Nesse

<sup>154</sup> HARVEY, Neil. La rebelión de Chiapas, la lucha por la tierra y la democracia. México, DF: Era, 1998, pp. 98-100. APUD FIGUEIREDO, Guilherme G. de. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, 2003, p.123.

<sup>155</sup> Citado por LE BOT, Yvon. *Subcomandante Marcos; El sueño zapatista*. Barcelona: Plaza & Janés, 1997, pp. 148-149.

<sup>156</sup> Idem, p.67.



contexto, a ideia de derrota não se caracteriza como algo negativo, mas sim como uma metamorfose primordial para os rumos do zapatismo. Segundo o subcomandante:

La virtud de esta organización militar está en reconocer que no tenía respuesta y que debía aprender. Ésa es la primera derrota del EZLN, la más importante y la que lo marcará de ahí en adelante. (...) Y ahí empieza dar el proceso de e ahí empieza a se dar o proceso de transformación del EZLN, de un ejército de las comunidades indígenas, un ejército que es parte de un movimiento indígena de resistencia, dentro de otras formas de lucha. Nosotros no lo percibíamos así; para nosotros la lucha armada era la columna vertebral, el escalón más alto, etcétera...(...) Pero luego el EZLN, a la hora en que se imbrica con las comunidades, passa a ser un elemento más dentro de toda esa resistencia, se contamina y es subordinado a las comunidades. (...) Yo pienso que lo que le permitió al EZLN sobrevivir y crecer fue aceptar esa derrota. Si el EZLN no la hubiera aceptado, se hubiera nacido el EZLN que sale el primero de enero de 1994<sup>157</sup>.

Na década de gestação e desenvolvimento do EZLN – anos 1980 —, a repressão às organizações camponesas se intensificou por parte do PRI e isso colaborou para o fortalecimento das fileiras zapatistas. Juntamente com a repressão ocorreu aprofundamento da crise econômica, que também foi um fator que alimentou o do EZLN. Como observamos anteriormente, o ano da decisão de um levante armado foi o de 1992, sobretudo com a modificação que sofreu o artigo 27 da Constituição, até que veio a se concretizar em 1994 a insurgência, com os indígenas pegando em armas e declarando guerra ao Estado Mexicano. Em um primeiro momento, o objetivo da insurgência foi fazer um contraponto à forma de governo instaurada no México conhecida como “ditadura de partido”.<sup>158</sup> Os insurgentes buscavam falar em nome dos milhões de mexicanos pobres e despossuídos que lutaram e lutavam pela concretização de seus direitos, recuperando a imagem de nação nesse momento, assim como a luta pela pátria e a nacionalidade mexicana mediante a invocação revolucionária. O EZLN afirma então que:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de

<sup>157</sup> Idem, pp. 131-132.

<sup>158</sup> Partido político no poder desde 1929 até o ano 2000. Em 1929 era chamado de Partido Revolucionário Mexicano, em 1938 passou a se chamar de Partido da Revolução Mexicana e a partir de 1946 de Partido Revolucionário Institucional.

hambre y enfermedades curables, sin inmortales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.

Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias. Son los mismos que se opusieron a Hidalgo y a Morelos, los que traicionaron a Vicente Guerrero, son los mismos que vendieron más de la mitad de nuestro suelo al extranjero invasor, son los mismos que trajeron un príncipe europeo a gobernarnos, son los mismos que formaron la dictadura de los científicos porfiristas, son los mismos que se opusieron a la Expropiación Petrolera, son los mismos que masacraron a los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968, son los mismos que hoy nos quitan todo, absolutamente todo.<sup>159</sup>

Embora, em um primeiro momento, os zapatistas não explicitassem uma identidade indígena, entendemos que a questão indígena esteve presente e caracterizada desde o início do movimento, se levarmos em conta a marcha que simbolizou a resistência contra a dominação espanhola em 1992, quando se comemorou os 500 anos dos encontros dos mundos e a própria declaração de guerra em 1994, que apontava a ideia de “500 anos de luta.”

Um ponto importante desde a sua aparição é a clara e manifesta postura contra o sistema político dominado pelo PRI. Em sua declaração de guerra contra o governo mexicano a intenção era derrubar o governo e suas estruturas viciadas de manutenção do poder, denunciar uma democracia que não atendia os anseios populares e exigir o respeito e o reconhecimento das etnias indígenas na sociedade mexicana. O PRI tornou-se não um partido político para o jogo democrático e representativo, mas sim um partido que fortaleceu os poderes do Estado às expensas da democracia representativa liberal, configurado um fenômeno que, para Jessop:

(...) funciona como uma rede paralela e atua como um comissário político no coração da administração, desenvolvendo uma comunidade material e ideológica de interesses com funcionários civis-chaves. Esse mesmo partido também deve transmitir a ideologia do Estado às massas populares e reforçar a legitimação plebiscitária (...) Daí que o partido de massas dominante na verdade funciona como partido de Estado dominante, pois ele representa o Estado para as massas, mais que as massas para o Estado. Um tal partido de massas altamente unificado e estruturado desenvolve-se muito

---

<sup>159</sup> EZLN, *Primera Declaración de la Selva Lacandona*. Chiapas, México, 1993. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=64&cat=10>.

provavelmente durante um longo período sem alternância entre os partidos governantes<sup>160</sup>.

Os doze primeiros dias de 1994 foram marcados pelo conflito entre zapatistas e o Exército mexicano e houve mortes de ambos os lados, mas as perdas que envolveram a população civil foram maiores. A postura repressiva do governo causou uma péssima repercussão nacional e internacional, o que forçou ao governo a buscar uma solução pacífica, com a aceitação de ambos os lados de um cessar fogo. De acordo com Gilly, o que motivou essa mudança por parte do EZLN, após o mês de janeiro ter sido marcado por conflitos, foi o perigo de o embate provocar grandes perdas nas fileiras zapatistas, assim como a ausência de uma sublevação por parte de outros setores sociais, como a massa excluídos que viviam abaixo da linha de pobreza. O apoio recebido pelo EZLN veio de intelectuais engajados no combate aos problemas sociais e outros movimentos, como o estudantil<sup>161</sup>. Com isso, o EZLN começou a mudar suas estratégias de ação e seu programa político, buscando maior diálogo com a sociedade civil e se colocando na condição de porta-voz da luta por direitos que iam além da reforma agrária. A partir daí, o EZLN começou a se rearticular e incluiu em seu programa, de forma explícita, as demandas culturais e os direitos indígenas<sup>162</sup>. A partir de então, o zapatismo passou a se caracterizar como uma força política, adequando-se ao momento, mas sem abrir mão de suas demandas. Essa é a segunda grande transformação do zapatismo: da guerrilha ao diálogo pela via pacífica e política. Entretanto, o EZLN não se pretendia se converter num partido político e se diferenciou dos demais partidos enquanto direcionava suas ações para o diálogo com<sup>163</sup> setores da sociedade civil. O zapatismo interpela a sociedade civil para democratização desde as comunidades mexicanas, os partidos pretendem reformar o autoritarismo da sociedade política de dentro do governo<sup>164</sup>.

Essa mudança de postura buscou modificar as estruturas e o sistema político mexicano partindo dos mais variados setores e integrantes da sociedade, o que foi

---

<sup>160</sup> JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 17, n°33, 2010, p.140.

<sup>161</sup> GILLY, Adolfo. *Chiapas la razón ardiente*. México, Era, 1997, p.84.

<sup>162</sup> OTERO, Gerardo. *¿Adiós al campesinado? Democracia y formación política de las clases en el México rural*. Mexico, 2004, p. 218.

<sup>163</sup> A convocatória para o apoio da sociedade civil aparece na Segunda Declaração da Selva Lacandona. Cf. Segunda Declaração da Selva Lacandona In ALMEYRA, Guillermo; THIBAUT, Emiliano. *Zapatistas: un nuevo mundo em construcción*. Ituzaingó, Maiupe, 2006, pp. 171-177.

<sup>164</sup> OTERO, Gerardo. *¿Adiós al campesinado? Democracia y formación política de las clases en el México rural*. Mexico, 2004, p. 214.

interpretado como “mudar o mundo sem tomar o poder<sup>165</sup>”. Ou seja, não cabia a uma vanguarda revolucionária tomar o poder para depois proporcionar uma mudança de mentalidade na sociedade, mas sim buscar a modificação da cultura política como uma espécie de anti-poder. Porém, essa teoria seria criticada por muitos intelectuais, como Rhina Roux, cuja análise vem ao encontro do nosso entendimento ao afirmar que, o poder não é propriedade ou uma prerrogativa de uma classe; ou seja, não é uma coisa, mas sim uma relação social<sup>166</sup>.

O movimento zapatista desde então passou a se configurar como uma força política cada vez mais atuante no cenário mexicano. Em junho de 1994 reafirmou o cessar-fogo e a decisão de seguir pela via pacífica, pelo diálogo e com as negociações que estão presentes na Segunda Declaração da Selva Lacandona. O ponto central desse documento foi o chamado para que os setores da sociedade civil nacional se organizassem e se articulassem na luta pela democracia, para que juntos pudessem construir novas relações políticas com base na democracia, liberdade e justiça, convocando à participação da Convenção Nacional Democrática (CND)<sup>167</sup>. A Convenção Nacional Democrática foi realizada na cidade zapatista de Guadalupe Tepeyac entre os dias 5 e 9 de agosto de 1994 e tinha por finalidade a instauração de um governo provisório ou um governo de transição que iria solucionar dois problemas: a guerra civil e o governo ilegítimo. A CND tinha por finalidade a criação de uma nova Carta Magna, seria presidida por civis e personalidades públicas de importância social reconhecida e composta mediante a realização de eleições livres e diretas que fizessem valer os interesses populares<sup>168</sup>.

Em janeiro de 1995, o zapatismo por meio da Terceira Declaração reiterou a continuidade da luta mediante a não aceitação das propostas feitas pelo governo durante as primeiras negociações para a resolução do conflito. De acordo com os zapatistas, a solução apresentada pelo governo considerava a questão indígena um problema circunscrito a Chiapas, portanto não reconhecia a sua dimensão nacional, o que era

---

<sup>165</sup> HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

<sup>166</sup> ROUX, Rhina. *Dominación, insubordinación y política. Cambiar el mundo sin tomar el poder. Notas sobre el grito de Holloway*. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/debate-sobre-cambiar-el-mundo/dominacion-insubordinacion-y-politica>.

<sup>167</sup> EZLN. Segunda Declaración de la Selva Lacandona. In ALMEYRA, Guillermo; THIBAUT, Emiliano. *Zapatistas: un nuevo mundo em construcción*. Itzaingó, Maiupe, 2006, pp. 171-177.

<sup>168</sup> Idem.

fundamental sob o olhar zapatista<sup>169</sup>. Também em 1995 o então presidente Ernesto Zedillo divulgou nos meios de comunicação a identidade dos líderes zapatistas e mandou prendê-los. O Exército promoveu uma violenta invasão nas comunidades e essas ações foram criticadas por manifestações nacionais e internacionais. A pressão das manifestações fizeram o governo retomar as negociações com o zapatismo e foi aprovada a “Lei para o Diálogo, a Conciliação e Paz Digna” pelo Congresso. As conversações seguiram até outubro do mesmo ano, quando iniciou a primeira mesa de San Andrés, cujo tema principal era Direito e Cultura Indígena.

O tema da Quarta Declaração (1996) foi a criação de uma nova força política, a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), com o convite para que setores da sociedade civil dela participassem. A FZLN nasceu como uma organização independente com a intenção de atuar como espaço de convergência daqueles grupos insatisfeitos com a política mexicana e que desejavam uma transição democrática, bem como coordenar e realizar ações políticas que seus integrantes em separado não pudessem desempenhar. Seus participantes não poderiam desempenhar e nem aspirar cargos eletivos ou postos governamentais<sup>170</sup>. Sendo assim, a FZLN constituiu-se por diversos grupos sociais e não deveria ser usada para ocupar cargos estatais e nem se tornar um partido político, e sua atuação vigorou até o ano de 2005. As negociações foram suspensas pelos zapatistas por conta da quebra do acordo de cessar-fogo por parte do governo, que promoveu incursões paramilitares na região. Um dos efeitos da quebra do acordo de paz foi o massacre perpetrado por paramilitares na comunidade zapatista de Acteal, onde foram assassinadas quarenta e cinco pessoas em 1996.

Os Acordos de San Andrés ainda eram muito presentes na fala zapatista, tanto que a Quinta Declaração (1998) pedia o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas presentes no acordo, bem como o fim da guerra de extermínio contra os zapatistas. O ano de 2000 marcou a derrota eleitoral do PRI, depois de setenta anos no poder sem qualquer revezamento partidário no jogo político. Apesar das tendências conservadoras do Partido da Ação Nacional (PAN) a sua vitória em 2000 representou uma renovação no sistema político, sua política social e econômica não se distanciou muito do que havia sido implementado pelo PRI. Por tudo isso, de acordo com Otero e Borón, o

---

<sup>169</sup> EZLN. *Tercera Declaración de la Selva Lacandona*. Chiapas, México, janeiro de 1995. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=562&cat=10>.

<sup>170</sup> EZLN, *Cuarta Declaración de la Selva Lacandona*. Chiapas, México, janeiro de 1996. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=563&cat=10>.

levante zapatista se constituiu na força que mais contribuiu para a democratização da sociedade e da política mexicanas até meados dos anos 2000, enquanto os partidos de oposição visavam reformar o Estado assumindo o governo, o zapatismo interpelou a sociedade mexicana visando democratizar o cenário político desde as camadas mais baixas<sup>171</sup>, fora do governo.

O ano de 2001 foi marcado pela grande mobilização chamada de *Marcha del Color de la Tierra*. O objetivo era chamar a atenção nacional para o debate sobre as reformas constitucionais relativas à questão indígena e essa manifestação mais uma vez contou forte apoio nacional e internacional da imprensa e de setores da sociedade civil. O governo respondeu com aprovação de uma reforma constitucional em matéria indígena que negligenciou os principais acordos dos anos anteriores, como o de San Andrés. Diante de tal fato os zapatistas demonstraram total descrença nas ações governamentais, principalmente com a continuidade da guerra de baixa intensidade, praticada por tropas paramilitares patrocinadas muitas vezes pelo governo para fustigar e dividir as comunidades zapatistas. Diante da impossibilidade de acordos significativos com o governo, os zapatistas em 2003 deram início ao projeto de organização de comunidades autônomas – que serão discutidas no capítulo seguinte.

O zapatismo contribuiu para a renovar os discursos étnicos, as formas de lutas social e política e difundir valores étnicos para o que chamou de *bom governo*, com ressonância entre os diferentes setores e organizações sociais e partidos políticos<sup>172</sup>.

O zapatismo é um movimento social que desperta a atenção de muitos cientistas sociais e políticos, e as interpretações sobre o tema são as mais variadas. Segundo Atílio Borón, o exército insurgente entrou para a história não só por causa do embate armado durante os doze dias de janeiro de 1994 contra o exército mexicano. De acordo com Borón, o zapatismo se define por três características: a luta contra o neoliberalismo, a comoção das massas e o revisionismo da esquerda. Advinda em uma atmosfera de desilusões e frustrações por conta da queda do socialismo real, o EZLN recoloca os sujeitos sociais, como indígenas e camponeses, nas agendas dos movimentos sociais.

---

<sup>171</sup> Cf. OTERO, Gerardo. *¿Adiós ao campesinato? Democracia y formación política de las clases en el México rural*. Mexico, 2004; BORON, Atilio. "La selva y la polis. Interrogantes en torno a la teoría política del Zapatismo". *Chiapas*, nº 12. 2001.p.4.

<sup>172</sup> GUERRERO, Alicia Castellanos; IZQUIERDO, Jorge Gómez; PINEDA, Francisco. México: o racismo mestiço. In DIJK, Teun A. van (ORG). *Racismo e discurso na América Latina*. SP, Contexto, 2008,p.282.

Esse novo movimento social, marcadamente de esquerda, fez uso inovador e politicamente hábil das novas tecnologias de comunicação, demonstrando habilidade para dar visibilidade e teatralizar suas ações. Sendo assim, o movimento de Chiapas foi o primeiro a fazer uso da tecnologia da informação na luta declarada contra o neoliberalismo, resistindo com armas nas mãos e servindo de exemplo para outras forças contestatórias em todo mundo.

O segundo aspecto analisado por Borón é o de que o zapatismo promovera a maior comoção pública desde a revolução mexicana de 1910. Para o autor, a derrota eleitoral do PRI no ano de 2000 foi fruto das denúncias feitas pela insurgência e da cobrança da dívida histórica que a revolução não quitou com os indígenas e os camponeses mexicanos. A derrota eleitoral, como sugeriu o autor, foi decorrência de um axioma presente na América Latina segundo o qual as mudanças por aqui implementadas, geralmente, são feitas à sombra de uma revolução, o que gerou uma ampliação do jogo democrático no México. E, em terceiro lugar, para Borón, o zapatismo contribuiu para a reformulação dos estudos das ações coletivas por conta do seu revisionismo teórico-ideológico, abrindo uma nova interpretação dentro do constructo marxista que reduzia a conflitividade social somente à luta de classes, ignorando ou subvalorizando questões identitárias e culturais ligadas a gênero e etnicidade, por exemplo<sup>173</sup>.

Além de considerar o zapatismo como uma força democrática capaz de influenciar a derrota eleitoral do PRI, Otero argumenta que o EZLN surgiu como uma típica guerrilha latino-americana, promovendo uma politização dos sujeitos sociais que reivindicam acesso à terra e também reconhecimento e autonomia enquanto povos indígenas. Sendo assim, o zapatismo teria se convertido de uma organização militar a um agente político aglutinador de classes. O conceito de classe proposta por Otero não remete a uma herança maia pré-colonial ou a questões geográficas ou características fenotípicas. Essa construção social (aglutinação das classes) é fruto de tradições sob a forma de resistência ante à exploração do trabalho de camponeses e indígenas ou à expulsão das suas terras. Portanto, essa formação classista obedece mais à ideia de uma causa comum e de alianças que são formadas num dado momento de resistência, mediante uma relação conflituosa, e não a heranças étnicas. Essa realidade possibilitou

---

<sup>173</sup> BORON, Atilio . "La selva y la polis. Interrogantes en torno a la teoría política del Zapatismo". *Chiapas*, n° 12. 200,p.3.

que as comunidades indígenas e camponesas viessem a endossar o EZLN e o zapatismo crescesse enquanto movimento social<sup>174</sup>.

Que o EZLN foi um agente de grande colaboração para a expansão democrática no México é um ponto comum entre os intelectuais já citados e também para a antropóloga Leyva-Solano. Para ela, o EZLN não se caracteriza como zapatismo armado, mas sim como um movimento de caráter sócio-político-militar que se forma e atua em um processo dinâmico constituído por uma pluralidade de interesses, vontades e identidades, os quais muitas vezes entram em contradição em seu interior. Portanto, o neozapatismo não é homogêneo nem monolítico, assumindo um caráter multifacetado e fluido. Portanto, o EZLN é ao mesmo tempo um movimento civil, indígena e camponês formado por complexas redes políticas tecidas em torno do exército insurgente<sup>175</sup>.

Sobre o zapatismo, também foi observado o seu papel na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática de forma irrestrita e ampla com a participação de toda a comunidade rural, incluindo jovens, mulheres e anciãos. Essa construção social é muito presente nas comunidades indígenas – que veremos com mais ênfase no próximo capítulo. De acordo com Erick Herrán, o igualitarismo proposto pelos zapatistas é algo incompatível com o exercido no México, pois combina igualitarismo liberal-democrático (moderno) e o indígena (pré-moderno). A criação de conselhos indígenas se assemelha aos parlamentos democráticos, mas, em contrapartida, a participação indígena em tomadas de decisão na comunidade é algo anterior à democracia, pois o líder local manda mediante o lema de “mandar obedecendo” mostrando que o poder pertence a comunidade. Outro ponto importante é entender que a democracia se funda na autonomia e na teoria de que a vida social não se subordina a ações externas como a economia; já as comunidades indígenas baseiam-se na heteronomia e na influência de agentes externos como deuses e a rejeição de um centro de decisão, ou seja, um foco separado da comunidade.<sup>176</sup>

A visão de democracia presente nas comunidades indígenas apresentada por Erick Herrán é, no mínimo, ingênua. Ao acreditar que atualmente os indígenas se baseiem em

---

<sup>174</sup> OTERO, Gerardo. *¿Adiós ao campesinato? Democracia y formación política de las clases en el México rural*. Mexico, 2004.

<sup>175</sup> XÓCHITL, Leyva-Solano; WILLIBALD, Sonnleitner. ¿Qué es el neozapatismo? *Espiral*, vol. VI, n°17, abril de 2000, México, Universidad de Guadalajara, pp.163-201.

<sup>176</sup> HERRÁN, Erick. Los zapatistas y lo político: apuntes para outra modernidade. *Isonomía*, n°11, 1999, pp.149-163.



tomadas de decisões influenciados pela religião é acreditar que os indígenas que temos tratado até aqui ainda possuem uma mentalidade dos tempos da conquista. Os tempos são outros e, por mais que muitas das mais variadas tradições indígenas sejam mantidas, o amadurecimento social, político e econômico das comunidades avançaram e podemos perceber isso ao refletir sobre sua trajetória política e social. Não há problema algum em coexistir uma democracia do “mandar obedecendo” com uma democracia de traços ocidental e parlamentar. Até porque toda e qualquer liderança, mesmo dentro do liberalismo ocidental, deveria ser considerada como um mero porta-voz dos povos e o governante como uma espécie de ministro do povo. Tal situação atualmente é muito mais vista nas comunidades zapatistas, como mostraremos no capítulo seguinte, do que na democracia liberal.

Neste capítulo, a nossa intenção foi refletir sobre o surgimento do zapatismo e suas transformações políticas. Analisamos alguns legados da revolução mexicana e suas dimensões, como a questão agrária, a formação dos ejidos e o surgimento de um partido político que exerceu o poder durante setenta anos e atrelou as principais instituições sociais e políticas ao Estado. Pudemos entender a cada vez maior atuação de indígenas e outras organizações sociais independentes no cenário político mexicano. No próximo capítulo, abordaremos a formação dos municípios autônomos e o conceito de autonomia, a política exercida nesses locais e, por fim, a questão da nação. Problematizaremos também se o zapatismo pode ser considerado uma organização classista.

## **CAPÍTULO 3**

### **AUTONOMIA, NAÇÃO E CLASSE EM CLAVE ZAPATISTA**

*Os homens se parecem mais com seu tempo do que com seus pais.*

*Provérbio árabe*

As questões pertinentes a este capítulo se mostram muito presentes no ideário zapatista, principalmente após a mudança de postura em sua luta contra o governo mexicano, tornando-se um movimento de caráter civil e pacífico quando abandonou a estratégia armada e revolucionária. De modo algum poderíamos entender como grandes

novidades os três conceitos que dão ênfase ao capítulo: autonomia, nação e classe. Pelo contrário, são conceitos e ideias que antecedem o movimento mexicano. Entretanto, o que pretendemos mostrar é como o zapatismo entendeu e operacionalizou essas ideias dentro do seu programa político.

O aparecimento público do levante armado dos chiapanecos em 1994 foi fruto de uma nova conjuntura econômica mundial, um período marcado pelo fim da URSS e a expansão do neoliberalismo no continente americano e em países outrora pertencentes ao bloco soviético. O zapatismo do final do século XX exemplifica a renovação dos movimentos sociais e a adaptação de parte da esquerda aos novos rumos políticos, ideológicos e econômicos do mundo pós-guerra fria. Tal revolução pautou-se pelo fato de que os esquemas de interpretação e referências organizativas tradicionais, como o recorte classista da realidade já não davam conta de elucidar as motivações e os embates dos sujeitos sociais. Passou a existir a percepção de um alargamento das questões e dos sujeitos sociais com a derrocada do mundo bipolar.

O zapatismo se enquadra nos chamados novos movimentos sociais, por conta da sua independência em relação aos partidos políticos, pelo fato de que nenhuma das suas lideranças figura no aparato burocrático do Estado, pela permanente convocatória e submissão aos debates públicos nas assembleias populares e pelo seu papel nas lutas “antiglobalização”<sup>177</sup>. São demandas que ultrapassam as pautas tradicionais de sindicatos e movimentos de trabalhadores urbanos, ligados à experiência da exploração, adentrando agora em questões sobre autonomia, ampliação ou garantia de direitos dos mais diversos, defesa do meio ambiente por saneamento básico, dignidade, divisão de terras, etc. Portanto, o zapatismo surge em uma época em que, de acordo com Ana Esther Ceceña:

Los canales tradicionales de expresión social de la clase no sólo fueron ampliamente derrotados con la reestructuración capitalista sino que ahora se muestran insuficientes e incapaces de dar cuerpo a la complejidad estructural existente, mucho menos a la cultural. La rigidez de las organizaciones obreras provocaron su vaciamiento y la ploriferación de instancias de manifestación alternativas, aunque ciertamente informes. En la medida en que avanza la concentración del capital y el dominio sobre espacios no capitalistas, lo hace también la desposesión o exclusión de amplias capas sociales de las decisiones del poder que, por ello, se ven compelidas a reclamar por

---

<sup>177</sup> PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. El campesinado y el Estado en América Latina. *Revista Rebelión*, março de 2002, p.3.

diferentes vías sus derechos ciudadanos.(...) Entre todos estos espacios, los relacionados con la reproducción y vida cotidiana son los más evidentes o inmediatos. Por estas razones, las movilizaciones han tomado como espacio la colonia, el género, la profesión y las identidades grupales en torno a patrones de consumo similares<sup>178</sup>.

Assim como o capital e suas formas de dominação se modificaram com o passar do tempo, com a implantação e o avanço das políticas neoliberais nos anos 1980 e início da década de 1990, as relações sociais e as lutas políticas também sofreram mudanças substantivas. Sendo assim, concordamos com a reflexão de Holloway, quando afirma:

Por eso, en todas partes y con los zapatistas como inspiración, la gente está buscando ahora formas de lucha que evitan a propósito las “imprescindibles mediaciones políticas”, formas de lucha que son orientadas no a la tomada del poder sino a la disolución del poder.

Es un error grave pensar, como lo parece hacer Boron, que en el levantamiento zapatista, "detrás de un discurso bellamente poético" hay otra "revolución oculta" (y prosaica) que continúa simplemente la vieja tradición revolucionaria. Es un error grave, no porque no existan distinciones y contradicciones dentro del movimiento zapatista, sino porque implica cerrar a propósito los ojos a la idea de que pudiera haber algo radicalmente nuevo en el movimiento zapatista, algo que no quepa en los esquemas cansados y fracasados de pensamiento de la izquierda.

La gran belleza del movimiento zapatista es que han mostrado que en los días más oscuros de derrota surgen luchas nuevas, y que las luchas nuevas significan formas nuevas de pensar y formas nuevas de hacer las cosas que son experimentales, creativas, asimétricas<sup>179</sup>.

Como analisamos no capítulo anterior, os anos 1980 foram anos de maturação da questão central do movimento zapatista: a busca pela elevação do índio à condição real de cidadão mexicano também representou o crescimento da emergência política indígena pelo continente americano. Já a década seguinte mostrou-se como a do tempo de grandes mobilizações indígenas em países como Nicarágua, Bolívia, Peru, México e Chile. Embora a globalização não seja algo tão recente como se acredita (assunto tratado no capítulo anterior), cabe a ressalva de que foi a partir da década de noventa que os seus avanços se tornaram mais visíveis com o grande fluxo de informações e contatos culturais. O projeto globalizante caracterizado por um mundo sem barreiras econômicas modificou os Estados americanos nas duas últimas décadas do século XX.

<sup>178</sup> CECEÑA, Ana Esther. Universalidad de la lucha zapatista. Algunas hipótesis. Revista *Chiapas* n°2, 1996,p.2.

<sup>179</sup> HOLLOWAY, John. La lucha de clases es asimétrica. Revista *Chiapas* n°12, 2001, p.3.

No caso mexicano, a expressão maior desse processo foi a entrada do país no Tratado de Livre Comércio da América do Norte. Para Bengoa:

Al abandonar el Estado su función integradora se producen espacios nuevos para que los grupos se diferencien al interior de las sociedades. Durante el período nacional populista, por ejemplo, los indígenas tenían que aparecer como campesinos y ciudadanos del país. Al romperse estos lazos, los indígenas tienen más facilidades para aparecer como indígenas, como ciudadanos diferentes, porque en la práctica se viene a si mismos cada vez mais excluídos. La ruptura del concepto nacional populista de ciudadanía es fundamental para comprender la emergencia étnica en América Latina en los años noventa<sup>180</sup>.

Pelo fato de ser uma nova realidade, a questão da emergência indígena pode causar estranhamento ou até confusão se for observada de modo menos cuidadoso. Quando mencionamos que suas demandas têm como ponta-de-lança o reconhecimento social e do seu pertencimento à nação, a defesa do acesso à terra e da permanência nela podem parecer de menor importância, o que seria equivocado. No caso mexicano, os zapatistas mostram a sua insatisfação com os novos rumos tomados pela política mexicana logo depois da revisão de um dos pilares centrais da Constituição de 1917. Concordamos com Bengoa, quando salienta que:

La cuestión fundamental que cruza a todos estos movimientos es el tema del “reconocimiento”. La demanda indígena exige en lo fundamental que el Estado y la sociedad los reconozca como indígenas.

Ha cambiado radicalmente la perspectiva de las demandas indígenas de los años sessenta. En esos años los indígenas demandaban en primer y casi único lugar, recursos. La tierra era la base y centro de la demanda indígena. Fueron movimientos agraristas, en el sentido de luchar por la tierra, por un espacio donde vivir, trabajar. Es por ello que siempre fueron considerados campesinos<sup>181</sup>. En esos años no mostraban la diferencia étnica como especto principal. No significa que los movimientos indígenas de los noventa no demanden tierra. Pero la tierra y la defensa territorial agraria y rural no está en centro de demanda<sup>182</sup>.

É importante observar que durante o século XX, a análise marxista tendem a pensar a luta de classes através do embate entre a burguesia e o trabalhador urbano como o motor da história. O foco principal recaía no operário, relegando o camponês a um papel secundário, aquele que soma força com os setores urbanos que iriam

<sup>180</sup> BENGUA, Jose. *La emergencia indígena en América Latina*. FCE, 2000, p.60.

<sup>182</sup> BENGUA, José. *La emergencia indígena en América Latina*. FCE, 2000, p.128.

promover a revolução. Ou seja, ao camponês sobrava a interpretação de uma força a reboque. O declínio desse tipo de interpretação abriu espaço para estudos étnicos, territoriais, culturais, etc. Se o camponês ficou relegado ao papel principal do operário, o conceito antropológico de indígena foi substituído pelo econômico e sociológico de camponeses habitantes de áreas marginais<sup>183</sup>. Foi o estruturalismo histórico que transformou o índio em camponês, pois abandonou o estudo de regiões indígenas, exclusivamente limitadas por critérios culturais e consideradas isoladas da sociedade como um todo, para desenvolver estudos regionais que analisavam a relação campo e cidade<sup>184</sup>, concedendo maior atenção à relação entre organização social, propriedade da terra e forças produtivas.

Se, de acordo com Bengoa, a questão central das demandas indígenas não é a posse de terras, Brancaleone argumenta que essas reivindicações já se encontram presentes desde os anos de 1980 e que passaram ganhar maior ímpeto nos anos seguintes. Segundo Bengoa:

O curioso é que as demandas indígenas progressivamente passam a incorporar a idéia não apenas de ter acesso aos benefícios materiais daquilo que é socialmente produzido em seus países, mas também *requerer o controle das condições sociais e políticas da produção*, mediante a retomada da *gestão territorial*: nos fins dos anos 1980, a *luta pela autonomia* passou a ser uma das principais bandeiras das mobilizações indígenas em nível continental<sup>185</sup>.

Para entender a emergência dos movimentos sociais indígenas é preciso ir mais além de análises estritamente socioeconômicas. Devemos levar em consideração questões ligadas aos modos de vida e às identidades sociais entre indígenas e camponeses. De acordo com Vilas:

a su vez que la activación de estos actores se refiere fundamentalmente al mundo de los pobres y los desposeídos, y que incluso en temas “amplios” (derechos humanos, etnicidade, género, ecología...) se registra la presencia predominante de actores de la pobreza y la opresión.(...) Temas que no tienen un referente socioeconómico preciso – género, preferencias sexuales, ecología, derechos humanos – resultan de todos modos referidos a un escenario de opresión institucional que los emparenta con la dimensión de opresión propia de la pobreza masiva y los aproxima a, y eventualmente

<sup>183</sup> LANDA, Mariano Baéz. De indígena a campesinos. *Revista Ruris*, volume 3, nº2, 2010,p.55.

<sup>184</sup> Idem,p.62.

<sup>185</sup> BRANCALEONE, Cassio. ¿Tierra y libertad? Emancipação e autogoverno entre comunidades indígenas campesinas no México contemporâneo. In: 2º Encontro de Redes Rurais,2000, UFRJ, GT3 Canais e formas de expressão de grupos sociais. p.8.

articula con los movimientos que emergen de las múltiples manifestaciones de ésta<sup>186</sup>.

Nos anos oitenta a atuação partidária se mostrou como canalisadora e construtora de uma certa cidadania política, ao passo que nos anos noventa predominou a descrença na relação partido/cidadão – que se mostrou muito excludente e com poucos atendimentos de demandas para a grande parte da população. A partir dessa descrença ganharam forças os movimentos populares que tomaram uma outra direção. Um claro exemplo dessa outra direção tomada foi a resposta dada à implementação do TLC pela população mexicana, conforme ressaltou Ceceña:

El TLC les dio cohesión y carácter nacional ya que las primeras luchas emanadas de la parálisis neoliberal se organizaron en torno a su rechazo. Si bien los abiertos conflictos de clase habían perdido espacio de expresión, la soberanía amenazada les ofrece un nuevo escenario en el que reaparecen con otro ropaje: los ciudadanos en defensa de los valores patrios y de los recursos estratégicos de la nación<sup>187</sup>.

A questão é que seja pela reivindicação de democracia, terra, saúde, reconhecimento, autonomia, nacionalismo, inclusão social, cidadania, dignidade e tantas outras petições, os indígenas emergiram como protagonistas, e não como liderados como nos anos 1970-1980. Passaram a serem considerados sujeitos vivos que estabelecem relações sociais complexas contra uma ideologia que durante muito tempo considerou-os fósseis vivos ou de valor somente em museus, como argumentou Bonfil em sua obra *México profundo*. Conforme observou Bartolomé:

A nova visibilidade política obtida pelos povos indígenas nas últimas décadas faz com que os processos pelos quais eles passam sejam objeto da reflexão, algo desconcertada, dos responsáveis ao decretarem que a "modernidade" era o fim da etnicidade, ou que esta era uma "contradição secundária" das sociedades de classes. No entanto, os povos nativos sempre estiveram ali, não como fósseis vivos do passado, mas sim como sujeitos e participantes da história, como sociedades dotadas de dinâmicas próprias que transcendem as percepções estáticas. Para os etnógrafos de campo e para as populações regionais, essa presença étnica nunca esteve realmente oculta, a não ser por sua ausência no discurso acadêmico e político que até recentemente não havia reparado nela. É que subjacente a este desconcerto diante da etnicidade está a reificação do Estado-nação, ao qual se atribuía a capacidade de produzir uma desejada

<sup>186</sup> VILAS, Carlos. Actores, sujetos, movimientos: ¿ Dónde quedaron las clases? *Revista del Departamento de Sociología*, n° 28, 1995,p.5.

<sup>187</sup> CECEÑA, Ana Esther. Universalidad de la lucha zapatista. Algunas hipótesis. *Revista Chiapas* n°2, 1996, p.2.

homogeneização cultural e para o qual as lealdades étnicas são percebidas quase como uma traição à pátria<sup>188</sup>.

Sendo assim, essa nova visibilidade que os indígenas passaram a possuir é fruto de ações protagonizadas por grupos ou coletividades que não se sentiam representadas pelas instituições do Estado e que buscam formas de organização autônomas<sup>189</sup>.

A intenção deste capítulo é propor uma reflexão sobre o projeto dos municípios autônomos zapatistas como um projeto de nação; o zapatismo e a questão das classes, ou seja, como o zapatismo se apresenta para a luta de classes. A outra parte da análise cabe ao projeto de nação apresentado pelos zapatistas de caráter multiétnico e multicultural e a implementação de um projeto de autonomia para as nações indígenas. Começaremos pela ideia e o projeto autonomista zapatista.

### **3.1 - Autonomia e projeto de nação zapatista**

A palavra autonomia ganhou maior proporção pelo mundo na última década do século XX, principalmente com lutas separatistas pela Europa, como no caso de kosovares e bascos. Logo o seu significado passou a ter um caráter separatista e desagregador, que colocaria em perigo o Estado por impulsionar a fragmentação territorial e perda da sua soberania. Essa palavra também faz parte do ideário zapatista e se estende para outros países latino-americanos como, Chile e Equador – que possuem uma parcela indígena significativa da sociedade.

Embora para o grande público a questão da autonomia dos territórios indígenas possa ser uma novidade que parece se iniciar com o aparecimento do EZLN em 1994, essa questão possui uma história<sup>190</sup> que é anterior ao levante chiapaneco. Trata-se de um enfoque dado aos indígenas pelos indígenas para a criação de novos paradigmas de desenvolvimento e inclusão como cidadãos na política nacional<sup>191</sup>. Ou seja, o conceito de autonomia na contemporaneidade assumiu o sentido de interrelação entre o social, o cultural, o político, o econômico e a busca de reconhecimento jurídico e constitucional

<sup>188</sup> BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, volume 12, n°1, 2006, p.44.

<sup>189</sup> BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Movilizaciones étnicas y crítica civilizatoria. Um cuestionamiento a los proyectos estatales em América Latina. *Perfiles Latinoamericanos*, n°24, junho, 2004, p. 96.

<sup>190</sup> Por exemplo, o caso da Nicarágua que em 1987 promulgou um regime de autonomia nacional. Cf GUERRERO, Alicia Castellanos e RIVAS, Gilberto López. Autonomías y movimiento indígena em México: debates y desafíos. *Alteridades*, 1997, p.147.

<sup>191</sup> Cf. BENGOA, Jose. *La emergencia indígena em América Latina*. FCE, 2000, pp. 19-21.

em uma perspectiva de democratização do país<sup>192</sup>. Para os zapatistas, isso representa uma das armas para construir o futuro, que para Almeyra seria:

La búsqueda de una alternativa, a su vez, no proviene de una necesidad intelectual, sino que es impuesta por los hechos mismo. Si el Estado nacional se retira de la educación o lo empeora no queda otra cosa que asegurar una educación independiente, no estatal, mediante organizaciones no gubernamentales o autoridades comunales. Si no da la asistencia sanitaria, hay que suplirlo con una sanidade autosegurada, creando redes de promotores de salud. Todo eso lleva a la autoorganización y la autonomía regionales como base, a la vez, de la supervivencia y de la democracia. Se ve así patentemente que no hay una sola mundialización (la del capital) sino que también es posible otra, no capitalista, comunitaria. E igualmente que todos pueden decidir sobre todo y hacerse ciudadanos dejando de ser súbditos, tornarse sujetos, quando los habíam condenado a ser meros objetos de las decisiones ajenas, tomadas “desde arriba” y “desde afuera”<sup>193</sup>.

A questão de o zapatismo ter sido gestado desde o início da década de oitenta na Selva Lacandona e o contato com os indígenas que possuíam uma realidade que os urbanos que compunham as primeiras fileiras do EZLN desconheciam, colaborou para endossar o caráter e a ideia de autogoverno e a realização de trabalhos comunitários que não eram prestados pelo Estado, como saúde, educação e saneamento. Embora essa intenção autônoma pareça ter surgido com o levante indígena de 1994 com a proteção aos municípios tomados pela guerra<sup>194</sup> (MAREZ – Município Rebelde Zapatista), essas iniciativas têm o objetivo de reagrupar territórios que possuem nexos históricos comuns ou relações de intercâmbio cultural, relações de trabalho com afinidades entre as suas populações<sup>195</sup> contra o Exército mexicano<sup>196</sup> na luta contra o governo e sua

<sup>192</sup> GUERRERO, Alicia Castellanos e RIVAS, Gilberto López. Autonomías y movimiento indígena en México: debates y desafíos. *Alteridades*, 1997, p.147.

<sup>193</sup> ALMEYRA, Guillermo; THIBAUT, Emiliano. *Zapatistas: un nuevo mundo en construcción*. Ituzaingó, Maiupe, 2006, p.83.

<sup>194</sup> O projeto autonomista já seria algo imediato ao levante de janeiro de 1994. Segundo o Comandante Tacho: "El día de hoy, tomando en cuenta lo dicho en la *Primera Declaración de la Selva Lacandona*, que ordenaba a las tropas zapatistas proteger «en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas», y en cumplimiento a lo señalado en la Ley de Derechos y Obligaciones de los Pueblos en Lucha, del conjunto de leyes revolucionarias zapatistas de 1993, que en su artículo primero a la letra dice: Los pueblos en lucha contra el gobierno opresor y los grandes explotadores nacionales y extranjeros, sin importar su filiación política, credo religioso, raza o color, tendrán derecho a elegir, libre y democráticamente, a sus autoridades de cualquier clase que consideren conveniente y a exigir que sean respetadas.” TACHO, Comandante. Comandante Tacho: creación de municipio zapatista. Dezembro de 1994. Disponível em [http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994\\_12.htm](http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_12.htm).

<sup>195</sup> ORNELAS, Raul. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do Levantearmado ao nascimento dos caracoles. In CECEÑA, Ana Esther (Org). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Clacso, 2005. p.131.



ilegitimidade<sup>197</sup>. Outro ponto importante dos objetivos zapatistas é a intenção do reconhecimento das particularidades indígenas não respeitadas pelo Estado<sup>198</sup>. A construção das autonomias é uma questão anterior ao zapatismo. Analisando alguns dos documentos do movimento, o Subcomandante Marcos aponta que:

Desde hace varios años, las comunidades indígenas zapatistas están empeñadas en un proceso de construcción de la autonomía. Para nosotros la autonomía no es fragmentación del país o separatismo, sino el ejercicio del derecho a gobernar y gobernarnos, según establece el artículo 39 de la Constitución política de los Estados Unidos Mexicanos.

Desde los inicios de nuestro alzamiento, y aún mucho antes, los indígenas zapatistas hemos insistido en que somos mexicanos... pero también somos indígenas. Esto quiere decir que reclamamos un lugar en la Nación Mexicana, pero sin dejar de ser lo que somos.

El supuesto proyecto zapatista de una 'Nación Maya' sólo existe en los papeles de algunos de los militares más estúpidos del Ejército Federal Mexicano que, sabiendo que la guerra que realizan contra nosotros es ilegítima, usan este pobre argumento para convencer a sus tropas de que, atacándonos, defienden a México. Sin embargo, el alto mando militar y sus servicios de inteligencia saben que el EZLN no aspira a separarse de México sino que, como lo dice su apellido, pretende la 'liberación nacional'.<sup>199</sup>

Ainda que venhamos a caracterizar como funciona essa autogestão, é importante salientar que não é uma novidade zapatista. Marcos reitera que:

Esta "forma" de autogobierno (que aquí resumo en extremo) no es invención o aportación del EZLN. Viene de más lejos y, cuando nació el EZLN, ya tenía un buen rato que esto funcionaba, aunque sólo a nivel de cada comunidad<sup>200</sup>.

---

<sup>196</sup> Segundo os zapatistas, a autonomia se configurou também com a tomada de municípios pelo EZLN, sendo assim: *Avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas*. Cf. EZLN. *Primera Declaración de la Selva Lacandona*, 1994. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?cat=10>

<sup>197</sup> A eleição de Salinas como presidente em 1988 é considerada a mais fraudulenta da história mexicana por causa da pane no sistema de contagem de votos.

<sup>198</sup> Para os zapatistas, a autonomia também faz parte dos direitos indígenas, ou seja: *Que reconozca las particularidades de los grupos indígenas, reconozca su derecho a la autonomía incluyente y su ciudadanía*. Cf. EZLN. *Tercera Declaración de la Selva Lacandona*, 1995.

<sup>199</sup> SUBCOMANDANTE MARCOS. *La Treceava Estela*, 2003. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>. pp. 13-14.

<sup>200</sup> Idem. p.18.

Como um dos seus estandartes de luta, a autonomia consiste na busca de reconhecimento das comunidades culturais<sup>201</sup> para exercerem seu modo de vida como um todo. Conforme aponta Muñoz, o direito à autonomia significa:

...que tienen la facultad de organizar y dirigir su vida interna de acuerdo con sus propios valores, instituciones y mecanismos dentro del marco del estado del cual forman parte. La puesta en práctica de la autonomía implica el establecimiento de mecanismos institucionales que, fundados en el respeto y la valoración de la diversidad, doten a las comunidades culturales de las facultades que permitan y garanticen el ejercicio del derecho en cuestión<sup>202</sup>.

Outro objetivo da criação de municípios autônomos era retirar populações de zonas, ou das zonas, que funcionavam como áreas de dominação e influência de latifundiários e instâncias governamentais controladas pelo PRI, e assim enfraquecer suas bases de apoio. Conforme aponta Le Bot:

Se trata de emanciparse de una dominación que se caracteriza por el clientelismo, el fraude, la corrupción, el autoritarismo, el racismo y la violencia. Pero también de rechazar la unanimidad habitual, religiosa o política; de reconocer la diversidad y los conflictos y de permitirles expresarse, de respetar el derecho de circular y de residir. En otros términos, la autonomía municipal debe ser objeto de un contrato regional y nacional<sup>203</sup>.

Outro ponto importante de ser levado em consideração foi que a autonomia zapatista também representou uma alternativa para o acesso de informações, uma vez que a ação da imprensa era controlada. De acordo com Gil:

O exercício da autonomia, como preconizado pelos zapatistas, permite romper com os esquemas de coerção impostos historicamente e fortalece a resistência contra a violência imposta pela guerra de contra-insurgência através de seus diversos mecanismos como a ação da imprensa controlada, dos militares e paramilitares e dos grupos políticos governistas na região<sup>204</sup>.

A aceitação por parte do governo mexicano da autonomia indígena colocaria em xeque não só as práticas clientelistas e paternalistas promovidas pelos principais

---

<sup>201</sup> Comunidades que possuem suas particularidades e que fazem parte juntamente com uma outra parte da sociedade da composição nacional, mas não de modo igualitário como os indígenas no México.

<sup>202</sup> MUÑOZ, Alejandro Anaya. El derecho de los pueblos indígenas a la autonomía política: fundamentos teóricos. *Revista Chiapas* n° 11.

<sup>203</sup> LE BOT, Yvon. La autonomía según los zapatistas. *La Jornada* 29/03/1998.

<sup>204</sup> GIL, Antonio C. A. Caminhos da ideia de nação no México contemporâneo: Globalização, Etnicidade e Identidade Nacional In: LAS A 2009: Rethinking Inequalities, 2009. Rio de Janeiro: LASA2009 Congress Paper Archive; Pittsburgh, PA: LASA, 2009. p. 18; FAZIO, Carlos. México: resistencia y autonomía. Una década de zapatismo. *La Jornada* 03/01/2004. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=759&cat=80> p.3.

partidos políticos mexicanos, mas também haveria o medo da perda do controle de recursos naturais, que ficariam em territórios autônomos, e isso traria problemas para o projeto econômico do governo mexicano e para o capital internacional.

As reivindicações autonomistas dos zapatistas tinham por finalidade romper com o projeto político promovido pelo governo mexicano há décadas – como o indigenismo<sup>205</sup> e a cooptação de organizações sindicais e camponesas – para a construção de um Estado multiétnico que reconhecesse os direitos dos povos ao sistema de autogoverno. A ideia de autogoverno para os zapatistas não dizia respeito somente ao pleito eleitoral, mas a um exercício permanente vinculado à prática cotidiana de diálogos, trabalhos comunitários e revesamentos das autoridades locais<sup>206</sup>. Portanto, a construção das autonomias não podia ser algo que viesse de lideranças “iluminadas” ou de organizações que falem em seu nome, mas sim da constituição das comunidades indígenas como sujeitos políticos com capacidade de lutar por seus próprios direitos coletivos<sup>207</sup>. Outro aspecto importante é o de que a luta pela autonomia não se tornasse uma luta solitária, ou seja, só das comunidades indígenas. Era de fundamental importância contar com a solidariedade e alianças com outros setores da sociedade<sup>208</sup>. Visto que o indigenismo não apresentou uma opção viável para o progresso cultural das comunidades, Gil argumenta que:

O exercício do poder nas comunidades autônomas zapatistas demonstra exatamente que estas comunidades que preservam os valores comunitários querem negociar a forma como serão aceitas na comunidade nacional. Os grupos indígenas ao se modernizar querem ter direito de escolher as formas de interação que sejam menos prejudiciais à manutenção de seus traços culturais diferenciadores, seus símbolos significativos de identidade étnica e seus valores comunitários. Ao propor uma sociedade multiétnica e multicultural, os indígenas não somente questionaram sua própria situação de pobreza e marginalidade, como também as relações de dominação da sociedade latino-americana, a discriminação racial, a intolerância étnica. Os indígenas questionam as bases do Estado Republicano Latino-

---

<sup>205</sup> O indigenismo pode ser considerado como uma política destinada aos indígenas, mas sem qualquer visão indígena. Ou seja, era algo vindo do Estado para as comunidades indígenas. O sentido dessa política era de homogeneizar e “mexicanizar” os povos indígenas mediante abandono de seus idiomas e adoção do espanhol.

<sup>206</sup> FERNANDEZ, Paulina. Gobierno autónomo zapatista. Características antisistema político mexicano. Disponível em <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2010/02/15/gobierno-autonomo-zapatista-caracteristicas-antisistema-politico-mexicano/>. 2010. p. 1

<sup>207</sup> BÁRCENAS, Francisco López. La autonomía es de quien la construye. La Jornada 03/10/2003. Disponível em <http://www.jornada.unam.mx/2003/oct03/031020/oja78-autonomia.html>. p.3.

<sup>208</sup> Idem.

americano, construído sobre a idéia de um só povo, uma só nação, um só Estado<sup>209</sup>.

Essa exclusão e o antídoto para esse problema são apontados pelos zapatistas também da seguinte forma:

La cuestión indígena no tendrá solución si no hay una transformación RADICAL del pacto nacional. La única forma de incorporar, con justicia y dignidad, a los indígenas a la Nación, es reconociendo las características propias en su organización social, cultural y política. Las autonomías no son separación, son integración de las minorías más humilladas y olvidadas en el México contemporáneo. Así lo ha entendido el EZLN desde su formación y así lo han mandado las bases indígenas que forman la dirección de nuestra organización.<sup>210</sup>

A ideia da autonomia tem apresentado problemas para a sua aceitação governamental. Como o Estado mexicano é alicerçado no liberalismo, sua matriz jurídica indica que nenhum indivíduo ou grupo pode ter direitos que o diferenciem dos demais diante da lei. Entretanto, esses mesmos pilares serviram para fundar a nação mexicana mestiça e conservar os indígenas como cidadãos de segunda classe. Porém, o mesmo liberalismo orienta que todo indivíduo tem direito à livre-escolha e à autodeterminação para eleger aquilo que lhe for conveniente<sup>211</sup>.

A construção do projeto de autonomia nas comunidades zapatistas passa por três momentos desde o levante em 1994: a criação dos municípios autônomos, os Caracoles e as Juntas de Bom Governo (JBG). Vale ressaltar que, ainda nesse processo, outro ponto fundamental foi a criação dos *Aguacalientes*, que na definição zapatista significam:

espacios para el encuentro y el diálogo con la sociedad civil nacional e internacional. Además de ser sedes de grandes iniciativas y encuentros en fechas memorables, cotidianamente eran el lugar donde "sociedades civiles" y zapatistas se encontraban<sup>212</sup>.

Como mencionamos anteriormente, a construção da autonomia passa pelo apoio e solidariedade de setores da sociedade civil como estudantes e intelectuais. Essa

<sup>209</sup> GIL, Antonio C. A. Caminhos da ideia de nação no México contemporâneo: Globalização, Etnicidade e Identidade Nacional In: LAS A 2009: Rethinking Inequalities, 2009. Rio de Janeiro: LASA2009 Congress Paper Archive; Pittsburgh, PA: LASA, 2009. p.19.

<sup>210</sup> EZLN. *Tercera Declaración de la Selva Lacandona*. Janeiro de 1995. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=562>, p.3

<sup>211</sup> MUÑOZ, Alejandro Anaya. El derecho de los pueblos indígenas a la autonomía política: fundamentos teóricos. *Revista Chiapas*, n° 11, 2001, p.2.

<sup>212</sup> SUBCOMANDANTE MARCOS. *La Treceava Estela*, 2003. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>, p.7.

necessidade de somar forças fez com que os zapatistas sentissem a necessidade não só de expressar, mas também de ouvir e dialogar com parcelas mais amplas da sociedade. Se o projeto zapatista de luta e construção de uma nação advém dos acordos, para se chegar nesse objetivo se fez necessário o surgimento de um espaço da exposição de planos e ideias através da colaboração daqueles que compunham o movimento social, o que possibilitou endossar as bases zapatistas e garantir formas de obtenção de apoio. Segundo Marcos:

Acordamos entonces construir el espacio y nombrarlo "Aguascalientes" puesto que sería la sede de la Convención Nacional Democrática (rememorando la Convención de las fuerzas revolucionarias mexicanas en la segunda década del siglo XX). Pero la idea del "Aguascalientes" iba más allá. Nosotros queríamos un espacio para el diálogo con la sociedad civil. Y "Diálogo" quiere decir también aprender a escuchar al otro y aprender a hablarle<sup>213</sup>.

Essa nova arena política surgiu após a pressão internacional e nacional para que a guerra entre o exército insurgente e o exército mexicano cessasse e se estabelecesse um diálogo. Com isso, mostrou-se crescente o apoio de outros setores à causa dos indígenas e à democratização da política mexicana. Por isso, as demandas zapatistas ganharam legitimidade por conta da ampla participação popular e dos constantes diálogos estabelecidos. Esses encontros deram novo folego à luta zapatista por meio da legitimidade alcançada por suas demandas e da ampliação da sua força política nacional na construção da democracia, na luta contra o neoliberalismo. Daí a organização de encontros internacionais e a construção de outros Aguascalientes<sup>214</sup>.

Outro passo importante da luta zapatista para a construção da autonomia foi a assinatura do Acordo de San Andrés em 16/02/1996 entre o governo mexicano e o EZLN. Os indígenas representados pelo EZLN levaram a questão das autonomias a nível nacional sob forte pressão interna e internacional, fazendo com que o governo de Ernesto Zedillo reconhecesse a necessidade de o México saldar uma dívida histórica com os indígenas. A assinatura do referido acordo deu legitimidade à autonomia indígena. Ficou acordado que:

O Estado deve promover o reconhecimento, como garantia constitucional, do direito à livre determinação dos povos indígenas [...] que se exercerá num marco constitucional de autonomia

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> SUBCOMANDANTE MARCOS. *Cuarta Declaración de la Selva Lacandona*. 01/01/1996. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=563&cat=10>, p. 4.

assegurando a unidade nacional. Poderão, em conseqüência, decidir sua forma de governo interna e suas maneiras de se organizar política, social, econômica e culturalmente. O marco constitucional de autonomia permitirá alcançar a efetividade dos direitos sociais, econômicos, culturais e políticos em relação à sua identidade<sup>215</sup>.

Entretanto, o governo de Zedillo não cumpriu o que fora assinado, o que causou grande descontentamento entre os zapatistas e os levaram a aplicar por conta própria o que havia sido acordado e a instaurar jurisdições autônomas como uma estratégia de aplicar o cumprimento do acordo. Já as promessas eleitorais de Fox – futuro presidente – sobre o tema também não se materializaram. Em março de 2001, ocorreu a imposição de uma Lei Indígena que distou bastante do que havia sido acordado em 1996, provocando o rompimento das negociações entre o EZLN e o governo federal.

Assim, em 2003, ocorreu o fim dos *Aguacalientes* e o nascimento dos *Caracoles* e suas Juntas de Bom Governo. Os *Caracoles* podem ser interpretados como um projeto de governo dos territórios zapatistas calcados em mandatos controlados pelas bases e que marca um novo tempo político no sudeste mexicano a partir de associações dos municípios autônomos em redes sob a coordenação das Juntas de Bom Governo. Trata-se de uma proposta de organização política que pretende constituir uma alternativa às práticas políticas, assistencialistas e paternalistas do Estado mexicano. Segundo a argumentação de Fazio:

Es un proceso singular que está en su fase de aprendizaje y no quiere ser modelo ni vanguardia de nada. Un proceso colectivo que se da en el marco de una guerra de baja intensidad; del aislamiento político del régimen derechista y racista de Fox y del hostigamiento militar, policial y paramilitar, que requiere, por tanto, de la autodefensa<sup>216</sup>.

A passagem dos *Aguacalientes* para os *Caracoles* representou uma nova fase rumo ao objetivo da autonomia. Os *Caracoles* são as sedes das Juntas de Bom Governo, que por sua vez são as novas instâncias de coordenação regional e que também servem de lugares de encontro entre as comunidades zapatistas e a sociedade civil, tanto

---

<sup>215</sup> Gobierno Federal e EZLN 1996 *Acuerdos sobre Derechos y Cultura Indígenas*, Documento 1. Pronunciamento conjunto que o governo federal e o EZLN enviaram às instâncias de debate e decisão nacional, 16 de fevereiro. *Apud* ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracóis. In CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Clacso, 2005, p. 141

<sup>216</sup> FAZIO, Carlos. México: resistencia y autonomía. Una década de zapatismo. La Jornada 03/01/2004. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=759&cat=80>. p.3.

nacional como internacional<sup>217</sup>. Esse novo fenômeno zapatista tem por finalidade a busca de solução de problemas que vinham surgindo no processo da construção da autonomia. Um desses problemas eram as transferências financeiras de ONGs e organismos internacionais que não levavam em consideração as necessidades reais das comunidades e não seguiam nenhuma periodicidade regular.<sup>218</sup>

Outra questão diz respeito ao desenvolvimento desequilibrado que existia dentro dos municípios autônomos. A relação desses territórios com a sociedade civil e internacional se deu de modo diferenciado dada a visibilidade e a proximidade desiguais com estradas. Assim, alguns recebiam mais projetos e mais apoio por reterem mais atenção e por causa do acesso a eles ser mais viável. Onde entidades sociais se instalam em acampamentos e trabalham nas comunidades, as famílias zapatistas contavam com mais apoio. Outro fator de desenvolvimento desequilibrado pode ser notado no papel de destaque que uma liderança possuía em seu tempo de gestão e acabava tendo maior atenção de entidades sociais para a sua comunidade, o que quebrava o preceito zapatista de alcançar melhorias para todos e não só para a comunidade<sup>219</sup>. Isso pode ser entendido pelo papel de destaque que a liderança acabava exercendo em nome da sua comunidade, o que muitas vezes ocorre de modo indireto, ou seja, sem o esforço de quem exerce a liderança como algo natural.

Essas transformações representaram mudanças na organização interna desses espaços, pois deixaram de ser um “movimento” para se converterem em uma estrutura com filiações, com definições claras de direitos e funções de seus membros e de seus órgãos, possibilitando o estabelecimento de um novo tipo de autoridade com as Juntas de Bom Governo que passou a lhes representar e dialogar em âmbito interno e externo<sup>220</sup>. Cada *Caracol* abrange uma área determinada – que varia de região para região – onde já se realizava a experiência de autogoverno inspirada na democracia direta, que os zapatistas chamam de “mandar obedecendo” e que são integrados por

<sup>217</sup> ORNELAS, Raul. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do Levante armado ao nascimento dos caracoles. In: CECEÑA, Ana Esther (Org). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Clacso, 2005, p. 142.

<sup>218</sup> SUBCOMANDANTE MARCOS. *La treceava estela*. Chiapas, México, julho de 2003. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>, p.8.

<sup>219</sup> Idem, p.18.

<sup>220</sup> BRANCALONE. Cássio. Os zapatistas e o significado da experiência de autogoverno indígena e camponesa no México contemporâneo. In: 2º Encontro de Redes Rurais, 2000, UFRJ, GT3 Canais e formas de expressão de grupos sociais. Disponível em [http://api.ning.com/files/JBQFk69Zn3WOpCPpXuXBpNly\\*iTyAW0yeAu0DvX7pdsy7IgkUh3yirvARRgKtZtGbT18OBiP1INvPUPDCI-ESBy2GwqTfTcM/zapatistas.pdf](http://api.ning.com/files/JBQFk69Zn3WOpCPpXuXBpNly*iTyAW0yeAu0DvX7pdsy7IgkUh3yirvARRgKtZtGbT18OBiP1INvPUPDCI-ESBy2GwqTfTcM/zapatistas.pdf), p.17.



delegados que são enviados para as suas respectivas Juntas de Bom Governo<sup>221</sup>. O quadro 1 mostra a divisão das regiões autônomas zapatistas compostas por trinta MAREZ distribuídos em cinco Caracoles e cada Caracol conta com uma Junta de Bom Governo.

Quadro 1: *A geografia autônoma zapatista em 2003*

<b>Caracoles</b>	<b>Juntas de Bom Governo</b>	<b>Sede</b>	<b>Povos</b>
Madre de los caracoles de mar de nuestros sueños	Hacia la esperanza (Selva Fronteriza)	La Realidad	Tojolabales, tseltales e mames
Torbellino de nuestras palabras	Corazón del arco-íris de la esperanza	Morelia	Tseltales, tsotsiles e tojolabales
Resistencia hacia un nuevo amanhecer	El caminho de futuro	La Garrucha	Tseltales
El caracol que habla para todos	Nueva semilla que va a producir	Roberto Barrios	Choles, zoques e tseltales
Resistencia y rebeldia por la humanidade	Corazón céntrico de los zapatistas delante del mundo	Oventik	Tsoltsiles e tseltales

Fonte: SUBCOMANDANTE, Marcos. *La treceava estela*. Chiapas, México, julho 2003 Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>. p.13

O resultado foi que em cada região autônoma zapatista passou a existir três níveis de governo civil: o regional, com uma Junta de Bom Governo; o municipal, integrado por um conselho autônomo de um MAREZ; e o comunitário, com representantes das comunidades em resistência. A ideia era o de ter o poder disseminado em vários centros. A relação ainda que seja hierárquica, apresenta também uma questão de regulação, pois a relação de mando não, segundo os zapatistas, não era vertical, mas sim de “mandar obedecendo”<sup>222</sup>.

A autonomia zapatista obedece a uma construção do mundo social que não é plena e muito menos homogênea. Para a sua realização, inúmeros problemas e paradigmas foram quebrados, caracterizando um processo cambiante. Mas esse

<sup>221</sup> Idem.

<sup>222</sup> SUBCOMANDANTE, Marcos. *La treceava estela*. Chiapas, México, julho 2003 Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>. p.13



processo marcou uma tendência, uma alternativa para o desenvolvimento das comunidades, que viveram em condições precárias há tempos. Isso passava pela construção de condições materiais, como a diminuição da mortalidade e a construção de escolas em suas comunidades para resistir às investidas do PRI, com o apoio de grupos e entidades do país e do exterior<sup>223</sup>. Essa construção da autonomia, como vimos, não segue um caminho somente, conforme o comandante Moisés:

nosotros no tenemos manual. Es diferente lo que se hace en cada zona, porque en cada lugar se va buscando la forma de como crecer. Enfrentamos y decidimos que cometemos errores, porque sí cometemos errores construimos, si no cometemos errores quiere decir que no andamos bien, porque nosotros que no hay excelencia pues<sup>224</sup>.

O projeto de autonomia e a existência de municípios sob influência zapatista caracterizam um problema para representantes do governo. Congruentes a essa crítica, a autonomia foi considerada sob os riscos de submeterem essas regiões ao autoritarismo mediante a força bélica representada pelo EZLN – considerando a possibilidade de um stalinismo ao molde mexicano. Essa crítica governamental foi baseada na observação da permanência do exército insurgente como uma estrutura antidemocrática para a condução da vida política e autônoma dentro dos municípios rebeldes. Entretanto, para o desenvolvimento do projeto autonomista, o EZLN teve suas funções limitadas à missão de proteção do território e das comunidades contra ataques externos. Outra característica da diminuição da influência do EZLN na vida comunitária se deu com a proibição de quem compõe as suas fileiras não poder ter acesso a cargos políticos, possibilitando uma diferenciação e separação das funções dentro das comunidades. Nas palavras de Marcos:

Con esto quiero decir que la estructura militar del EZLN "contaminaba" de alguna forma una tradición de democracia y autogobierno. El EZLN era, por así decirlo, uno de los elementos "antidemocráticos" en una relación de democracia directa comunitaria (otro elemento antidemocrático es la Iglesia, pero es asunto de otro escrito).

Cuando los municipios autónomos se echan a andar, el autogobierno no sólo pasa de lo local a lo regional, también se desprende (siempre de modo tendencial) de la "sombra" de la estructura militar. En la

---

<sup>223</sup> SUBCOMANDANTE MARCOS. *La treceava estela*. Chiapas, México, julho, 2003. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>, p.19

<sup>224</sup> RAMÍREZ, Gloria Muñoz. Autonomía zapatista. Contra viento y marea. La Jornada 12/10/2009. Disponível em <http://www.jornada.unam.mx/2009/10/12oja150-autonomiazapa.html>, p.2.

designación o destitución de las autoridades autónomas el EZLN no interviene para nada, y sólo se ha limitado a señalar que, puesto que el EZLN, por sus principios, no lucha por la toma del poder, ninguno de los mandos militares o miembros del Comité Clandestino Revolucionario Indígena puede ocupar cargo de autoridad en la comunidad o en los municipios autónomos. Quienes deciden participar en los gobiernos autónomos deben renunciar definitivamente a su cargo organizativo dentro del EZLN<sup>225</sup>.

Entretanto, para Saavedra, a questão da desmilitarização se devem por outras razões. O autor fez pesquisa de campo entre 2002 e 2005 nas comunidades *tojolobales* da Selva Lacandona, tomando entrevistas de ex-oficiais zapatistas, ex-assessores políticos das *uniones ejidales* e camponeses não-zapatistas. Segundo Saavedra, a desmilitarização se deu pelo fracasso da estratégia militar e isso possibilitou a necessidade de buscar uma nova alternativa política sem passar pela vinculação com o sistema político nacional. Foi o Comando Geral que definiu e controlou esse processo de organização com a criação de instituições paraestatais em suas zonas de influência, sem que ele viesse assumir diretamente de forma pública os seus sucessos ou fracassos, emitindo tais responsabilidades às respectivas autoridades. Tais ações, para Saavedra, se traduziram em ações desarticuladas e conflitivas que desgastaram o zapatismo. A criação das Juntas seria para regular essa situação<sup>226</sup>

Quando em 2003 foram criadas as Juntas de Bom Governo, o objetivo delas era promover a organização social, política e econômica das comunidades zapatistas. Mais uma vez cabe ressaltar a importância do afastamento do EZLN das funções políticas, mantendo-se restritamente como uma força de defesa. O quadro a seguir tem por finalidade mostrar as primeiras medidas para o desenvolvimento dos municípios autônomos:

#### Quadro 2: Funções das Juntas de Bom Governo (2003)

Tentar neutralizar o desequilíbrio no desenvolvimento dos municípios autônomos e das Comunidades
Mediar os conflitos entre municípios autônomos, e entre municípios autônomos e governamentais.

<sup>225</sup>SUCOMANDANTE MARCOS. *La treceava estela*. Chiapas, julho de 2003. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>, p.19.

<sup>226</sup> SAAVEDRA, Marco Estrada. *La comunidad armada rebelde y el EZLN: un estudio histórico y sociológico sobre las bases de apoyo zapatistas en las cañadas tojolabales de la Selva Lacandona, 1930-2005*. México, Colegio de México, 2007. p.535.

Atender as denúncias contra os Conselhos Autônomos <sup>227</sup> por violações dos direitos humanos, protestos e inconformidades, investigar sua veracidade, ordenar aos Conselhos Autônomos a correção desses erros, e vigiar seu cumprimento.
Vigiar a realização de projetos e tarefas comunitárias nos municípios autônomos rebeldes zapatistas (MAREZ), tomando o cuidado para que sejam cumpridos os tempos e as formas estabelecidos em comum acordo pelas comunidades; e para promover o apoio a projetos comunitários nos MAREZ.
Vigiar o cumprimento das leis que, de comum acordo com as comunidades, funcionem nos Marez.
Atender e guiar a sociedade civil nacional e internacional na visita às comunidades, levar adiante projetos produtivos, instalar acampamentos de paz, realizar pesquisas (deixando algum benefício para as comunidades), e qualquer atividade permitida em comunidades rebeldes.
De comum acordo com o CCRI-CG <sup>228</sup> do EZLN, promover e aprovar a participação de companheiros e companheiras dos MAREZ em atividades ou eventos fora das comunidades rebeldes, e para eleger e preparar os mesmos.
Cuidar para que, em território rebelde zapatista, aquele que manda, mande obedecendo.
Decidir, depois de avaliar a situação das comunidades, onde é mais necessário que se dirijam os apoios externos. É obrigatório a todos os projetos o chamado “imposto irmão”, que é de 10% do montante do total do projeto, destinado a outra comunidade que não recebe apoio, para equilibrar um pouco o desenvolvimento econômico das comunidades em resistência.
Registrar pessoas, comunidades e sociedades de produção e comercialização zapatistas. Os excedentes ou bonificações pela comercialização de produtos de cooperativas e sociedades zapatistas serão entregues às JBGs para apoiarem aqueles que não podem comercializar seus produtos ou não recebam nenhum tipo de apoio.

Fonte: MARCOS, Subcomandante. *La treceava estela*. Chiapas, julho de 2003. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>.

A cooperação entre as regiões autônomas possibilitou a diminuição dos desequilíbrios trazidos pela guerra de baixa intensidade e pelas ajudas introduzidas pela solidariedade externa (regiões não zapatistas). Essa realização foi possível através de negociações locais para traçar as prioridades de planejamentos e ações imediatas para receber o apoio de entidades da sociedade civil; promover o registro de pessoas, comunidades e cooperativas que fariam parte da luta zapatista com o intuito de evitar fraudes; recolher o “imposto irmão”, que consistia em que cada comunidade repassasse parte dos montantes financeiros recebidos para as Juntas, a fim de atender comunidades mais desfavorecidas. Ou seja, essas práticas constituíram-se num mecanismo de justiça social além de também enfraquecer a dependência frente ao governo<sup>229</sup>.

<sup>227</sup> Os Conselhos Autônomos eram órgãos representativos em escala municipal formado por lideranças eleitas via a democracia direta daqueles que formavam os MAREZ.

<sup>228</sup> Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral.

<sup>229</sup> MARCOS, Subcomandante. *La treceava estela*. Chiapas, julho de 2003. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>, p.8.

O caminho para a autonomia se mostrava tortuoso já na fala das próprias lideranças zapatistas. Entretanto, Saavedra, em seu estudo sobre as comunidades rebeldes e o EZLN, mostra que os zapatistas não tratavam esse assunto de modo claro e omitiam como é a relação com as comunidades através de suas declarações e em regiões não tão visitadas pelo público. Uma das críticas trazidas por sua pesquisa é a de que Marcos não cumpria o que dizia, ou seja, era incapaz de ouvir alguém ou de seguir algo que a maioria indicasse. Dentro das comunidades a fala mais pertinente e digna de ser seguida tinha de ser a Marcos, o que o caracteriza como um líder autoritário que causaria a desagregação entre os participantes da construção da autonomia. Consoante Saavedra:

La mera verdade, lo del ‘mandar obedeciendo’ no es así, lo que passa es que él [el subcomandante Marcos] lo disse sólo en su política, pero él nunca te va a escuchar; tú vas a hacer lo que él te diga, porque él nunca oye consejos; él es el que según va a venir a enseñarle a la gente. Tiene esa idea de que [el único] que sabe es él, nadie más, por eso la gente de obedecerlo. Él es el único que opina, pues. [ Pero justamente] el autoritarismo de Marcos ayudó mucho para que la misma gente se diera cuenta que estaban equivocados, que está mal lo que está mal lo que está diciendo [Marcos], pues disse uma cosa y no cumple; y eso el Pueblo l ove cabrón, que no le gusta cuando llega a las comunidades a mandar lo que tienen que hacer sin consultarlos, sin conocer sus problemas. [Esas actitudes] empezaron a dividir mucho a la gente que [se decía:] “como es posible que ahora se porte [Marcos] tan cabrón com nosotros, si vive entre nosotros”. Marcos empieza a meterse em la vida de las comunidades y quiere imponer sus ideas de como solucionar sus problemas. Además, como la gente es muy religiosa y estos hombres ateos no creen nada em la Palabra de Dios, pues a veces empiezan a burlarse de la gente religiosa, y desde el momento em que tú te burlas de su religión, pues te va a traer odio em vez de crear confianza (entrevista com Rafael, ex-insurgente, 7 de agosto de 2003)<sup>230</sup>

Em outro relato presente em sua pesquisa, Saavedra analisou as práticas de violência perpetradas pelo EZLN entre 1997-2005 contra participantes das comunidades, mostrando como o EZLN buscava controlar as áreas autônomas:

desde amarrarte debajo de um árbol, ponerte a cargar piedra para estar llevando el camino para que sientas dolo y te arrepientas de tus pecados, hasta dejarte sin comida y agua ocho o diez días. Em la montaña, Marcos es el que pone los castigos. Si eras mestizo te castigábamos menos, pero si eras indígena te tratábamos peor. Allí Marcos distingue mucho según la raza (entrevista com Rafael, ex-insurgente, 7 de agosto de 2003)<sup>231</sup>.

Além dos problemas apresentados acima como a questão do não-cumprimento do “mandar obedecendo” nos municípios autônomos, Saavedra argumenta que a ideia da

<sup>230</sup> SAAVEDRA, Marco Estrada. *La comunidad armada rebelde y el EZLN: un estudio histórico y sociológico sobre las bases de apoyo zapatistas em las cañadas tojolabales de la Selva Lacandona, 1930-2005*. México, Colegio de México, 2007, p. 478.

<sup>231</sup> Idem. P.482

autonomia não nasceu nas comunidades indígenas de um autogoverno, mas sim de um projeto revolucionário da década de 1980 que seguia os moldes da guerra de guerrilha e ambicionava instaurar um governo revolucionário nas zonas “liberadas” pelo avanço do exército insurgente que passaria a exercer as funções públicas<sup>232</sup>. Segundo o autor, a criação das Juntas de Bom Governo seria um esforço para reorganizar as bases de apoio do zapatismo que estavam em crise e se desarticulando. Isso leva em consideração a vontade de levar a cabo uma estratégia política interna para dar coesão e coordenar o zapatismo regional com uma autoridade civil comum para manter a resistência de maneira disciplinada; como também redefinir as relações zapatistas com as comunidades, organizações camponesas e com o governo<sup>233</sup>.

Saavedra acerta ao apontar que o caminho da construção da autonomia zapatista era repleto de percalços e contradições. Sobretudo, devido ao fato de que os territórios autônomos muitas vezes não eram conexos, ou seja, não eram interligados geograficamente, e havia relações de constante fricção com os territórios não zapatistas. O autor também fez acusações contra as regiões zapatistas sobre violações de direitos humanos<sup>234</sup>. Outra crítica pertinente ao modo como foi implementado a autonomia zapatista foi como Araceli Cal Y Mayor chamou de autonomia *de facto*. Ou seja, ela não foi alicerçada por bases jurídicas legais, de modo que foi realizado na prática sem a permissão do Estado. A carência de uma ordem autônômica para Chiapas se mostrou desastrosa para os chiapanecos, pois a ausência de uma via legal passou a deteriorar o projeto autônômico porque causou fracionamento entre os povos, conflitividade entre as comunidades, debilidade do EZLN e projetos paralelos de autonomias que não compactuavam com o EZLN<sup>235</sup>. Segundo as lideranças zapatistas — e principalmente Marcos —, cabia às Juntas de Bom Governo averiguar para dar respostas aos problemas apontados<sup>236</sup>.

---

<sup>232</sup> SAAVEDRA, Marco Estrada. *La comunidad armada rebelde y el EZLN: un estudio histórico y sociológico sobre las bases de apoyo zapatistas en las cañadas tojolabales de la Selva Lacandona, 1930-2005*. México, Colegio de México, 2007, p.536.

<sup>233</sup> Idem, pp. 541-546.

<sup>234</sup> SUBCOMANDANTE MARCOS. *La Treceava Estela*. Chiapas, julho de 2003. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>, p. 22.

<sup>235</sup> CAL Y MAYOR, Araceli Burguete. Uma década de autonomias de facto en Chiapas (1994-2004): los limites. In DÁVALOS, Pablo (Org). *Indígenas, Estado y democracia*. Buenos Aires, Clacso, 2005, pp.240-242.

<sup>236</sup> Idem, p. 25

As Juntas de Bom Governo foram criadas para dinamizar a vida nas comunidades zapatistas e para legitimar a interlocução com a sociedade civil e organizações internacionais. A dinâmica da vida interna se deu pelo modo de não haver centralização do poder e pela rotação dos cargos de mando, assim como levar a cabo os planejamentos e os debates que pudessem trazer melhorias para as comunidades<sup>237</sup>. Apesar das Juntas serem o principal órgão de diálogo com o governo e a sociedade civil (além das decisões comunitárias), elas não estavam livres de vigilância e investigações. Cabia ao Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI) em cada zona vigiar o bom funcionamento das Juntas para evitar atos de injustiça, corrupção, intolerância, e arbitrariedade e qualquer desvio dos princípios zapatistas<sup>238</sup>.

Embora houvesse órgãos que regulassem as ações das Juntas (como os Conselhos Autônomos e o CCRI-CG), a própria comunidade servia de auditoria permanente; se o poder parte e reside nas comunidades, eles também acabavam exercendo uma função fiscal dos governos locais. As autoridades que tinham a função de fazer valer o pacto coletivo estabelecido nas comunidades ficavam sob a supervisão permanente da vigilância das comunidades, o que tornava a prática de corrupção mais difícil. Em uma sociedade que luta contra as mazelas do chamado mau governo, qualquer forma de enriquecimento ilícito seria desvendado com certa rapidez e o indivíduo que burlou as normas zapatistas seria substituído e sofreria as sanções cabíveis dentro dos trâmites estabelecidos: também ocorriam punições quando um indivíduo se ausentava muito das assembleias, comunitárias dando-lhe um cargo de menor expressão<sup>239</sup>.

Retomando a questão das escolhas das autoridades e da ampla participação das comunidades, sendo elas indígenas ou mestiças sem distinção, esse exercício se caracterizava pela forma direta como os participantes das assembleias se reuniam e escolhiam com seus votos. Homens e mulheres com idade igual ou superior aos dezesseis anos são votantes, pois aqueles que possuem entre doze e quinze anos podem participar com suas falas e opiniões mas não possuem poder de voto, entretanto sua participação na vida comunitária é de fundamental importância devido à atuação desses

---

<sup>237</sup> ORNELAS, Raul. A autonomia como eixo da resitência zapatista. Do Levante armado ao nascimento dos caracoles. In CECEÑA, Ana Esther (Org). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Clacso, 2005, p.147.

<sup>238</sup> SUBCOMANDANTE MARCOS. *La Treceava Estela*. Chiapas, julho de 2003. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>. p. 21.

<sup>239</sup> SBCOMANDANTE MARCOS. *La Treceava Estela*. Chiapas, julho de 2003. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511>. p. 18

nos setores da educação comunitária. Nesses territórios, a organização política se encontra dividida em três conjuntos de autoridades: comunidade, município e zonas sem que haja fronteiras entre elas e toda a vida política, econômica e social da região autônoma dependem da intensa comunicação entre essas áreas<sup>240</sup>.

As características do projeto político zapatista não se esgotam nisso. As diferenciações persistem ao perceber que nessas comunidades não há práticas comuns da política convencional, como os comícios, a autoneomeação para cargos políticos, experiência prévia política (ter feito parte de um sindicato, partido, associação, etc.) ou usar a influência por pertencer a alguma família “importante” dentro da comunidade. A experiência necessária é a de ter realizado trabalhos coletivos para o bem das comunidades. Essas intenções corroboram a ideia de um sistema político alternativo que de fato resida nas comunidades, a fim de evitar fraudes e enriquecimentos ilícitos, o uso do tráfico de influência por conta de uma vida parlamentar anterior ou a intenção do uso de um possível sobrenome que possesse destaque (por algum tipo de herança) para ter maior projeção dentro da comunidade, pois essas ações, assim como a rotatividade na vida política e não remunerada dentro das comunidades, representa justamente a ideia de que esses cargos devem ser transmitidos a todos ao longo do tempo e também para evitar a perpetuação no poder<sup>241</sup>.

Refletir sobre o projeto autonomista zapatista implica pensar um projeto de nação não para o futuro, mas para o presente. Uma nação em que o índio não seja uma peça do passado lendário ou um personagem caricato da cultura mexicana<sup>242</sup>, mas sim uma nação que tenha os indígenas como cidadãos e participantes das transformações políticas e sociais necessárias o México. Implica também refletir sobre a mudança de paradigma da atuação zapatista, ou seja, uma transformação que vai da via revolucionária armada para a construção de diálogos com inúmeros setores da sociedade mexicana, independentemente de credos e ideologias.

### **3.2 As classes e sua colocação para o movimento zapatista**

---

<sup>240</sup> FERNANDEZ, Paulina. Gobierno autónomo zapatista. Características antissistema político mexicano. Enlace Zapatista 15/02/2010. Disponível em <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2010/02/15/gobierno-autonomo-zapatista-caracteristicas-antisistema-politico-mexicano/>. 2010. p. 2

<sup>241</sup> Idem. P.5

<sup>242</sup> BATALLA, Guillermo Bonfil. *México profundo: una civilización negada*. México: Grijalbo/Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1989.

Promover um estudo envolvendo zapatismo e classes não é uma das tarefas mais fáceis. Durante o decorrer do século XX muito se produziu sobre o conceito de classes e sobre movimentos classistas, que geralmente estavam ligados aos mundos do trabalho urbano, não se dando muita atenção ao campo. Entretanto, o movimento zapatista que se tornou público com o levante de 1994 surgiu em um contexto acadêmico em que os estudos sobre classes sociais, luta de classes e revoluções haviam perdido ímpeto<sup>243</sup> e novas abordagens ganhavam destaque, centradas em temas como nacionalismo, cultura, território, identidade, sociedade civil, democracia., como já abordamos anteriormente.

Construir uma análise sobre a questão das classes e o zapatismo se torna ainda mais complicada porque em suas declarações o movimento só faz menção ao termo uma única vez, e mesmo assim só para falar de outras organizações, mas nada sobre a composição do movimento chiapaneco. Embora o EZLN tenha surgido a partir da tradição revolucionária marxista-guevarista — onde as palavras “revolução” e “classes” são recorrentes —, o encontro com as comunidades indígenas na Selva Lacandona promoveu uma transformação no movimento com efeito a guerrilha incorporou na luta um ator social que durante muito tempo havia sido posto de lado no ideário revolucionário marxista mais tradicional: o índio.

O indígena durante décadas não foi visto como como um agente histórico na luta de classes, pois geralmente eram vistos como uma força a reboque do processo revolucionário que deveria ser conduzido pelo operariado industrial. Para o pensamento marxista mais tradicional, questões como etnia, nacionalismo e gênero iriam desaparecer com o desenvolvimento capitalista, de sorte que esses assuntos seriam transitórios e secundários nas preocupações do proletariado que busca a revolução<sup>244</sup>. Ou seja, considerava-se que uma revolução baseada em camponeses ou indígenas não merecia nenhuma atenção dos analistas sociais de boa parte do século XX, pois se acreditava que os principais sujeitos seriam o proletariado ou a burguesia<sup>245</sup>.

---

<sup>243</sup> Cf. GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. SP, Edições Loyola, 2008. Um fator que colabora para a compreensão dessa perda substancial nesses anos do enfoque classista é evidenciado não só pelo surgimento de novas temáticas de estudos, mas também pelo avanço neoliberal que provocou em muitas partes do mundo a desarticulação do movimento trabalhista. Outro fator que colabora para entender a perda desse foco ocorreu com o crescimento da influência do pensamento pós-moderno.

<sup>244</sup> DIAZ-POLANCO, Hector. Etnia, classe y cuestión nacional. *Cuadernos Políticos*, n°30, México, ERA, 1981, pp.53-65; HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, p.35.

<sup>245</sup> RIVAS, Gilberto López. Antropologia, o etnomarxismo e o compromisso social dos antropólogos. *Revista Sociedade e Cultura*, volume 14, n°2, 2011, p.475.



Embora a ideia de classe não venha discriminada nas falas zapatistas, seríamos tentados em observar as classes tomando por base apenas o seu lugar nas relações econômicas de produção em grupamentos envolvendo explorados e exploradores presentes em qualquer sociedade que tenha ultrapassado a fase primitiva comunal<sup>246</sup>. A classe e o problema da consciência de classe são inseparáveis. Uma classe em sua acepção só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a ter consciência de si próprias<sup>247</sup>. As relações que geram antagonismos possibilitam um terreno de lutas e reivindicações, que é nesse contexto que enquadramos o zapatismo dentro do cenário mexicano colocando-o como um movimento classista. Segundo a leitura de Ellen Wood sobre a obra de Thompson:

Seu projeto histórico pressupõe que relações de produção distribuam as pessoas em situações de classes, que essas situações geram antagonismos essenciais e conflitos de interesses, e que elas criam assim condições de luta. As *formações* de classes e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem a partir de luta, à medida que as pessoas “vivem” e “trabalham” suas situações de classe. É nesse sentido que a luta de classes precede a classe<sup>248</sup>.

As classes são fenômenos visíveis em seu processo histórico e deve-se levar em consideração as questões culturais e não somente o econômico em sua análise, pois as formas de resistência e de luta contra os antagonismos são transmitidas e adaptadas de acordo com o contexto em que se vive. Segundo Thompson, que a classe “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses são determinados, em grande medida, pelas relações de proteção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente<sup>249</sup>”, ou seja, uma vez que seja introduzido na equação o meio da “experiência”, que são as particularidades históricas e culturais do meio<sup>250</sup>.

Portanto, o conceito de classe assim entendido não designa uma “estrutura” ou algo estático estabelecido somente pela economia. Classe é um processo repleto de relações amistosas e conflituosas que somente podemos observar ao longo do tempo.

---

<sup>246</sup> HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000,p.34

<sup>247</sup> Idem.

<sup>248</sup> MEIKSINS WOOD, Ellen. *Democracia contra o capitalismo e a renovação do materialismo histórico*. SP, Ed. Biotempo, 2003,p. 76

<sup>249</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e terra: 1987, p. 16.

<sup>250</sup> WOOD, Ellen Melksin. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. SP, Ed. Biotempo, 2003, pp. 89-90.

O zapatismo pode ser considerado como um movimento social de política classista. Como já foi mencionado, não por falar claramente em classe ou usar um vocabulário em que se repita inúmeras vezes esse conceito, mas por entender que o zapatismo que a sua consciência de classe é essencialmente nacional (ainda que utilizem a *internet* como meio de comunicação e diálogos, a sua esfera de atuação se deu no México), isso significa que ele atuou dentro das estruturas do Estado territoriais, que a despeito da economia mundial interdependente, os aspectos econômicos podem até ser global mas a realidade palpável e vivenciada é no próprio México<sup>251</sup>.

O que está em jogo para o Marx é o seguinte: segundo a evolução histórica, grupos economicamente determinados, isto é, a partir de seus laços de solidariedade e de sua exclusão (ou inclusão) segundo critérios econômicos passam em um dado momento histórico a lutar por emancipação (a burguesia fez isso no final do século XVIII e no início do séc. XIX). Para isso, parte da estratégia destes grupos que lutam por emancipação é a desconstrução do discurso da legitimidade que sustenta o Estado patronal (o Estado que age como um patrão) e a substituição deste Estado por outro em que estes grupos tenham um papel protagonista. A dominação per se pode 'criar' a classe, em razão dos interesses comuns que esta classe possui, mas em si não é, para Marx, uma classe porque não há ainda a noção de emancipação. Esta, por sua vez, não é qualquer emancipação (como por exemplo, anarquismo), mas a substituição do Estado por outro e, no limite, a mudança no modo de produção<sup>252</sup>. Portanto, o zapatismo se apresentou como uma instituição classista ao agrupar setores excluídos da sociedade mexicana como indígenas e camponeses que lutam pela substituição de um Estado que em sua maioria das vezes defende os interesses dos empresários e latifundiários. A busca pela reforma agrária e a implementação de políticas públicas que venham enfraquecer o racismo de uma sociedade dita mestiça, são pontos centrais da luta zapatista para uma sociedade menos dispare e inclusiva. O zapatismo se apresentou em nossa interpretação como uma organização formal para a ação que exerceu hegemonia para ação classista<sup>253</sup> tornando-se uma extensão da personalidade dos camponeses e indígenas que o zapatismo veio a contemplar e completar.

---

<sup>251</sup> HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho*, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.p.41.

<sup>252</sup> Idem,pp.33-53.

<sup>253</sup> Idem.p.45

Para Otero, o levantamento zapatista nos anos 1990 proporcionou a entrada com muito vigor dos estudos sobre classe. Até os anos 1980, duas linhas de análises de classes polarizaram os debates: os campesinistas, que defendiam o acesso à terra e que possuiu uma aproximação com o zapatismo; e os proletaristas defendem a luta por salários melhores. Ou seja, o fator da formação das classes partiria de um reducionismo econômico pautando-se do local em que se encontram nas relações de produção capitalistas permitindo um interesse comum entre eles materialmente claros e identificados que fariam esses agentes “logicamente” a lutarem<sup>254</sup>. A versão proletarista, que aborda a visão de que o campesinato sofre uma pauperização e uma “descampenização”, podendo até perder as suas terras, e partindo para o trabalho no latifúndio. Já os campesinistas defendem que o camponês ainda persiste ao avanço capitalista no campo trabalhando em suas pequenas terras e muitas vezes com mão de obra familiar.

No México, essa relação com frequência resulta grande dificuldade de se distinguir com clareza, pois ocorre uma espécie de polivalência pelo camponês. Isso significa que muitos desses trabalhadores podem pertencer simultaneamente as duas correntes de pensamento (campesinistas e descampesinistas), por conta da sua necessidade de se obter o ingresso de sua subsistência que somente uma ocupação como mão de obra não dá cabo. Estes dois grupos são os minifundistas e os trabalhadores assalariados rurais sem-terra, também chamado de proletariado rural. Os minifundistas podem ser pequenos proprietários, arrendatários ou outros que produzem para a sua subsistência e para o mercado. No México pertencem a esse grupo todos os *ejidatários*<sup>255</sup>. Os pequenos proprietários constituíram a maioria dos produtores, entretanto só controlam uma porção pequena da terra agricultável, já o trabalhador rural cresce em proporção considerável no quesito força de trabalho rural<sup>256</sup>. Já a linha descampesinista, sustenta que o pequeno proprietário se encontra em via de extinção por

---

<sup>254</sup>OTERO, Gerardo. *¿Adiós al campesinado? Democracia y formación política de las clases en el México rural*. Mexico, 2004, pp. 27-28. Cf. OTERO, Gerardo. Forjando a democracia: formación político-cultural y vinculaciones desde abajo. Revista de *Ciencias Sociales* n°26, FLACSO, 2006, pp.131-146.

<sup>255</sup>FEDER, Ernest. Campesinistas y descampesinistas. Tres enfoques divergentes (no incompatibles) sobre la destrucción del campesinado. *Comercio Exterior*, vol. 27, n°12, 1977, p.1440.

<sup>256</sup>Idem, p.1441.

causa do avanço capitalista no campo e que a sua transformação em proletário rural é uma adaptação<sup>257</sup>.

Otero em seu estudo aponta duas vertentes dentro da linha camponista: os “reformistas”, entre os quais Warman é uma das grandes referências, postulam uma mudança na intervenção governamental através de políticas agrárias encaminhadas para apoiar a produção em pequenas propriedades mais do que nos latifúndios – essa linha segue uma versão nacionalista baseada na autossuficiência alimentar pautada em estratégias e políticas centradas no camponês, assistência técnica, subsídios e insumos<sup>258</sup>; já os “radicais”, representados por Armando Bartra, argumentam que as lutas camponesas por terra são por si mesmas anticapitalistas e as ocupações de terras devem ser encaradas como uma vitória do movimento camponês e não uma benesse do Estado burguês, pois de acordo com esse enfoque, o camponês é um sujeito revolucionário de primeira ordem e suas lutas são anticapitalistas<sup>259</sup>.

Como no caso dos camponistas, também ocorrem variações na linha proletarista. A primeira vertente argumenta que os camponeses não existem como classe política, mesmo ainda exista alguns camponeses no âmbito das relações de produção. De acordo com essa interpretação, o que podemos falar dentro da sociedade mexicana são as “forças burguesas” e “forças proletárias”. Essa linha apresenta limitações ao promover uma análise simplista e mecânica em função das classes polares do modo de produção, o que empobrece a análise para a formação de um movimento revolucionário porque bastaria consolidar as chamadas forças proletárias sem levar em consideração os interesses e diferenças internas do movimento para dirigir-se ao socialismo<sup>260</sup>. A segunda vertente parte do princípio da “descamponização”, agudizada pela crise do petróleo de 1973 e da agricultura camponesa desde os anos 1960 no México. Convertido à condição de semi proletariado, caberia ao camponês assumir o seu papel revolucionário assumindo a sua dupla personalidade de classe, ou seja, assumindo o papel de pequeno proprietário e de vendedor de força de trabalho<sup>261</sup>.

---

<sup>257</sup> Idem, p. 1443.

<sup>258</sup> OTERO, Gerardo. *¿Adiós al campesinado? Democracia y formación política de las clases en el México rural*. Mexico, 2004, p.29.

<sup>259</sup> Idem.

<sup>260</sup> Idem, p.30.

<sup>261</sup> Idem, p.31.

Como percebemos anteriormente, o grande problema que cercou os estudos sobre a formação classista no México — na verdade não só no México, como entre outras regiões da América Latina — foi o seu tom homogenizador ao generalizar suas hipóteses para toda a estrutura agrária nacional. Para Otero, o que se percebe no México é uma mescla de diferentes regiões que causam variações nas lutas e movimentos, o que implica ser insustentável tanto na teoria como a prática o reducionismo classista<sup>262</sup> já apresentado em anos anteriores por outros estudiosos. Portanto, Otero defende que para entender o caráter da formação políticas das classes mexicanas rurais – e importante também para os estudos sobre o EZLN – é necessário estudar de maneira cuidadosa outros determinantes que ajudam a adequar os estudos, como a cultura regional, a intervenção do Estado e os tipos de liderança, para não cairmos em reducionismos como identidade ou etnicidade<sup>263</sup>.

A formação política classista, então, se refere ao processo pelo qual os grupos, classes e comunidades definem suas demandas e constroem suas organizações para defender e promover seus interesses estabelecendo também relações com outras organizações<sup>264</sup>. Daí a importância de entender o EZLN não só como um movimento social, mas também como um agente aglutinador de classes, à medida que nele se inserem questões relativas à posse e ao uso da terra, à luta contra o neoliberalismo, à etnicidade, entre outros. O México é um país extremamente diversificado em sua composição geográfica e étnica. Cada região possui uma cultura e laços sociais peculiares e englobar isso em uma análise genérica não dá conta de entender o zapatismo como um aglutinador de classes. Os dilemas que permeiam o zapatismo em seu processo de formação classista nos permitem entender que a formação política das classes não se deu de uma vez e muito menos é para sempre, porque esse processo supõe organização e desorganização ao longo do tempo. As ações dos zapatistas, assim como suas estratégias, incorporaram e dependeram dos ânimos, sensibilidade, visões de mundo e relações sociais<sup>265</sup> que estavam imersas nos agentes sociais assim como na cultura local. A formação das classes é algo dinâmico que acompanha em sua trajetória avanços e retrocessos. Isso implica também entender que uma vez feita essa relação de

---

<sup>262</sup> Reduccionismo classista seria a visão que considera que exista uma correspondência entre a posição que se ocupa nas relações de produção e a formação política das classes. Desse ponto de vista ficaria clara certa posição dos agentes das classes em relação a produção e se supõem que há interesses materiais identificáveis pelos cientistas sociais marxistas e que “logicamente” lutarão seus agentes.

<sup>263</sup> Idem, p.40.

<sup>264</sup> Idem, p.41.

<sup>265</sup> Idem, p. 51.

classe, ela não permanecerá para sempre. Por isso, o movimento zapatista, assim como inúmeros outros possui o ganho e em outras vezes a perda de uniões com outros grupos sociais. A classe não é algo forjado e fixado para sempre.

Na América Latina, mais precisamente em países como México, Nicarágua, Chile, Bolívia, que possuem parcela considerável de indígenas populações, é possível enxergar que a formação das classes sociais em luta se imbrica com a questão étnica. Tal fato se apresenta pela estratificação expressa nas diferentes configurações do Estado e do exercício do poder. Mostramos na questão sobre a autonomia que esta é uma forma de se derrubar tal paradigma que se forjou a nação mexicana sob os auspícios da exclusão produzidos por uma cultura dominante mestiça ocidental (como tratamos no primeiro capítulo).

Nessas regiões a opressão de classe tem o caráter de opressão étnica, oferece as bases para a exploração econômica e de mão-de-obra. Portanto, para vencer essa situação em que se encontram, o combate teria que ocorrer tanto na frente social como na questão da etnicidade. Discutindo esse tema em relação à costa Atlântica da Nicarágua, Vilas aponta que:

A su turno las clases explotadas de Pacífico y la región central (obreros, campesinos, pobres en general) son parte del grupo étnico dominante, y de alguna manera tributarios de la imagen de la cultura dominada que generan las clases dominantes. La comunidad de situación socioeconómica y de la subordinación política del conjunto de los explotados se opaca ante el hecho objetivo de la diferenciación étnica. No es infrecuente que los obreros, campesinos, pobres que pertenecen al grupo étnico y a la cultura dominantes, reproduzcan los prejuicios, el etnocentrismo y el paternalismo de la ideología de las clases dominantes hacia las poblaciones indígenas y creoles<sup>266</sup>.

O autor argumenta que quando os grupos étnicos não possuem grande disparidade social em seu seio, a etnia tende a assumir o caráter de classe consolidando internamente o grupo e aprofundando a relação com outros grupos étnicos que se encontram na mesma situação<sup>267</sup>. Por etnicidade o autor entende que:

Puesto que la etnicidade no es simplemente un conjunto de atributos simbólicos, la eliminación de la dominación étnica y del racismo no es tan sólo una cuestión de liberar las expresiones artísticas, espirituales, culturales en sentido convencional, de los grupos étnicos subordinados. Al contrario: parte de transformaciones en la economía y en la estructura del poder; supone terminar con las formas y los mecanismos específicos de explotación económica y subordinación política de los grupos étnicos. Implica en consecuencia la posibilidad

<sup>266</sup> VILAS, Carlos M. Clase, Estado y etnicidade en la Costa Atlantica de Nicaragua. Revista *Nueva Antropología*, n°38, volume XI, México, 1990,p. 23

<sup>267</sup> Idem,p.24.

de decidir sobre las formas de organización social, sobre las modalidades de producción, sobre los patrones sociales de reproducción, y el acceso a las estructuras del poder que sancionan con imperatividad esas formas diferenciadas de producción de la sociedad. Implica, más aún, la participación activa en diseño político de esas estructuras de poder<sup>268</sup>.

Nos documentos até aqui analisados concernentes ao zapatismo, vimos que há dois pilares em suas reivindicações: o reconhecimento dos indígenas e a reforma agrária. Sendo assim, o zapatismo se apresenta como um movimento plural por conta da formação de suas bases, que contam principalmente com indígenas e camponeses. Defendemos que se setores camponeses e indígenas não tivessem aderido à formação do EZLN, em um primeiro momento através da guerrilha revolucionária, e também compoem ao zapatismo civil dificilmente a questão camponesa e indígena apareceria no cerne da agenda zapatista<sup>269</sup>. Com isso, entendemos que a formação das bases zapatistas trouxe consigo algum tipo de crença em ganhos imediatos para as comunidades ora pela via revolucionária, ora pelo zapatismo civil. Entretanto, na análise de Saavedra, tais bases foram construídas sob a dominação exercida pelas lideranças do EZLN por intermédio da formação de redes clientelísticas, subordinação via ordens expressas do alto comando, concentração dos canais de comunicação (não permitindo a relação direta entre as comunidades), a liderança exercida por Marcos como o personagem de maior capital cultural e social como a figura de mestiço no papel de um messias e a doutrinação via um verdadeiro culto ao líder (Marcos)<sup>270</sup>. Portanto, para Saavedra, o que ocorreu foi a formação de um domínio de algum tipo de vanguarda portadora de um ideal que não cumpre aquilo que destaca em suas falas e documentos, a ideia de uma participação geral das comunidades se restrições baseando suas decisões na expressão e apoio da maioria. Quer dizer, uma dominação por um ser esclarecido que condizirá alguma mudança para os indígenas e camponeses, o que acaba fazendo lembrar o papel do Estado com seu indigenismo que não ouve a vontade indígena e cumpre aquilo que o Estado entende como favorecedor para os índios.

---

<sup>268</sup> Idem, p.29.

<sup>269</sup> Idem, p.33.

<sup>270</sup> SAAVEDRA, Marco Estrada. *La comunidad armada rebelde y el EZLN: un estudio histórico y sociológico sobre las bases de apoyo zapatistas en las cañadas tojolabales de la Selva Lacandona, 1930-2005*. México, Colegio de México, 2007, pp. 484-488.

Entretanto, a ideia que temos da formação classista dentro do zapatismo pode ser comparada ao fenômeno que ocorreu na Nicarágua revolucionária que antecedeu o levante zapatista de 1994. À medida que a vanguarda revolucionária passou a modificar a sua agenda de reivindicações políticas, também ocorreu transformações nas comunidades indígenas que tiveram contato com o grupo armado dentro da selva. À medida que o movimento zapatista foi endossado pelas comunidades indígenas e também por camponeses, as petições advindas desses setores passaram a fazer parte do movimento zapatista como a questão étnica, terra, inclusão, autonomia e outros. É uma estratégia em que os grupos étnicos e camponeses que passaram a somar forças dentro do zapatismo para alcançar melhorias e sucesso em sua causa. Segundo Vilas:

Cuando las minorías étnicas no participan de la lucha revolucionaria que finalmente triunfa, la cuestión étnica o no forma parte de la agenda revolucionaria, o no aparece en la agenda revolucionaria desde la perspectiva de los grupos étnicos dominantes, por más que se trate ahora de las fuerzas motrices de la revolución – generalmente subsumida dentro de outro tipo de cuestiones: la cuestión campesina, el problema del atraso económico, u otra. Un grupo de población debe existir como *fuerza social* para que su problemática sea reconocida como tal en seno del movimiento revolucionario. Por *fuerza social* me refiro a la capacidad que alcanza un sector de la población para producir efectos específicos en el sistema político y en las instituciones de una sociedad(...) Es necesaria una capacidad mínima de respuesta colectiva, de reacción, de gestión, negociación, presión, organización o cualquier otro recurso que permita al grupo hacer sentir su presencia por sí mismo(...) Si esto no ocurre, la problemática específica del grupo no formará parte del cuestionamiento revolucionario de la sociedad y el Estado, o aparecerá como una dimensión de los cuestionamientos formulados por esas fuerzas<sup>271</sup>.

O zapatismo, que desde a sua aparição com a guerra contra o exército do México e sua marcha revolucionária, já se apresentava como um movimento social de caráter indígena<sup>272</sup>, veio a manter esse caráter nos anos seguintes de sua atuação. Mas, mesmo mantendo essa defesa, a sua intenção veio a se modificar, ou seja, de uma guerrilha revolucionária, que lutaria contra o Estado mexicano e sua forma de governar, o EZLN passou a atuar como um ator político alternativo para fazer frente ao jogo político e

<sup>271</sup> VILAS, Carlos M. Clase, Estado y etnicidad en la Costa Atlántica de Nicaragua. Revista *Nueva Antropología* n°38, volume XI, México, 1990, p. 23.

<sup>272</sup> SUCOMANDANTE MARCOS. *Primera Declaración de la Selva Lacandona*, 1994. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?cat=10>. Para Solano, a questão indígena passou a fazer parte do ideário zapatista a partir da formação do zapatismo civil e apareceu esse viés indígena de modo explícito após a reprovação da sociedade civil no decurso da guerra e passou a ser formalizado na Segunda Declaração da Selva Lacandona ainda em 1994. Cf XÓCHITL, Leyva-Solano; WILLIBALD, Sonnleitner. ¿Qué es el neozapatismo? *Espiral*, vol. VI, n°17, abril de 2000, México, Universidad de Guadalajara, pp.163-201.



representar indígenas, camponeses e outras minorias no cenário mexicano. Sua mudança de vanguarda revolucionária para ator político se deu com a interlocução com a sociedade civil<sup>273</sup> já nos dias seguintes ao levante por conta da condenação da guerra e o apoio às questões indígenas desde que fossem resolvidas via o diálogo<sup>274</sup>. Sob as bases da mudança de postura dos zapatistas com a reprovação da guerra pela sociedade, verificamos maior abrangência em seu vocabulário político como autonomia, inclusão, projeto de nação, melhorias para trabalhadores do campo, etc. Como também passou a existir articulações com outros setores da sociedade mexicana, como o movimento gay e o feminista. Essa transformação política sofrida pelo zapatismo colaborou para o identificar como um movimento classista, mas que não defende apenas uma classe ou uma reivindicação, pelo contrário, o zapatismo passou a somar forças e/ou representar setores da sociedade possibilitando um poder de reivindicações e vitórias que podem ser alcançadas sem que esses setores estivessem isolados. Essa representação realizada pelo zapatismo passou a ser visualizada com a formação dos Caracóis como espaços de encontros e diálogos, em que se constroem e perpassam ideias que contemplem a maior parte das classes ali presentes e partícipes dessa construção.

Sendo assim, o zapatismo pode ser visto como um agente **pluriclassista**, pois não representa e nem fala somente em nome de um determinado setor da sociedade mexicana. Pelo contrário, além de não poder ser visto como uma vanguarda revolucionária, como já se observou acima, o zapatismo abandona a ideia de mudança a partir da tomada do Estado, mas ele luta pela transformação do Estado. Segundo os zapatistas:

Es la hora de la sociedad civil nacional y de las organizaciones políticas y sociales independientes. Es la hora de los campesinos, de los obreros, de los maestros, de los estudiantes, de los religiosos y religiosas consecuentes, de los periodistas, de los colonos, de los pequeños comerciantes, de los deudores, de los artistas, de los intelectuales, de los discapacitados, de los seropositivos, de los homosexuales, de las lesbianas, de los hombres, de las mujeres, de los niños, de los jóvenes, de los ancianos, de los sindicatos, de las cooperativas, de las agrupaciones campesinas, de las organizaciones políticas, de las organizaciones sociales. Las llamamos a que, junto a los pueblos índios y a nosotros, luchemos contra la guerra y por el reconocimiento de los derechos indígenas, por la transición a la

---

<sup>273</sup>É o momento político-organizativo, segundo Gramsci, onde se organizam interesses e se disputa projetos de sociedade. Cf. WOOD, Ellen Melksin. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. SP, Ed. Boitempo, 2003, p. 208

<sup>274</sup>A convocatória para o apoio da sociedade civil aparece na Segunda Declaração da Selva Lacandona. Cf. Segunda Declaração da Selva Lacandona In ALMEYRA, Guillermo; THIBAUT, Emiliano. *Zapatistas: un nuevo mundo em construcción*. Ituzaingó, Maiupe, 2006, pp. 171-177.

democracia, por un modelo económico que sirva al pueblo y no se sirva de él, por una sociedade tolerante e incluyente, por el respecto a la diferencia, por un país nuevo donde la paz con justicia y dignidad sea para todos<sup>275</sup>.

Aquilo que denominamos como pluriclassismo pode ser percebido com a convocatória de modo irrestrito aos mais variados setores da sociedade, ou seja, não importando o credo, a ideologia, categoria profissional, a idade ou a posição social que ocupam. Isso não quer dizer que haja interesses e posicionamentos que sejam conflitantes, mas o que mais nos importa salientar é que, de certa forma, o pluriclassismo defendido transcorre a essas variadas classes que objetivam mudanças políticas, igualitarismo, inclusão, respeito e melhorias de vida. Conforme Marcos:

Llamamos a los obreros de la república, a los trabajadores del campo y de la ciudad, a los colonos, a los maestros y estudiantes de México, a las mujeres mexicanas, a los jóvenes de todo el país, a los artistas e intelectuales honestos, a los religiosos consecuentes, a los militantes de base de las diferentes organizaciones políticas a que, em su médio y por las formas que considerem posibles y necesarias, luchen por fin del sistema de partido de Estado incorporándose a la Convención Nacional Democrática si no tienen partido, y al Movimiento para la Liberación Nacional si militan em alguna de las fuerzas políticas de oposición<sup>276</sup>.

O zapatismo pode ser observado como um organismo pluriclassista por entender que a luta de classes não deve ficar restrita ao nível econômico<sup>277</sup>. Seu pluriclassismo advém da necessidade de ouvir e construir juntamente com outros setores sociais mexicanos<sup>278</sup> sem restrições e exclusões. Seria inviável uma solução cujo apoio dos mais variados indivíduos e organizações viessem sem a construção via o diálogo. Pois as vanguardas revolucionárias que existiram ao longo do século XX, em sua grande maioria, se

<sup>275</sup> SUBCOMANDANTE MARCOS. *Quinta Declaración de la Selva Lacandona*, 1998. Disponível em [www.cedoz.org/site/content.php?doc=564](http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=564), pp.8-9; Confira também a página 10.

<sup>276</sup> SUBCOMANDANTE MARCOS. *Tercera Declaración de la Selva Lacandona*, 1995. Disponível em [www.cedoz.org/site/content.php?doc=562](http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=562). pp. 4-5

<sup>277</sup> O zapatismo é considerado também por uma vertente intelectual, como Gonzáles Casanova, como um movimento pós-moderno, que se aproveitaria de experiências e projetos passados de cunho revolucionário e comunista para não cometer os erros que outros cometeram. Nos recorda esse autor, a missão civilizatória presente no zapatismo que se afiança na sua sensibilidade de de capturar a questão moral e da dignidade. Cf. BORON, Atilio . "La selva y la polis. Interrogantes en torno a la teoría política del Zapatismo", *Chiapas* Nº 12, 2001, p.02.

<sup>278</sup> Um movimento nacional – com um programa de reforma baseado numa retórica de classe ou de nação- pode manter mais fortemente sua unidade pelo senso de exclusão do que outras formas de opressão que impulsionaram diferentes setores. Contudo, o compartilhamento da exclusão não necessariamente funciona, em todas as situações, para se sobrepor a diferenças de classe identificadas entre os excluídos. Cf. THOMPSON, Dorothy. "Agendas escondidas do século XIX". *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004. P.232

colocavam na condição de um redentor, messias ou qualquer outro ser iluminado que iria direcionar os demais para uma vida nova. Ou seja, sem diálogos e questões que eram consideradas como secundárias como gênero e etnicidade. A questão do diálogo é de fundamental importância para a formação das bases zapatistas, ainda que sejam as mais heterogêneas possíveis, pois o saber ouvir e acrescentar itens de lutas nas demandas zapatistas é um fator determinante para a aglutinação de classes como mostram os seus onze pontos de programa de luta: vida, terra, trabalho, alimentação, saúde, educação, justiça, independência, liberdade, democracia e paz<sup>279</sup>. Dessa forma, o fruto dessas mudanças pretendidas para o México não será fruto de uma classe, mas sim de um acordo pautado e edificado sob a sociedade mexicana em suas articulações<sup>280</sup>.

O pluriclassismo zapatista não advém somente da busca de modificações da política realizada pelo Estado e que ela não precisa ser lenta e gradual. Isto é, não é necessário quebrar um paradigma para depois alcançar outro. Portanto, quando se busca a afirmação dos direitos indígenas, isso não implica em reivindicar e lutar ao mesmo tempo para que a questão agrária também seja resolvida, ou que o respeito devido e o fim da violência doméstica também sejam alcançados no mesmo período. Sendo assim, o pluriclassismo também é possível de ser visualizado pela luta em prol da aceitação e inclusão das minorias seja elas quais forem. O caráter classista se oferece quando o zapatismo se coloca como um defensor desses grupos marginalizados.

Embora o nome que aparece na declaração seja o de Marcos, como porta-voz do movimento zapatista, podemos entender que todo o movimento se coloca na defesa de maiorias oprimidas e solidário a qualquer minoria espalhada pelo mundo. O zapatismo passou a ser um movimento pluriclassista por dialogar com os mais diversificados setores sociais para promover mudanças, por representar e falar em nome de muitos setores ampliando o seu canal político viável sem que estivessem atrelados ao PRI e por ter demandas que atravessam toda a população mexicana, independente de sexo, crença, geografia, idade, etc.

---

<sup>279</sup> EZLN. *Tercera Declaración de la Selva Lacandona*, 1995. Disponível em [www.cedoz.org/site/content.php?doc=562](http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=562). p.2

<sup>280</sup> EZLN. Segunda Declaración de la Selva Lacandona. In ALMEYRA, Guillermo; THIBAUT, Emiliano. *Zapatistas: un nuevo mundo em construcción*. Ituzaingó, Maiupe, 2006, pp. 173-174.

## Bibliografía

ALMEYRA, Guillermo; THIBAUT, Emiliano. Zapatistas: um nuevo mundo em construccíon. Ituzaingó, Maiupe, 2006.

ANDREO, Igor Luiz. Dom Samuel Ruíz García: do anticomunismo à Teologia Indígena (1960-1968). Revista *Antíteses* v.4 n°7, 2011, pp.383-407.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. A Revolução mexicana. SP, Ed. UNESP, 2010.

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008

BARRÓN, Luis. Historias de la Revolución mexicana. México, FCE, CIDE, 2004

BARTRA, Roger. El problema indígena y la ideología indigenista. Revista Mexicana de Sociología, México, vol. 36, N°3, Jul.-Set., 1974.pp. 459-482.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogênses: velhos atores e novos papeis no cenário cultural e político. *Mana*, volume 12, n°1,2006. P.44. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132006000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132006000100002&script=sci_arttext)

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Movilizaciones étnicas y crítica civilizatoria. Um cuestionamiento a los proyectos estatales em América Latina. *Perfiles Latinoamericanos*, n°24, junio,2004, pp.85-105, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11502404>

BARTRA, Armando. Marginales, Polifonicos, Trashumantes: os campesinos del milenio. In: Geografia agrária teoria e poder. In: FERNANDES, B.F.; MARQUES,M.I.M, SUZUKI, J.C. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2007

BARTRA, Roger. Os novos camponeses. SP, Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BATALLA, Guillermo Bonfil, México Profundo, una civilización negada. SEP/CIESAS. México, 1987.

BENGOA, Jose. La emergencia indígena em América Latina. FCE, 2000

BORON, Atilio . "La selva y la polis. Interrogantes en torno a la teoría política del Zapatismo", en Chiapas (México) N° 12. 2001.

BÓRQUEZ, Luciano Concheiro; BELANGA, Hector Robles. Tierra, território y poder a cien años de la reforma agraria em México: lucha y resistencia campesindia frente al capital. In Guillermo Almeyra, João Márcio Mendes Pereira, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Luciano Concheiro Bórquez. *Capitalismo, tierra y poder em América Latina (1982-2012)*. Buenos Aires, CLACSO, 2013 (no prelo).

BRANCALEONE, Cassio. ¿Tierra y libertad? Emancipação e autogoverno entre comunidades indígenas campestres no México contemporâneo. 2007. Disponível em <http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/TIERRA%20Y%20LIBERTAD.pdf>

BOSETTI, Cleber José. Thompson e as ciências sociais: possibilidades metodológicas para pensar os movimentos sociais contemporâneos. *Revista Plural*, São Paulo, volume 17, nº2, 2011. pp.69-86.

CARR, Edward Hallet. QUE É HISTÓRIA. Paz e terra, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1978.

CARVALHO, Nelson Rojas. Do PRI ao sistema plural na transição mexicana. *Lua Nova*. 1997, n.40-41, pp. 97-111.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina. Rj, Vozes, 2002.

CASTAÑEDA, Jorge. A utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo, CIA das Letras, 1994

CECEÑA, Ana Esther. Pela humanidade e contra o neoliberalismo – linhas centrais do discurso zapatista. In SEOANE, José e TADDEI, Emilio. Resistências mundias de Seattle a Porto Alegre. Buenos Aires, CLACSO, 2001

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. RJ, Forense-Universitária, 1982

CHEVITARESE, André Leonardo. O campesinato na História. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002

CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. Movimientos campesinos e indígenas en México : la lucha por la tierra /Luciano Concheiro Bórquez, Sergio Grajales Ventura . En: OSAL : Observatorio Social de América Latina..Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

DELGADO, Manuela Cantón. Las expulsiones indígenas em los Altos de Chiapas: algo más que um problema de cambio religioso. *Revista Mesoamérica*, vol. 18, nº33,1997.pp.147-169

DIAZ-POLANCO, Hector. Etnia, classe y cuestión nacional. *Cuadernos Políticos*, nº30, México, Editora ERA, 1981,pp.53-65.

FEDER, Ernest. Campesinistas y descampesinistas. Tres enfoques divergentes (no incompatibles) sobre la destrucción del campesinado. *Comercio Exterior*, vol. 27, nº12, 1977.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Petrópolis, Cultura Vozes, v.94, nº 3, 2000.pp. 111-124.

FONTES, Virgínia Maria. A Questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica. In MOTTA, Marcia; Mendonça Sônia (Orgs). Nação e poder: as dimensões da história. Niterói, EdUFF, 1998.

GUERRERO, Alicia Castellanos; IZQUIERDO, Jorge Gómez; PINEDA, Francisco. México: o racismo mestiço. In DIJK, Teun A. van (ORG). Racismo e discurso na América Latina. SP, Contexto, 2008.pp. 249-292.

GIL, Antonio Carlos A. As alternativas políticas que o zapatismo operacionaliza na América Latina contemporânea. Um caso de História do tempo presente. Dimensões, vol. 17, 2005.pp.117-131.

GIL, Antônio Carlos Amador. Do indigenismo à autonomia: organizações indígenas e as lutas pela reestruturação do Estado Nacional Mexicano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

GIL, Antonio C. A. Caminhos da ideia de nação no México contemporâneo: Globalização, Etnicidade e Identidade Nacional In:LAS A 2009: Rethinking Inequalities, 2009. Rio de Janeiro: LASA2009 Congress Paper Archive; Pittsburgh, PA: LASA, 2009.

GILLY, Adolfo. Chiapas la razón ardiente. México, Era, 1997

GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais. SP, Edições Loyola, 2008.

GRAMMONT, Hubert C.; MACKINLAY, Horacio. Las organizaciones sociales y la transición política en el campo mexicano. En publicación: La construcción de la democracia en el campo latinoamericano., Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Marzo 2006. P.31 Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/gram/C01GrammontMackinlay.pdf>

HERRÁN, Erick. Los zapatistas y lo político: apuntes para outra modernidade. *Isonomía*, n°11, 1999.pp.149-163.

HERRERO. Pedro Pérez. Chiapas: ¿Revolucion, guerrilla, movimiento indígena o reclamacion de democracia, justicia y libertad? América Latina hoy: *Revista de Ciiencias Sociales*, vol.10, 1995.pp.53-62.

HOBSBAWM, Eric. Mundos do trabalho, RJ, Paz e Terra, 2000.

HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Viramundo, 2003

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 17, n°33, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n33/v17n33a10.pdf>. pp. 131-144.

KATZ, Friedrich. Revuelta, rebelión y evolución. La lucha rural en México del siglo XVI ao siglo XX. México, ERA, 1990.

KNIGHT, Alan. La Revolución mexicana: del porfiriato al nuevo régimen constitucional. México, FCE, 2010.

KNIGHT, ALAN. Revolución social: una perspectiva latinoamericana. *Revista de Historia y Ciencias Sociales*, nº 27, Instituto Mora, México DF, setiembre-diciembre de 1993. pp.141-184.

KORSBAEK, Leif. SÁMANO RENTERÍA, Miguel Ángel. El indigenismo en México: antecedentes y actualidad. *Revista Ra Ximhai* (México) Volume 3, Janeiro-Abril, 2007. pp.195-224.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE BOT, Yvon. Subcomandante marcos: El sueño zapatista. Barcelona: Plaza & Janés, 1997.

LEYVA SOLANO, Xochitl. Indigenismo, indianismo y “ciudadanía étnica”. De cara a las redes neo-zapatistas. In. Pueblos indígenas, Estado y democracia. Pablo Dávolos (org). Buenos Aires, Clacso, 2005. Pp.279-309.

LEYVA SOLANO, Xóchitl; FRANCO, Gabriel Ascencio . Lacandonia al filo del agua. Cidade do México : FCE, CIESAS, UNICACH, CIHMECH-UNAM. 1996.

LEYVA SOLANO, Xóchitl. Militancia político-religiosa e identidade en la Lacandona. *Espiral*, Estudos sobre Estado y Sociedade. Vol. 1 N°2, 1995. pp.55-88.

LEYVA SOLANO, Xóchitl; WILLIBALD, Sonnleitner. ¿Qué es el neozapatismo? *Espiral*, vol. VI, nº17, abril de 2000, México, Universidad de Guadalajara, pp.163-201

LINERA, Alvaro Garcia. Crisis del Estado y poder popular. *Artículos*. pp. 66-77. Disponible em <http://www.universidadnomada.net/spip.php?article117>

LINERA, Álvaro García. Autonomías indígenas y Estado multinacional. In La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. Org Pablo Stefanoni. CLACSO, 2009.

MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre (Orgs) Historiografia Contemporânea em perspectiva crítica. Bauru, SP, EDUSC, 2007

MEIKSINS WOOD, Ellen. Democracia contra o capitalismo e a renovação do materialismo histórico. SP, Ed. Biotempo, 2003.

ORNELAS, Raul. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do Levantarmado ao nascimento dos caracoles. In Hegemonias e emancipações no século XXI. Org CECEÑA, Ana Esther. Clacso, 2005

OTERO, Gerardo. ¿Adiós ao campesinato? Democracia y formación política de las clases en el México rural. Mexico, 2004.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. *TOPOI*, v. 11, n.21, jul-dez. 2010, pp.260-282.



PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Brasileira de Ciência Política* n°2, Brasília, 2009.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. El campesinado y el Estado en América Latina. *Rebelión*, 2002. Disponível em <http://www.rebelion.org/hemeroteca/petras/petras070302.htm>

PIÑEIRO, Diego E. Em busca de la identidad: la acción colectiva em los conflictos agrários de América Latina. Buenos Aires, CLACASO, 2004.

PÔRTO JR. Gilson. *História do Tempo Presente*. Bauru, SP, EDUSC, 2007.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. SP. Ed. Unicamp, 2008.

RIVAS, Gilberto López. Antropologia, o etnomarxismo e o compromisso social dos antropólogos. *Revista Sociedade e Cultura*, volume 14, n°2, 2011. pp. 473-480. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/17621>

ROUX, Rhina. Dominación, insubordinación y política. Cambiar el mundo sin tomar el poder. Notas sobre el grito de Holloway. *Herramienta*, 2002. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/debate-sobre-cambiar-el-mundo/dominacion-insubordinacion-y-politica>

SAAVEDRA, Marco E. Construyendo el reino de Dios em la Tierra. Pastoral y catequesis em las Cañadas Tojolabales de la Selva Lacandona (1960 – 1980). *Sociológica*, ano 19, número 55, maio-agosto de 2004, pp. 199-242

SAAVEDRA, Marco Estrada. La comunidade armada rebelde y el EZLN: um estudio histórico y sociológico sobre las bases de apoyo zapatistas em las cañadas tojolabales de la Selva Lacandona, 1930-2005. México, Colegio de México, 2007.

STAVENHAGEN, Rodolfo Los pueblos originarios : el debate necessário. Buenos Aires : CTA Ediciones, CLACSO, Instituto de Estudios y Formación de la CTA, 2010.

SANTOS, Ana Maria. América Latina: dependência, ditaduras e guerrilhas. In FILHO, Daniel A. R., FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste. *O século XX o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. RJ, Civilização Brasileira, 2005. Pp. 65-96

SCHAFF, Adam, *História e verdade*, SP, Ed. Martins Fontes, 1981

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n°3, pp.133-160, 2010.

TOBLER, Hans Wener. Los campesinos y la formación del Estado revolucionário, 1910-1940. In KARTZ, Friedrich. *Revolução, rebelión y evolución. La lucha rural em México del siglo XVI ao siglo XX*. México, ERA, 1990.pp.431-455



THOMPSON, Edward P. Prefácio. In: A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e terra: 1987

THOMPSON, Dorothy. “Marxismo e História”. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004.

VILAS, Carlos. Seis Idéias falsas sobre a Globalização. *Estudos de Sociologia*, Vol. 3, 1999.pp.21-61

VILAS, Carlos V.; IAZZETTA, Osvaldo;FORCINITO, Karina; BOHOSLAVSKY, Ernesto. Estado y política em la Argentina actual. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2005. pp. 21-65.

VILAS, Carlos. Actores, sujetos, movimientos: ¿ Dónde quedaron las clases? *Revista del Departamento de Sociología*, ano 10, n°28, 1995. Disponível em <http://cmvilas.com.ar/attachments/article/84/2804.pdf>

VILAS, Carlos M. Clase, Estado y etnicidade en la Costa Atlantica de Nicaragua. *Revista Nueva Antropología*, n°38, volume XI, México, 1990.

WARMAN, Arturo. Los índios mexicanos en umbral del milenio. México, FCE, 2003.

WARMA, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In KARTZ, Friedrich. Revuelta, rebelión y evolución. La lucha rural en México del siglo XVI ao siglo XX. México, ERA, 1990.pp.291-305.

WOOD, Ellen Melksin. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. SP, Ed. Biotempo, 2003.

### Dissertações consultadas

FIGUEIREDO, Guilherme G. de. A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN. Dissertação de Mestrado apresentada na Unicamp, 2003.

GONÇALVES, Alyne dos Santos. As autonomias zapatistas: uma construção rebelde de novos sujeitos políticos (1994-2008). Dissertação apresentada na Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

### Sites e documentos consultados

BÁRCENAS, Francisco López. La autonomía es de quien la construye. La Jornada 03/10/2003. Disponible em <http://www.jornada.unam.mx/2003/oct03/031020/oja78-autonomia.html>. Acessado em 22/08/2013.

Chiapas em dados. Acessível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=483&cat=113>. Acessado em 09/09/2013.

CECEÑA, Ana Esther. Universalidad de la lucha zapatista. Algunas hipótesis. Revista *Chiapas* n°2, 1996. Disponible em <http://www.revistachiapas.org/No2/ch2cecena.html>. Acessado em 12/04/2013.

FAZIO, Carlos. México: resistencia y autonomía. Una década de zapatismo. 2004. Disponible em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=759&cat=80>. Acessado em 15/08/2013.

FERNANDEZ, Paulina. Gobierno autónomo zapatista. Características antisistema político mexicano. Disponible em <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2010/02/15/gobierno-autonomo-zapatista-caracteristicas-antisistema-politico-mexicano/>. 2010. Acessado em 25/08/2013.

HOLLOWAY, John. La lucha de clases es asimétrica. Revista *Chiapas*, n°12, 2001. p.3. Disponible em <http://www.revistachiapas.org/No12/ch12holloway.html>. Acessado em 20/06/2013.

LE BOT, Yvon. La autonomía según los zapatistas. La Jornada 29/03/1998. Disponible em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=478&cat=80>. Acessado em 08/08/2013

MUÑOZ, Alejandro Anaya. El derecho de los pueblos indígenas a la autonomía política: fundamentos teóricos. Revista *Chiapas*, n° 11. Disponible em <http://www.revistachiapas.org/No11/ch11anaya.html>. Acessado em 05/07/2013

RAMÍREZ, Gloria Muñoz. Autonomía zapatista. Contra viento y marea. La Jornada 12/10/2009. Disponible em <http://www.jornada.unam.mx/2009/10/12oja150-autonomiazapa.html>. Acessado em 04/07/2013.

SUBCOMANDANTE MARCOS. Primeira Declaração da Selva Lacandona In ALMEYRA, Guillermo; THIBAUT, Emiliano. Zapatistas: um nuevo mundo em construcción. Ituzaingó, Maiupe, 2006

SUBCOMANDANTE MARCOS. Segunda Declaração da Selva Lacandona In ALMEYRA, Guillermo; THIBAUT, Emiliano. Zapatistas: um nuevo mundo em construcción. Ituzaingó, Maiupe, 2006.

SUBCOMANDANTE MARCOS. Tercera Declaración de la Selva Lacandona. 1995. Disponible em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=562>. Acessado em 07/05/2012.

SUBCOMANDANTE MARCOS. Cuarta Declaración de la Selva Lacandona. 01/01/1996. Disponible em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=563&cat=10>. Acessado em 08/05/2012

SUBCOMANDANTE MARCOS. Quinta Declaración de la Selva Lacandona, 1998. Disponible em [www.cedoz.org/site/content.php?doc=564](http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=564). Acessado em 10/05/2012

SUBCOMANDANTE, Marcos. Chiapas: la treceava estela. México, 2003. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=511&cat=13>

Paronama Estatal de Chiapas. Acessível em <http://www.undp.org.mx/IMG/pdf/Chiapas.pdf>. Acessado em 13/09/2013.pp. 171-177

SUBCOMANDANTE MARCOS. Tercera Declaración de la Selva Lacandona. Janeiro de 1995. Disponível em <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=562>. Acessado em 10/06/2012